

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

“San Tiago Dantas”

UNESP-UNICAMP-PUC-SP

**Amazônia e economia da droga: conflitos
colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)**

Mestrando: Fábio Borges

Orientador: Prof. Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

São Paulo, maio de 2006.

Banca examinadora:

Para a defesa de Dissertação no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2006.

Prof. Dr. Pietro de Jesús Lora Alarcón.
PUC-SP e Uni-FMU.

Prof. Dr. Héctor Saint-Pierre.
UNESP.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos.
UNESP.

São Paulo, maio de 2006.

"Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive"¹

Fernando Pessoa

"... todo indivíduo, mesmo o mais restrito à mais banal das vidas, constitui, em si mesmo, um cosmo. Traz em si suas multiplicidades internas, suas personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma poliexistência no real e no imaginário, o sono e a vigília, a obediência e a transgressão, o ostensivo e o secreto, pululâncias larvares em suas cavernas e grutas insondáveis. Cada um contém em si galáxias de sonhos e de fantasias, de ímpetos insatisfeitos de desejos e de amores, abismos de infelicidade, vastidões de fria indiferença, ardores de astro em chamas, ímpetos de ódio, débeis anomalias, relâmpagos de lucidez, tempestades furiosas ..."

Hadj Garm`Oren²

*"A man only sees what he wants to see"*³

Savatage

¹ Ricardo Reis, heterônimo do poeta português Fernando Pessoa (1888-1935). **Poemas escolhidos**. Coleção **O Estado de São Paulo**, São Paulo: Melhoramentos, 1997, p. 72.

² MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 44.

³ "Follow me" do álbum **Edge of Thorns** do grupo norte-americano Savatage, 1993.

Agradecimentos

Ao meu pai Edison Antônio Borges (com seu espírito sonhador) e minha mãe Conceição Aparecida Borges (por toda sua sabedoria). Minha irmã Andréa Borges por todo seu carinho. Minha irmã Daniela Aparecida Borges, seu marido Fábio e meus lindos sobrinhos Mateus, Maite, Duda e Mariana.

Ao meu orientador e amigo Enrique Amayo Zevallos, um exemplo de seriedade e honestidade e aos simpáticos membros de minha banca Prof. Dr. Pietro de Jesús Lora Alarcón e Prof. Dr. Héctor Saint-Pierre.

Aos professores do programa San Tiago Dantas pela diversidade de opiniões, em especial: Clodoaldo Bueno, Luiz Eduardo Wanderley, Luis Fernando Ayerbe, Oliveiros Ferreira, Reginaldo Moraes, Tullo Vigevani, Shiguenoli Miyamoto e Suzeley Mathias. A Giovana Vieira, que sempre foi muito simpática e prestativa na secretaria do programa.

Ao meu amigo e quase irmão, Norton M. V. dos Santos, pela paciência em minhas aulas de computação. Ao meu velho amigo Ivo Yoshida por toda a ajuda com críticas e sugestões valiosas. Ao meu primo e amigo Leonardo Borges que tanto me ajudou diretamente nessa pesquisa. Meus grandes amigos do Dantas, em especial: Marcos Alan que sempre foi um exemplo e incentivador para estudarmos Relações Internacionais e viajarmos literalmente; Ana Paula Maielo, minha doce e linda amiga; Daniel Antiquera, um exemplo de simpatia e inteligência e Paulo Pereira, sempre prestativo.

Aos meus velhos amigos de “República” em Araraquara: Antonio Barretto e Rafael Bertolin. Minhas amigas de longa data Luciana Tsukada e Vanderléia Radaelli. Ao meu amigo Leandro Pasini que sempre me emite opiniões interessantes. Ao meu primo Edgar Borges que sempre é muito prestativo.

Aos meus amigos do NPPA: Petrônio, Marcelle e Patrícia.

Aos meus amigos e alunos da FMU, em especial: Karen Fernandez e Abner.

Mi dulce amiga mexicana Mayra Salazar.

A todos os tipos de beleza feminina, é claro!

Sumário

Resumo:	9
Resumen:	10
Abstract:	11
Introdução:	12
Capítulo 1: Amazônia e drogas numa análise de conjunto: conflitos colombianos e projetos brasileiros para a região	18
1.1- <i>A dimensão internacional dos conflitos colombianos: interdependência complexa</i>	18
1.2- <i>A Amazônia como região estratégica: alguns projetos do Brasil para a região e o problema do tráfico de drogas nas fronteiras</i>	23
 Capítulo 2: Debates Recentes sobre as Relações EUA e Colômbia: “Economia da droga”, Segurança Internacional, terrorismo e Plano Colômbia	32
2.1- <i>“Economia da Droga”: teoria, caso colombiano e tendências recentes</i> ..	32
2.1.1- Teoria e o caso colombiano	32
2.1.2- Economia da droga no período recente	37
2.2- <i>A importância de se definir os conceitos de Segurança Internacional e terrorismo</i>	58
2.3- <i>Aplicação dos conceitos de Segurança Internacional e terrorismo nos conflitos colombianos e suas implicações políticas</i>	60
2.4 - <i>Plano Colômbia: síntese da política dos EUA para a Colômbia e seus impactos na política interna desse país</i>	63
 Capítulo 3: Os conflitos colombianos: drogas, atores importantes e possibilidades.	69
3.1- <i>Breve histórico das drogas na Colômbia e suas ligações com os conflitos daquele país.</i>	69
3.2- <i>Principais atores envolvidos nos conflitos colombianos: Estado, Guerrilhas e Sociedade Civil</i>	74
3.2.1 – As relações entre Estado e Guerrilha na Colômbia	74
3.2.2 – As relações entre Estado e Sociedade Civil na Colômbia: algumas alternativas	79
3.3- <i>O atual cenário colombiano: perspectivas de seus conflitos</i>	86

Capítulo 4: As Relações entre Colômbia e Brasil: o combate ao tráfico de drogas na Amazônia e a possibilidade de cooperação internacional. 91

4.1- <i>As relações entre Colômbia e Brasil: os possíveis impactos dos conflitos colombianos no Brasil</i>	91
4.1.1 - Possíveis impactos ambientais	92
4.1.2- Impactos e possíveis vínculos das guerrilhas colombianas com o crime organizado no Brasil.....	97
4.1.3 - A questão das migrações das produções e laboratórios de drogas para o Brasil	101
4.2- <i>Panorama do problema das drogas no Brasil nos anos 1990 e a Política Nacional sobre Drogas</i>	101
4.2.1- Consumo.....	102
4.2.2- Apreensões.....	105
4.2.3- Produção.....	106
4.2.4- Lavagem de dinheiro.....	107
4.2.5- Geração de empregos e distribuição dos lucros	108
4.3- <i>Cooperação internacional no combate as drogas: uma visão de conjunto limitada</i>	114
4.3.1- Possibilidade brasileira de participação no combate internacional às drogas.	114
4.3.2- Drogas como problema transnacional e a cooperação internacional	118
Conclusões	125
Bibliografia	127
Anexos	133

Anexo 1: *Methodology*. In: _____ **World Drug Report**, 2005, p. 379 – 397.

Anexo 2: *Plan Colombia: Plan para la paz, la prosperidad y el fortalecimiento del Estado*, Bogotá, 1999.

Anexo 3: Política Nacional sobre Drogas, Brasília, 2005.

Anexo 4: Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, Bogotá, 2005.

Índice de mapas

Mapa 1- Político da América do Sul	15
Mapa 2- Amazônia e drogas.....	16
Mapa 3 - Político da Colômbia.....	17
Mapa 4 - <i>Cocaine seizures 2002-2003: extend and trends</i>	46
Mapas 5 e 6 - <i>Use of Cocaine 2002-2004 (or latest year available) e Ranking of cocaine in order of prevalence in 2003</i>	50
Mapa 7 - <i>Changes in consumption of cocaine, 2003 (or latest year available)</i>	51

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Produção de folhas (em milhares de toneladas) e de cocaína (em toneladas) 1980 - 1995.....	35
Tabela 2 - Consumo, apreensões e exportações líquidas de cocaína (1988 – 1993) .	36
Tabela 3- <i>Cultivation of Coca Bush in Hectares</i> (1990 – 2004).....	38
Tabela 4 - <i>Potential Production of Dry Coca Leaf in Metric Tons</i> (1990-2004)	38
Tabela 5 - <i>Potential Manufacture of Cocaine in metric Tons</i> (1990 – 2004)	39
Tabela 6 - <i>Annual prevalence of cocaine use, 2003/2004</i>	47
Tabela 7 – Quais drogas foram usadas, pelo menos, uma vez na vida no Brasil em % da população.	103
Tabela 8 – Comparação Internacional: uso de droga pelo menos uma vez na vida, exceto tabaco/álcool	103
Tabela 9 – Comparação internacional do uso de maconha em % da população	103
Tabela 10 - Comparação internacional do uso de cocaína em % da população	103
Tabela 11 - Comparação internacional do uso de heroína em % da população.....	103
Tabela 12 - % de Dependentes no Brasil	103
Tabela 13 - % Dependência-álcool no Brasil por faixas etárias	103
Tabela 14 – Apreensões de drogas selecionadas no Brasil (2000-2004)	105

Índice de Figuras

Figura 1 - <i>Global coca bush cultivation, 1990-2004 (in ha)</i>	39
Figura 2 – <i>Potential cocaine production, 1990-2004 (metric tons)</i>	39
Figura 3: <i>Análise comparativa das participações relativas na produção de cocaína nos anos de 2000 e 2004 em países selecionados</i>	40
Figura 4: <i>Colombia, comparison of net coca cultivation reported cumulated sprayed area (4), in ha, 1990-2004</i>	41
Figura 5 - <i>USA: cocaine retail and whole sale prices, 1990-2003 (US\$/gram)</i>	42
Figura 6 - <i>Europe: cocaine retail and wholesale prices, 1990-2004 (US\$/gram)</i>	43
Figura 7 – <i>Wholesale cocaine prices in Europe and the USA, 1990-2004 (US\$/gram)</i>	43
Figura 8 - <i>Global Illicit supply of cocaine 1993-2003</i>	44
Figura 9 - <i>Seizures of cocaine in % of world total and Kg – Highest Ranking countries – 2003</i>	45
Figura 10 – <i>Global Drug Use Trend Index – Cocaine – based on expert opinions, 1993-2003</i>	48
Figura 11- <i>Cocaine use in the USA: 1985-2003</i>	49
Figura 12 – <i>Size of the global illicit drug market in 2003</i>	52
Figura 13 – <i>Size of the global illicit drug market in 2003</i>	53
Figura 14 – <i>Value of illicit drugs at wholesale level (in billion US\$) compared to the export values of selected agricultural commodities in 2003</i>	54
Figura 15 – <i>Regional distribution of cocaine retail sales in 2003 in billion US\$ (N=US\$70.5bn)</i>	54
Figura 16 - <i>Apreensões de drogas selecionadas no Brasil (2000-2004)</i>	105
Figura 17 - <i>Apreensões de Cocaína e pasta de coca no Brasil (2000-2004)</i>	106

Resumo:

O propósito dessa pesquisa é estabelecer uma análise de conjunto sobre Amazônia, drogas, conflitos colombianos e os interesses brasileiros, com especial atenção para a participação dos EUA na região. Primeiramente analisaremos as dimensões internacionais dos conflitos colombianos na região amazônica e como o Brasil vem tratando o tema da Segurança na Amazônia. Posteriormente, estudaremos as relações entre EUA e Colômbia observando a eficiência do atual modelo de combate ao tráfico de cocaína. Em seguida, aprofundaremos o entendimento dos conflitos colombianos. Por fim abordaremos os interesses brasileiros no combate ao tráfico de cocaína e na valorização da Amazônia, observando suas possibilidades e limitações. A hipótese é que a influência dos EUA dificulta a cooperação e a eficiência no combate ao tráfico e que esse modelo de repressão à produção serve como pretexto para os EUA expandirem sua presença na Amazônia, facilitando a defesa de seus interesses nessa região estratégica. Apontamos que o entendimento desse cenário complexo ajudará o Brasil a definir sua política de Segurança para a Amazônia.

Resumen:

El propósito de esa investigación es hacer un análisis de conjunto de la Amazonía, drogas, conflictos colombianos e intereses brasileños, prestando atención especial a la forma de participación de los EEUU en esa región. Así, primero analizaremos las dimensiones internacionales de los conflictos colombianos en la región amazónica y como el Brasil trata el tema de la Seguridad en la Amazonía. Posteriormente, estudiaremos las relaciones entre EEUU y Colombia observando la eficiencia del actual modelo de combate al tráfico de cocaína. Enseguida, profundizaremos en la comprensión de los conflictos colombianos. Finalmente abordaremos los intereses brasileños en el combate al tráfico de drogas y en la valorización de la Amazonía, observando sus posibilidades y limitaciones. La hipótesis es que la influencia de los EEUU dificulta la cooperación y eficiencia del combate al tráfico de drogas y que ese modelo de represión solo de su producción sirve de pretexto a los EEUU para que amplíen su presencia en la Amazonía, facilitando la defensa de sus intereses en esa región estratégica. Subrayamos que la comprensión de ese complejo escenario ayudará para que el Brasil defina su política de Seguridad para la Amazonía.

Abstract:

The purpose of this study is to establish a conjunct analysis of the Amazon region, drugs, conflicts in Colombia and the Brazilian interests, with emphasis on the USA involvement in this region. First, we will analyze the international dimensions of the Colombian conflicts and how Brazil has been dealing with Security in the Amazon region. Next, we will provide a thorough analysis on the Colombian conflicts. Finally, we will broach the Brazilian interests on cocaine traffic combat and Amazon region appreciation, considering its possibilities and limitations. The hypothesis is that the USA's influence makes difficult the cooperation and the efficiency in the fight against traffic and that this model of repression to production serves as pretext for the USA to expand their presence in the Amazon region, facilitating the defense of their interests in this strategic region. We conclude that the understanding of this complex scenario will help Brazil to define its Security policies for the Amazon region.

Introdução:

A região amazônica se tornou a maior preocupação para a política de defesa brasileira em meados dos anos 1980 segundo o professor Miyamoto (2000, p. 30-35)⁴. Na sua opinião isso ocorreu em primeiro lugar porque os problemas na Bacia do Prata (região de tensões históricas) foram praticamente resolvidos com uma maior aproximação entre Brasil e Argentina, inclusive assinando protocolos de integração que culminaram na criação do Mercosul.

Outra causa para essa prioridade da política de defesa do Brasil na região amazônica é porque ela passou a ser alvo de clamores preservacionistas advindos de países desenvolvidos e de organizações não governamentais ligadas ao movimento ambientalista. Segundo a pesquisadora Silva (2004, p. 24) o governo brasileiro passou a receber cobranças advindas da opinião pública nacional e internacional. Acrescenta que as cobranças eram motivadas principalmente pelo grande número de denúncias sobre a devastação da floresta, queimadas, matança e contrabando de animais silvestres e a existência de garimpos predatórios.⁵

Finalmente um problema intimamente ligado com nossa pesquisa e que tornou a região amazônica como ponto fundamental da política de defesa brasileira é o tráfico de drogas como fator de instabilidade nas fronteiras entre os países andinos e o Brasil na Amazônia. Desde o final da década de 1970 a ascensão do tráfico internacional de cocaína, com destaque para a participação da Colômbia nesses negócios ilegais, se tornou uma preocupação para seus vizinhos.

Marcelle Silva (p. 28) aponta que não parece provável que as ameaças que causam preocupação no cenário Amazônico atualmente sejam do tipo “clássico”, ou seja, executáveis por Forças Armadas de outros Estados, mas sim do tipo “irregular” e de caráter transnacional. Acrescenta que:

⁴ Sobre essa afirmação ver: MIYAMOTO, Shiguenoli. (2000) “A política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional”.

⁵ Nesse período também ganhou destaque na imprensa o assassinato de Chico Mendes (em 1988), importante líder na defesa dos extrativistas locais, e reconhecido internacionalmente como defensor da floresta. Por fim outra questão polêmica é a idéia de internacionalização da Amazônia. Mais informações sobre o estabelecimento da região amazônica como prioritária para a defesa brasileira podemos ver nas dissertações de mestrado de SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)** 2004 e também na de NETO, Petrônio De Tilio. **Soberania e ingerência na Amazônia Brasileira** 2003.

Por este motivo, é importante que o Estado Brasileiro esteja presente na região de forma preventiva, de maneira a dissuadir os possíveis invasores, com suas três Forças Armadas (FA) agindo em conjunto, sob a coordenação do Ministério da defesa (MD). As primeiras ações desta espécie ocorreram em 2004, e foram denominadas operações TIMBÓ I e II. Além disso, outro tipo de ação se faz necessária: aquele entre vizinhos, já que o combate aos crimes transnacionais só tem eficácia se for realizado dos dois lados da fronteira (SILVA, p. 28).

Em resumo ela diz que na visão dos militares, o interesse dos países desenvolvidos pela Amazônia influencia o debate acerca de temas como a questão ambiental, a questão indígena, a idéia da Amazônia como patrimônio da humanidade, o tráfico de drogas, além do perigo da escassez de água potável no planeta (SILVA, p. 30).

Nesse sentido temos a ligação de dois assuntos importantes na região amazônica para o Brasil e seus vizinhos: em primeiro lugar **a valorização dessa região como estratégica** e em segundo lugar, **como a participação dos EUA no combate às drogas (já que isso forma parte de sua política de Segurança Nacional) nesse território está afetando os interesses dos países amazônicos**. Diante dessa problemática dividiremos nossa dissertação em quatro capítulos visando estabelecer uma **análise de conjunto sobre Amazônia, drogas, conflitos colombianos e os interesses brasileiros** com especial atenção para a participação dos EUA na Amazônia e no combate ao tráfico internacional de cocaína.

No primeiro capítulo abordaremos a questão da dimensão internacional dos conflitos colombianos, especialmente ligadas à produção e tráfico de cocaína. Em seguida analisaremos porque o Brasil vem considerando a região amazônica como estratégica, sendo nossa principal preocupação na Política de Defesa Nacional em virtude do tráfico de drogas em nossas fronteiras.

No segundo capítulo estudaremos as relações entre os EUA e a Colômbia no combate a produção de cocaína. Tentaremos através de dados quantitativos avaliar a eficiência das políticas de combate a produção de cocaína na Colômbia que vem contando com grande ajuda financeira e tecnológica dos estadunidenses. Com os atentados de 11 de setembro de 2001 aos EUA fomos obrigados a repensar sua política para América Latina abordando a importância de se definir os conceitos de Segurança Internacional

e terrorismo e suas implicações políticas. Finalmente analisaremos o que foi o Plano Colômbia e como os EUA estão influenciando as políticas nacionais da Colômbia no combate ao problema das drogas.

No terceiro capítulo nos focaremos especialmente na Colômbia analisando: um breve histórico das drogas e suas ligações com seus conflitos internos; principais atores envolvidos nos conflitos: Estado, Guerrilha e Sociedade Civil; e o atual cenário: perspectivas.

Por fim, no quarto capítulo analisaremos a questão dos possíveis impactos dos conflitos colombianos no Brasil; a dimensão do problema das drogas internamente e como podemos atuar na cooperação internacional no combate ao tráfico internacional de drogas. As iniciativas dos cocaleros andinos e a chamada política de redução de danos serão analisadas como políticas alternativas à atual política proibicionista patrocinada pelos EUA chamada de “tolerância zero”.

Nossa **hipótese central** é que **o combate à produção de drogas nos países andinos serve como pretexto para os EUA expandirem sua presença na Amazônia**, facilitando a defesa de seus interesses nessa região estratégica. Também argumentamos que **essa influência vem sendo negativa para a cooperação regional na Amazônia** no intuito de resolução de seus problemas comuns e na utilização de seus recursos.

O período escolhido para a pesquisa corresponde desde o projeto Calha Norte (1985) numa sinalização clara de prioridade estratégica da Amazônia para a Política de Defesa Nacional brasileira até 2005 quando há “Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia” (14/12/2005 na Colômbia) onde poderemos observar como as relações entre os dois países vêm se desenvolvendo no combate às drogas na Amazônia.

Para podermos ter em mente as questões geográficas e geopolíticas envolvidas colocaremos na introdução alguns mapas que poderão nos auxiliar na compreensão desse cenário complexo.

Mapa 1- Político da América do Sul



Fonte: <http://www.odci.gov/cia>, acesso em 03/2006.

Mapa 2- Amazônia e drogas



- Rotas de Trânsito Aéreo
- Rotas de Precursores Químicos
- ▲ Ponto de Trânsito
- Centro de Processamento
- ✱ Plataforma de Exportação
- Produção de Coca
- Limite da Bacia Amazônica

Fontes: Base Espacial: IBGE, DCW, ESRI Base de Dados: própria da pesquisa

Organizado por Lia Osorio Machado. Departamento de Geografia - UFRJ.
SIG: Murilo Cardoso de Castro - UFRJ.

Fonte: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map046.htm>, acesso em 03/2006.

Mapa 3 - Político da Colômbia



Fonte: Presidência da Colômbia, www.presidencia.gov.co, acesso em 03/2006.

Capítulo 1: Amazônia e drogas numa análise de conjunto: conflitos colombianos e projetos brasileiros para a região

Nosso objetivo nesse capítulo é demonstrar que para utilizarmos eficientemente nossos recursos na compartilhada região amazônica é necessário entender as dimensões internacionais de seus problemas comuns. Especificamente nesse estudo nos preocuparemos com as dimensões internacionais dos conflitos colombianos, com ênfase para a questão do tráfico de cocaína na Amazônia que afeta negativamente a região em seu conjunto.

Observamos que o Brasil desde os anos 1980 vem se preocupando de forma crescente com a segurança nacional na Amazônia brasileira, com destaque para o problema do tráfico de drogas. Nesse sentido, verificaremos os principais projetos brasileiros para essa região de crescente importância estratégica. Inclusive por essa questão de relevância geopolítica internacional, também abordaremos a influência dos EUA nessas iniciativas brasileiras.

Ao se analisar os conflitos colombianos e os projetos brasileiros para a região amazônica buscamos verificar que é necessário fazer uma análise de conjunto desses dois temas intimamente relacionados, visando uma melhor compreensão da complexidade dos problemas amazônicos. Diante dessa proposta, poderemos pensar mais eficientemente sobre a utilização dessa região estratégica por todos os países que a compartilham.

1.1- A dimensão internacional dos conflitos colombianos: interdependência complexa

Segundo as opiniões de David Marsh e Gerry Stoker as teorias são valiosas precisamente porque estruturam a observação e acrescentam,

La teoría desempeña varias funciones importantes en la búsqueda de una explicación para el funcionamiento del mundo social. Ante todo, coloca en primer plano ciertos aspectos del mundo y orienta sobre qué investigar. Nos permite ver el mundo y centramos en determinados aspectos de la realidad. En segundo lugar, funciona como un útil “sistema de clasificación”, un marco en el que situar la observación de la realidad. En tercer lugar, la teoría posibilita el desarrollo de modelos. Las teorías se enuncian generalmente de una forma bastante abstracta, que condensa y sistematiza la experiencia,

permitiéndonos que “demos una cierta congruencia a informaciones dispersas”. Una buena teoría no sólo resiste ciertas pruebas de la observación sino que tiene, además, coherencia lógica y profundidad. Combina, en un todo complejo, un conjunto de ideas e hipótesis. Finalmente, la teoría facilita el debate, el intercambio y el aprendizaje dentro de la ciencia política. Los enunciados teóricos permiten identificar tanto los puntos en común como las discrepancias entre modelos opuestos (MARSH & STOKER, 1997, p. 28).

O conceito teórico de Interdependência Complexa desenvolvido na obra ***Power and interdependence*** por Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (originalmente em 1976) é importante para entendermos a dimensão internacional dos conflitos colombianos. Esse conceito nos pareceu adequado porque abrange uma perspectiva complexa e multidimensional. Quando estudamos o tema drogas não poderíamos desprezar suas características de Interdependência Complexa.

Definindo o conceito de interdependência os autores (KEOHANE & NYE, 2001, p. 7) nos dizem:

*In common parlance, **dependence** means a state of being determined or significantly affected by external forces. **Interdependence**, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries (grifos no original).*

Porém, além do conceito de interdependência é necessário também entender a questão das assimetrias de poder, como veremos nessa passagem do texto que diz:

*When we say that asymmetrical interdependence can be a source of power we are thinking of power as control over resources, or the **potential** to affect outcomes. A less dependent actor in a relationship often has a significant political resource, because changes in the relationship (which the actor may be able to initiate or threaten) will be less costly to that actor than to its partners (KEOHANE & NYE, 2001, p. 10)⁶*

⁶ Quando Keohane e Nye (p.21) diferenciam o Realismo da Interdependência complexa, podemos observar que eles não excluem uma abordagem em detrimento da outra e argumentam: “We do not argue, however, that complex interdependence faithfully reflects world political reality. Quite the contrary: both it and the realist portrait are **ideal types**. Most situations will fall somewhere between these two extremes. Sometimes, realist assumptions will be accurate, or largely accurate, but frequently complex interdependence will provide a better portrayal of reality. Before one decides what explanatory model to apply to a situation or problem, **one will need to understand the degree to which realist or complex interdependence assumptions correspond to the situation**” (grifos nossos).

Entrando propriamente no conceito de Interdependência Complexa, os autores apontam três características principais: a existência de múltiplos canais que conectam as sociedades; a multiplicidade de temas na agenda internacional sem um claro ordenamento hierárquico dos mesmos e o não emprego da força militar entre as partes em situações ou temas que conformem uma relação de Interdependência Complexa (KEOHANE & NYE, p. 21-25).

Aprofundando um pouco cada uma dessas características, os autores citados começando pela questão dos múltiplos canais que conectam as sociedades dizem que incluem:

*(...) informal ties between governmental elites as well as formal foreign office arrangements; informal ties among nongovernmental elites (face-to-face and through telecommunications); and transnational organizations (such as multinational banks or corporations). These channels can be summarized as interstate, transgovernmental, and transnational relations. **Interstate** relations are the normal channels assumed by realists. **Transgovernmental** applies when we relax the realist assumption that states act coherently as units; **transnational** applies when we relax the assumption that states are the only units (KEOHANE & NYE, p. 21)*

Sobre a multiplicidade de temas sem uma clara hierarquia deles, os mesmo autores argumentam:

*(...) This **absence of hierarchy among issues** means, among other things, that military security does not consistently dominate the agenda. Many issues arise from what used to be considered domestic policy, and the distinction between domestic and foreign issues becomes blurred. These issues are considered in several government departments (not just foreign offices), and at several levels. Inadequate policy coordination on these issues involves significant costs. Different issues generate different coalitions, both within governments and across them, and involve different degrees of conflict. Politics does not stop at the waters' edge. (Op. Cit. p. 21)*

Por fim, em relação ao não uso da força militar onde prevalece a Interdependência Complexa, poderemos explorar mais as relações entre os EUA e a Colômbia observando essa interdependência. Ressaltamos que esse relacionamento afeta também os interesses brasileiros na região amazônica.

Para aprofundar a questão elucidaremos outros dois conceitos desenvolvidos por esses autores e que são interessantes para a nossa reflexão: são as idéias de sensibilidade e vulnerabilidade.

Na minha interpretação o conceito de sensibilidade está ligado a impactos de curto prazo de algum acontecimento internacional nos países. Já o conceito de vulnerabilidade está ligado à capacidade de resposta dos países em longo prazo em alguma situação em que foram sensíveis a algum evento externo. Por exemplo, no caso das crises do petróleo na década de 1970, a maioria dos países foi sensível ao fenômeno, porém, em longo prazo alguns foram menos vulneráveis que outros (KEOHANE & NYE, p. 10-14).

Quando pensamos na questão das drogas e nas relações entre EUA e Colômbia, esses conceitos podem nos ajudar na análise. Eles suscitam algumas perguntas como: como se dão as relações de Interdependência Complexa entre EUA e Colômbia? Quem tira mais proveito dessa situação? Os EUA são sensíveis e/ou vulneráveis às drogas? E a posição do Brasil nesse cenário? Quais os possíveis impactos que poderemos sofrer? Nesse sentido é bastante curiosa a afirmação do sociólogo Manuel Castells (1999; 232) quando diz que:

São os Estados Unidos que dependem do consumo de drogas e arcam com o ônus extraordinário representado pela criminalidade, desintegração social e despesas com a polícia, o poder judiciário e as penitenciárias, que se originam da criminalização das drogas e do tráfico. A heroína proveniente da Ásia também tem seu papel no processo, e as máfias norte-americanas e siciliana, juntamente com quadrilhas domésticas em diversas cidades dos EUA, são importantes no cenário do crime. Entretanto, o tráfico de drogas a partir da América Latina é um elemento essencial da criminalidade nos Estados Unidos, a tal ponto que a política norte-americana para a América Latina é dominada pela obsessão do combate ao tráfico na fase do fornecimento. Trata-se de uma tarefa impossível, mas que, entretanto, transformou por completo as relações entre Estados Unidos e América Latina, de um imperialismo à moda antiga para uma perseguição histórica de um inimigo fugidio que em suas sucessivas escapadas, implode sistemas políticos.

Esse autor continua sua análise com uma pergunta polêmica, onde questiona que se o narcotráfico reverteu o modelo de dependência, então poderíamos afirmar que ele é desenvolvimentista? Respondendo a questão argumenta que

Existem atualmente intensos debates sobre essa questão. Um renomado economista latino-americano que estuda a economia do tráfico de drogas, Francisco Thoumi, acredita que não. Outros, como Sarmiento, relacionam o crescimento econômico da Colômbia às remessas de capital ao exterior e ao investimento gerado pelo tráfico de drogas. Ainda outros, como Laserna, assumem uma posição intermediária, avaliando o impacto econômico da coca/cocaína em função do tipo de desenvolvimento a que nos referimos, de qual segmento econômico e do local onde ocorre. De minha parte, tendo a concordar com Laserna (CASTELLS, p. 232 e 233).

Conclui dizendo (p. 233) que as populações dependentes das áreas de cultivo – na Bolívia, Peru, Equador, Colômbia – melhoram seu nível de renda, mas não suas condições de vida e que isso aconteceu porque a precariedade da produção impede o ingresso permanente de investimentos nesses povoamentos.⁷

Apesar de considerarmos o conceito de Interdependência Complexa bastante útil, acreditamos ser necessário fazer algumas ponderações. Nesse sentido, encontramos algumas interessantes críticas feitas por Bull (2002).⁸ Primeiramente esse autor (2002, p. 312) argumenta que seria absurdo sustentar que a existência de um sistema político envolvendo outros atores, além dos Estados, é um desenvolvimento novo ou recente. O que havia de novo nos séculos XIX e XX era seu caráter e sua abrangência global. Porém, segundo esse autor é duvidoso que se possa demonstrar que as relações transnacionais desempenhem atualmente um papel mais importante, em comparação às relações entre os Estados, do que em fases anteriores do sistema político mais amplo de que ambas participam.

Outro argumento levantado pelo autor mencionado é que em si mesmo os fatores de consolidação do sistema político mundial não garantem a emergência de uma sociedade mundial integrada. Continua dizendo que não há dúvida que há hoje entre todas as sociedades um grau de interdependência ou sensibilidade recíproca na busca de objetivos humanos fundamentais, mas adverte,

⁷ Castells (p. 233) continua seu argumento dizendo que “Trata-se de cidades fronteiriças, sempre sujeitas ao êxodo, prontas para serem desmanteladas em uma determinada localidade para nascer novamente 100 quilômetros mais para o interior da floresta tropical”. Mais informações sobre esse debate, ver: BORGES, 2002 e 2003.

⁸ Originalmente lançado em 1977.

(...) precisamos reconhecer igualmente que o termo “interdependência” se vulgarizou e serve para racionalizar as relações entre uma potência dominante e seus territórios, em que **a sensibilidade é mais unilateral do que mútua**. (BULL, p. 315 - grifos nossos).⁹

Mesmo com essas ponderações, a interdependência complexa nos parece adequada para analisar o problema de natureza transnacional que é o tráfico de drogas e também avaliar seus possíveis impactos. Sobre esse tema iremos fazer uma análise focada especialmente no Brasil no último capítulo. No próximo tópico buscaremos demonstrar como o Brasil vem tratando a questão da segurança nacional na Amazônia brasileira, e observar como ela está intimamente ligada com os conflitos colombianos, especialmente no combate ao tráfico internacional de drogas.

1.2- A Amazônia como região estratégica: alguns projetos do Brasil para a região e o problema do tráfico de drogas nas fronteiras

A Amazônia é uma região estratégica para o Brasil desde o final do século XIX, como demonstra trabalhos do consagrado escritor brasileiro Euclides da Cunha que estudou este tema em profundidade, analisando a importância da integração da Amazônia Brasileira ao Pacífico.¹⁰ Essa região foi adquirindo crescente importância durante o século XX e ainda mais no início do XXI como demonstra diversos trabalhos¹¹ sobre os recursos e a importância geopolítica e geoeconômica da Amazônia atualmente.

⁹ Esse autor ainda acrescenta que “Os apelos à interdependência (dos aliados da OTAN; dos países ricos, membros da OCDE; produtores e consumidores de recursos) têm um forte conteúdo político, refletindo, muitas vezes, o temor de que a interdependência das decisões tomadas por duas sociedades não venha a ser reconhecida, ou a demanda de que deva ser reconhecida e não a crença de que tais decisões sejam de fato interdependentes. Ademais, mesmo quando há uma genuína interdependência das decisões de duas sociedades, e da percepção deste fato, isto por si mesmo **não gera um senso de interesse comum** e, menos ainda, de **valores comuns**” (BULL, p. 315 – grifos nossos).

¹⁰ Inclusive recentemente foi desenvolvida a dissertação de mestrado, sob orientação do professor Enrique Amayo, no curso de Sociologia da UNESP pela pesquisadora Magalhães Ramon, I.V. **A Amazônia e a integração ao Pacífico. Euclides da Cunha: no Centro da História?**. FCL – Car. – UNESP, abril de 2003.

¹¹ Dentre estes, podemos destacar: AMAYO Z., Enrique: (1) “Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes - Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos EUA e Japão”. (1993); (2) “*Why to study the historical formation and main current problems of Amazonia?. The indigenous question, democracy, diversities and bio-piracy*”, (2000) e; (3) **Amazonia, MERCOSUR y las posibilidades de integracion** (2004); Aziz Ab'Saber (2005) e Bertha K. Becker com o artigo “Geopolítica da Amazônia” (2005).

Segundo o consagrado pesquisador Aziz Ab'Saber (2005, p. 19) “A porção brasileira da Amazônia, pelo seu tamanho e extensão, constitui o mais importante megadomínio de natureza tropical da Terra”.

Sobre os recursos estratégicos da Amazônia e a importância da integração ao Pacífico temos uma importante contribuição na linha de pesquisa de Amayo Zavallos que vêm produzindo diversos textos sobre esse tema. Farei uma breve exposição de suas idéias principais.

Começando por explicar o que é a Amazônia devemos salientar que essa região é distribuída ao longo de oito países independentes - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - e de uma colônia - Guiana Francesa. Esta última não participa do Tratado de Cooperação Amazônico (T.C.A.)¹², estipulado entre os países amazônicos, devido a sua condição colonial.

Segundo Amayo (1993, p. 129) esse tratado é de grande importância para a possível integração dos países amazônicos porque

(...) reside no reconhecimento da soberania de cada um dos países signatários sobre a parte que lhe corresponde da Amazônia – a isto se chama *regionalização*, como conceito oposto à internacionalização – permitindo também discussão e tomada de posição sobre a problemática do conjunto. Trata-se de um importante gérmen de integração sul-americana, mais ainda se considerarmos ser o único pacto que reúne países do Pacífico e do Atlântico deste subcontinente.

Neste contexto, a Amazônia atualmente representa um importante ponto estratégico em nível mundial, pois essa região apresenta alguns dos recursos mais valorizados hoje no mundo. Segundo Amayo (1993, p. 118):

(...) a Amazônia é importante basicamente como fonte de vida, por sua biodiversidade e seus recursos genéticos (respectivamente, possui os mais variados e maiores do mundo). Por essa razão, poderia servir como base de grande e diversificada indústria farmacêutica e de outras atividades econômicas compatíveis com a manutenção e o aproveitamento (manejo racional) das múltiplas formas de vida (vegetal e animal). A Amazônia, além disso, é fundamental para o mundo por seus recursos hídricos, madeireiros e pela possibilidade de produzir quantidades substanciais de produtos tropicais e típicos da região (polpas, frutas, cascas, resinas,

¹² Tratado firmado pelos oito países - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - em Brasília, em 3 de julho de 1978. (AMAYO, 1993, p.129).

óleos, essências, entre outros), não esquecendo que a região é também, importante depósito de grande quantidade de minerais, gás, petróleo etc.

Esse trabalho acrescenta que volumes expressivos de toda essa riqueza poderiam ser obtidos na Amazônia, desde que fosse adotada como condição *sino qua nom* o desenvolvimento integral auto-sustentado. Conclui (p. 130) dizendo que desenvolvimento implica tanto na *preservação* (significando uso econômico não-destrutivo) quanto que os *beneficiários* devem ser, em primeiro lugar, os habitantes da região e, depois, outros grupos sociais e regiões necessitadas (como parte de um processo de redistribuição).

Amayo (1993, p. 136) diz que os países amazônicos, principalmente por razões defensivas, ou seja, contra as intenções de países centrais que em diversas ocasiões tentavam "justificar" sua internacionalização, firmaram o TCA que em 2002 se tornou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA) (SILVA, p. 40). Em outro artigo em (2004, p. 6) esse mesmo autor diz:

Hasta dónde sabemos, la última vez en que directa y claramente el Presidente de un país central levantó argumentos para intentar justificar su internacionalización, fue en 1989; ese año: (...) nuevamente fue levantado el fantasma de la internacionalización de la Amazonía principalmente por obra del Presidente François Mitterrand. En la Conferencia de Medio Ambiente de la Haya él propuso la creación de una Alta Autoridad Mundial para Asuntos Ambientales con capacidad de ingerencia, lo que significaría limitar las soberanías nacionales con relación a bienes considerados de interés para la humanidad, como la Amazonía.

Amayo (2004, p. 6) ainda acrescenta que por outra parte, de maneira *indireta e permanentemente*, **a política dos EUA trabalha para penetrar e controlar a Amazônia**. Nesse sentido disse que isso é importante para entender a política atual dos EUA em relação à Colômbia (de apoio através do Plano Colômbia (1998), que consiste em um projeto financeiro-militar de combate às drogas na região que conta com grande respaldo dos EUA) gerando impactos nos países vizinhos.¹³

Esse mesmo autor acrescenta que essa mesma política torna entendível o interesse dos EUA em controlar bases militares em diferentes países

¹³ Sobre esse tema defendi, sob orientação do professor Enrique Amayo, a monografia no curso de ciências econômicas **Os possíveis impactos do Plano Colômbia no Brasil: aspectos econômicos, estruturais e diplomáticos**, UNESP, 2003.

amazônicos como a Base de Manta no Equador, de Iquitos no Peru e de Alcântara no Brasil; além do acesso irrestrito à informação coletada pelo gigantesco projeto militar brasileiro denominado Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Esse é um projeto eletrônico cuja capacidade e alcance permite vigiar não só a Amazônia brasileira como toda a região compartilhada da Amazônia.¹⁴

Os EUA, por razões estabelecidas no contrato de venda da tecnologia que tornou possível o SIVAM, obtiveram o direito, gratuitamente, a compartilhar com o Brasil toda a informação coletada.¹⁵ Além dessa questão já gerar polêmicas temos um assunto ainda mais grave que são as suspeitas de irregularidades no processo de seleção de empresas com favorecimento da *Raytheon* dos EUA que disputava com a francesa *Thomson*. Adiante, abordaremos mais essa problemática.¹⁶

Depois de analisar alguns motivos da Amazônia ser estratégica para o Brasil e os outros países amazônicos faremos um recorte demonstrando os principais projetos nacionais de defesa para essa região.

Em sua dissertação de mestrado Silva (2004, p. 15-16) coloca que a hipótese central de seu trabalho é que o Estado brasileiro respondeu às ameaças de segurança na Amazônia por meio de empreendimentos estratégicos elaborados e/ou implantados no período que vai de 1985 a 2002 e que seriam: o Programa Calha Norte (PCN); o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e sua parte operacional, o já citado Sistema de Vigilância

¹⁴ Mais informações sobre essa polêmica ver: AMAYO Zevallos, Enrique. "Amazonia, MERCOSUR y las posibilidades de integración" (2004).

¹⁵ Segundo Amayo (2004, p. 7) "Infelizmente todo indica que lo que sucede en América del Sur no se limita a ella ya que EUA tendría también, en construcción, su contrapartida militar en el Norte. Nos referimos al establecimiento del Plan del Comando Unificado 2002 o Northcom o Comando Norte dedicado a la región que cubre Alaska, parte del Caribe y aguas vecinas del Atlántico y Pacífico hasta Panamá; para este proyecto EUA cuenta con la colaboración de los gobiernos de esa área. Y esa colaboración de los gobiernos no se limita al Norte pues en el Sur, como lo prueban el PC y las bases mencionadas, infelizmente sucede lo mismo. Todo eso es debido a que EUA está intentando imponerle al mundo, partiendo especialmente de los países débiles, lo que considera que son sus intereses nacionales. Dentro de ellos resultan lógicos los planes para el Sur (o sea, en este caso, América del Sur) y Norte (que en verdad cubre América Central y del Norte) que acabamos de describir ya que, en la visión que los EUA tiene de sus intereses nacionales, éstos 'crecientemente diluyen las demarcaciones entre los asuntos domésticos y los internacionales'. Eso explica porque ese país, para obtener lo que quiere, usa todo tipo de presión ya que, en su opinión, eso es legítimo cuando lo querido forma parte de lo que define como sus intereses nacionales; simultáneamente legitima así la expansión y/o control de territorios fuera de sus fronteras".

¹⁶ Encontramos mais informações sobre essas polêmicas em: SILVA, p. 71; BANDEIRA, 2004, p. 87-94 e ROSSI, 2002.

da Amazônia (SIVAM). Também acrescenta que o documento Política de Defesa Nacional (PDN, 1996) também foi importante para a defesa da região amazônica, uma vez que abriu caminho para a criação do Ministério da Defesa (1999) e “citou abertamente a Amazônia como região fundamental para a defesa do país, confirmando a valorização estratégica da região”.

Cada um desses empreendimentos é analisado detalhadamente no trabalho citado e não é isso que nos importará no momento, mas sim fazer a ligação desses projetos com o combate ao tráfico de drogas analisando suas efetividades.

Silva (p. 44) argumenta que o fim da Guerra Fria trouxe consigo a ascensão das chamadas “novas ameaças” à segurança internacional, também conhecidas como “ameaças irregulares”. Dentre elas, destacam-se: tráfico de drogas, o crime organizado, as guerrilhas, o terrorismo, além dos problemas ambientais. Sobre a Amazônia brasileira a autora diz que ela “passou ser encarada pelos militares como uma zona de vulnerabilidade estratégica, uma vez que constitui arena privilegiada para a expansão potencial da maioria destes problemas”.

A autora (p. 48) argumenta que com relação ao crime organizado, houve a intensificação do combate ao tráfico de drogas no continente, principalmente a partir do final dos anos 90 com a elaboração e execução do polêmico e já citado Plano Colômbia que será analisado posteriormente nesse trabalho.

Porém também persistiam outros problemas antigos na região, como o difícil controle do desmatamento, uma rica biodiversidade ainda pouco explorada e suscetível a biopirataria, garimpos predatórios e ilegais, além de inúmeros conflitos entre brancos e índios pela posse da terra. A pesquisadora conclui dizendo que “neste contexto, o PCN e o SIVAM/SIPAM, tornaram-se componentes importantes da Política de Defesa Nacional” (SILVA, p. 48).

O Programa Calha Norte (PCN) foi lançado em 1985 no governo Sarney e segundo Silva (p. 51) “pode ser considerado o primeiro passo em direção a uma política de defesa que contempla abertamente a Amazônia brasileira como prioridade estratégica, no período pós-autoritário”. Esse programa foi criado para viabilizar a ocupação, e garantir maior presença militar nas fronteiras do Brasil com quatro países e uma colônia: Colômbia, Guiana, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa.

Silva (p. 59) argumenta que o PCN apesar de ser considerado militarista pelos seus críticos, foi defendido sempre pelos seus gestores que dizem que se tratava de um projeto de caráter multidisciplinar, com forte apelo desenvolvimentista e até mesmo social, no sentido de promover a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das regiões fronteiriças que ele atende, além de dar apoio às populações locais.

Em dezembro de 1994 o Senado aprovou o financiamento externo no valor de US\$ 1,395 bilhão¹⁷ para o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Somente em julho de 1997 o contrato do SIVAM entrou em vigor. Segundo Silva (p. 72) ao final da década de 90 o SIVAM foi desenvolvido gradativamente, sendo que em julho de 2002 entrou oficialmente em funcionamento, a partir da inauguração do Centro Regional do SIPAM localizado em Manaus, considerado o núcleo piloto do sistema.

O objetivo do sistema (SIPAM) é possibilitar a integração de ações e informações para a proteção da região amazônica brasileira, visando seu desenvolvimento sustentável, através da implementação de infra-estrutura de meios técnicos, maximizando sua utilização pelas organizações governamentais com atuação na região (SILVA, p. 72).

Já o SIVAM é o braço operacional do SIPAM, e nas palavras da pesquisadora citada “constitui-se na infra-estrutura de meios técnicos que viabilizará a aquisição, tratamento, armazenamento e a difusão de dados, através de sensores e redes de telecomunicações, visando proporcionar aos participantes do SIPAM, o conhecimento a respeito de assuntos pertinentes à proteção da Amazônia Legal Brasileira” (SILVA, p. 73).

Outras funções do SIVAM são apontadas por Silva (p. 73) e dentre elas destacaríamos o apoio ao exercício da repressão aos ilícitos em geral,

¹⁷ A pesquisadora Rossi (2002) debate muito essas cifras demonstrando que com os juros pagos nos empréstimos para o financiamento desse projeto, isso significaria um valor muito maior, acarretando em maior utilização do dinheiro público nesse projeto polêmico. Os valores calculados por Rossi (2002, p. 99) para a cotação do real em 25/07/1997 sendo cada dólar equivalente à aproximadamente R\$ 1,08, o valor da dívida em reais seria R\$ 1.916.083.644,30. Porém, com a desvalorização do real entre julho de 2002 e julho de 2003 com uma cotação correspondente a R\$ 3,28, a cifra passaria então a R\$ 5.819.997.777, 94. Depois calculando a dívida em função dos juros e prestações, a pesquisadora (ROSSI, 2002, p. 100) chega ao resultado de R\$ 18.085.231.606,81, ou seja, uma cifra bem mais alta do que poderia parecer à primeira vista sem fazermos essas simulações e cálculos. Uma outra polêmica importante apontada por Rossi é que o SIVAM penetra no interior dos outros países amazônicos, podendo gerar instabilidades futuras.

abrangendo a luta contra a exploração irregular dos recursos naturais, contrabando e tráfico de drogas.

A autora citada nos dá a informação que o aparato técnico do SIVAM é composto por seis satélites, dezoito aviões, vinte e cinco radares, diversas estações meteorológicas fixas e móveis, e mais de duzentas plataformas para a coleta de dados em rios. O projeto viabiliza a vigilância de 5,2 milhões de km² e tem como propósito zelar pela Amazônia Legal. Fornece dados sobre o subsolo, a cobertura vegetal e possibilita a detecção de aviões que sobrevoam a região. Segundo o discurso oficial do governo brasileiro, os dados coletados servirão também para auxiliar no combate ao desmatamento e tráfico de drogas, além de permitir um melhor conhecimento científico sobre a Amazônia brasileira (SILVA, p. 80-81). A pesquisadora da geopolítica da Amazônia Bertha Becker (2005, p. 85) destaca também o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação para a sustentabilidade dos ecossistemas florestais e para um melhor aproveitamento dos recursos na Amazônia.

Como já citamos anteriormente, muitas polêmicas envolvem o SIVAM e um primeiro ponto interessante é a afirmação que Silva (p. 81) faz ao dizer que “a necessidade de proteger e conhecer melhor uma região tão importante como a Amazônia é inquestionável, **o problema é como se faz isso**” (grifos nossos).

A pesquisadora (p. 81) aponta como principais polêmicas: a viabilidade do sistema, seu alto custo, as já citadas suspeitas de espionagem e irregularidades nas licitações e principalmente a ausência de participação de setores representativos da sociedade civil amazônica.

O professor de história da Universidade de Brasília, Luiz Alberto Moniz Bandeira, explica (2004, p. 106) que a promiscuidade entre serviços de inteligência dos Estados Unidos e a Polícia Federal do Brasil resultara de um acordo para o combate ao narcotráfico, firmado pelo chanceler Roberto de Abreu Sodré com o embaixador Harry Schlaudeman, em 3 de setembro de 1986. Acrescenta que desde 1990, os Estados Unidos haviam passado a fornecer US\$ 1 milhão por ano à Polícia Federal, para o combate ao narcotráfico, e o acordo foi renovado pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia e o embaixador Melvyn Levitsky, em 12 de abril de 1995. Segundo palavras do autor citado:

Esse acordo permitia a execução de vários projetos, visando a treinar agente, estabelecer unidades especiais, reprimir o tráfico de drogas na Amazônia etc. E os recursos provenientes do *International Narcotics Control* (INC), um programa do Departamento de Estado, e da *Drug Enforcement Administration* (DEA), eram depositados em contas nominais dos chefes da divisão de combate a entorpecentes e serviam não só para financiar operações, mas também para pagar diárias, passagens, hospedagens de agentes e delegados da Polícia Federal. Além de fonte de corrupção, esse procedimento constituía uma forma de cooptação dos policiais brasileiros, de induzi-los a servir aos interesses americanos, que ultrapassavam o narcotráfico e abrangiam a indústria química fina, siderúrgica, biotecnologia e biopirataria, Mercosul, Projeto SIVAM, privatizações, setor energético e telecomunicações. (...) Mas o fato era que o combate ao narcotráfico podia valer como pretexto para quaisquer atividades de espionagem (BANDEIRA, 2004, p. 106-107).

Bandeira (p. 108) diz que a oficialidade das Forças Armadas brasileiras irritou-se quando instrutores da DEA, a convite da Polícia Federal, foram observar, em 1998, operações na Amazônia e lecionaram em escola de sobrevivência na selva, nas proximidades de Manaus. E o autor acrescenta:

A defesa da Amazônia constituía prioridade estratégica do Brasil, e as Forças Armadas sempre foram contrárias aos exercícios de contingentes estrangeiros ou convidados naquela região, pois temiam, inclusive, que os Estados Unidos usassem o combate ao narcotráfico como *rationale* para expandir sua presença na Amazônia (BANDEIRA, p. 108-109).

Uma questão interessante levantada por Silva (p. 82) é que se a defesa da soberania do território brasileiro é tão importante, por que entregar o projeto SIVAM a empresas estrangeiras? Citando uma declaração do almirante-de-esquadra Mário César Flores (que foi um dos responsáveis pela implantação do sistema), Silva (p. 83) descreve que ele disse que a necessidade de se contratar empresas estrangeiras ocorreu devido à inexistência de equipamentos essenciais no mercado nacional, além da necessidade de financiamento.

Sobre essa justificativa nos pareceu bastante interessante a análise de Rossi (2002, p. 74) dizendo que o SIVAM é um projeto de dependência tecnológica desnecessário, isso porque a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sugeriu um SIVAM com tecnologia nacional, ou

seja, uma alternativa que reativaria a indústria brasileira e o surgimento de novos postos de trabalho e acrescenta:

Segundo a entidade, algumas empresas nacionais possuem condições técnicas para desenvolver um sistema de proteção ambiental, pois entendem desta questão, visto estarem trabalhando com imagens de satélites para identificação de queimadas e desmatamentos, interpretando-as para ver se ocorrem em área indígena, parque nacional ou propriedade privada nos estados de Mato Grosso, Goiás e parte da Amazônia, podendo ampliar suas experiências (ibid.).

Aqui cabe a indagação que se as maiores preocupações de defesa brasileira são a internacionalização da Amazônia, a biopirataria e presença dos EUA nessa região nos parece incoerente uma empresa norte-americana ter livre acesso às informações do sistema. Essa indagação se reforça quando o ex-ministro da defesa José Viegas Filho em 2003 diz que:

(...) é para garantir a efetiva segurança daquela região [Amazônia] que estamos estabelecendo, com vizinhos como Peru, a Bolívia e a Colômbia, uma ampla cooperação para a vigilância de nossas fronteiras comuns, em um processo no qual se contempla o compartilhamento dos resultados gerados pelo SIVAM. **É muito nítida a idéia de que a defesa da Amazônia depende de uma ação coordenada dos países que integram o arco norte da América do Sul** (grifos nossos).¹⁸

Nessa mesma direção temos a opinião de Silva (p. 30) que diz que “as formas de garantir a segurança são muitas, e no caso amazônico, **soluções estritamente militares são ineficazes, na medida em que sozinhas, não resolvem problemas de segurança que são transnacionais**” (grifos nossos).

Nesse sentido concluímos que a militarização da Amazônia em virtude do problema do tráfico de drogas (influenciada principalmente pelos EUA) não está atuando da melhor maneira para a utilização dos recursos estratégicos desse território e está prejudicando o desenvolvimento regional da Amazônia.

¹⁸ Ministério da Defesa. Mensagem do Ministro de Estado da Defesa, José Viegas Filho, sobre a atuação do Ministério da Defesa em 2003. Brasília, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: www.defesa.gov.br/entemet/sitios/internet/discursos/2003/12-03/discurso,19,12,03_a.htm.

Capítulo 2: Debates Recentes sobre as Relações EUA e Colômbia: “Economia da droga”, Segurança Internacional, terrorismo e Plano Colômbia

As relações entre os EUA e os países Andinos em boa medida são determinadas por questões como o combate à produção e ao tráfico de drogas, Segurança Internacional e recentemente também à chamada “guerra ao terrorismo”. Nossa hipótese é que os EUA afetam as relações entre os países amazônicos interferindo em nossos interesses e dos demais países da região, dificultando o enfrentamento dos problemas amazônicos e a cooperação regional.

Nesse sentido, primeiramente faremos um estudo quantitativo do cenário Andino nos últimos anos para verificar as dimensões da produção e do tráfico de drogas na região. Mas para isso, consideramos necessário analisar as metodologias de mensuração desse setor ilegal da economia para podermos avaliar com maior consistência a eficiência do atual modelo de combate às drogas, particularmente estudando o caso colombiano.

Posteriormente, faremos algumas reflexões conceituais sobre Segurança Internacional e Terrorismo e suas implicações políticas. O objetivo desse estudo é avaliar, da perspectiva latino-americana, as políticas dos EUA para a região e refletir sobre seus impactos. Finalmente verificaremos o que foi o Plano Colômbia e como os EUA influenciam as políticas internas colombianas de combate à produção e ao tráfico de drogas.

2.1- “Economia da Droga”: teoria, caso colombiano e tendências recentes

2.1.1- Teoria e o caso colombiano

A “Economia da Droga” (ED) é um assunto difícil de se estudar, pois as avaliações sobre sua produção e consumo dependem de informações imperfeitas, logo só é possível fazer estimativas. De acordo com o economista francês Pierre Salama a melhor aproximação consiste em confrontarmos dados e estimativas obtidas acima da cadeia (na produção e transformação) e abaixo (no consumo) (SALAMA, 1999, p. 63).

Para fazermos a análise acima da cadeia, devemos efetuar uma série de estimações. Pode-se estimar a quantidade de hectares dedicados ao cultivo da folha de coca, selecionando os países que a produzem. Posteriormente calculam-se conjuntamente os rendimentos por hectare, diferentes segundo a fertilidade das terras dedicadas a este cultivo, os adubos e às mudanças climáticas. Assim se obtém uma tabela de quantidade produzida, na qual se deverá subtrair o consumo local de folhas de coca, importante por razões históricas e culturais para as populações indígenas no Peru, Bolívia e Equador. Uma vez deduzido este consumo, obtém-se uma quantidade de folhas cuja transformação em “pasta” e logo em “base” constituem fases relativamente simples do processo. Esta “base” se transforma então em HCL (cloridrato de cocaína em português), ou seja, em cocaína, graças à adição de produtos químicos em laboratório. Para conhecer o valor da cocaína exportada é necessário multiplicar a quantidade líquida produzida por um preço ou uma tabela de preços.

Em relação à estimativa do consumo, para posterior comparações com a produção, nos orientarão o principal método utilizado por Salama, ou seja, operar por pesquisa, distinguindo os consumidores ocasionais dos viciados. Uma vez conhecido o gasto total, se obtém o consumo em volume que se pode comparar com as estimações feitas na oferta. Depois de feito o cruzamento desses dados também é interessante estudar que impacto exerce na economia colombiana a movimentação desse dinheiro ilegal.

A estimação macroeconômica da repatriação é muito difícil, porém devemos perceber que esse tipo de economia ilegal, em termos agregados, pode desencadear muitos efeitos na economia nacional devido à sua magnitude elevada. A Colômbia se constitui como um importante país para uma análise macroeconômica dos efeitos da grande repatriação de dinheiro “sujo” em sua economia. A reciclagem é em geral facilitada pela existência de um Estado fraco, cuja administração e outros dispositivos governamentais são particularmente deficientes em relação à corrupção e pela existência de uma economia informal substancial que, como o narcotráfico, produz ilegalmente bens e serviços, mas cuja produção e consumo não são proscritos. Salama (1999, p. 87) acrescenta que *“La existencia de esta economía (...) permite la ampliación de los límites de lo ilegal-legal y permite así el incremento de las*

actividades ilícitas". Os gastos dos narcotraficantes são, em um grau maior ou menor, geradores de empregos e riquezas. Porém não é possível dizer que exercem um efeito positivo no conjunto da economia.

Usando a metodologia descrita anteriormente, veremos como ela pôde ser aplicada ao caso colombiano. De acordo com Steiner (1997, p. 8), que faz um estudo detalhado da ED na Colômbia, os escritos influentes manejam cifras extremamente grandes, que vão desde compras anuais de cocaína de 2.500 toneladas por parte dos Estados Unidos, até ganhos anuais de narcotraficantes colombianos de mais de U\$ 25 bilhões. Ainda acrescenta que em nenhum desses cálculos está explicitada a metodologia utilizada e, na maioria deles, se trata de estimativas com base em outras estimativas. Não se menciona o período de referência e, de fato, um marco comum a todos eles consiste em mostrar estimativas que não apresentam relação alguma com estudos rigorosos.

Nesse sentido, o autor denomina estas estimativas de "folclóricas". Para medir a produção o autor usa a metodologia já descrita anteriormente, acrescentando que as folhas (produção potencial) são medidas em milhares de toneladas e a HCL (cocaína) em toneladas.¹⁹ Para se conhecer o valor da cocaína exportada é necessário multiplicar a quantidade líquida produzida por um preço, ou uma média de preços.²⁰ As cifras obtidas, uma vez deduzidas as apreensões internacionais, só serão de total credibilidade se as estimativas feitas sobre a oferta se aproximarem das referentes à procura. Uma vez que a despesa total seja conhecida e dividida por um índice de preço de varejo, obtém-se o consumo em volume, que então é possível comparar com aquele deduzido de estimativas feitas sobre a oferta.

¹⁹ Além disso, são só consideradas para a produção 80% das folhas (os 20% restantes sendo para o consumo interno e apreensões). Esses 80% são transformados em HCL conforme os fatores de conversão (Peru 334/1, Bolívia 373/1, Colômbia 500/1). Enfim, para cada país a produção de HCL é deduzida da produção das folhas, independente do lugar em que ela se realiza, isto é, sobretudo Colômbia (SALAMA, 1999, p. 65.).

²⁰ Preços diferentes devem ser considerados: o de atacado no embarque, os de semi-atacado e de varejo na chegada nos países consumidores. Segundo Salama (1999, p. 64) a hipótese consistente é que a Colômbia controle o transporte e que seja, portanto, preciso considerar os preços de atacado na chegada para deduzir a quantidade de dinheiro passível de ser repatriada, após a "lavagem".

A seguir fizemos um modelo simplificado dessa metodologia e sua aplicação empírica nas tabelas 1 e 2. Os autores estudados fizeram análises até 1995, mas posteriormente iremos atualizar vários desses dados.

Teoria: metodologia simplificada proposta pelo economista colombiano Roberto Steiner (1997) para se quantificar a “economia da droga”

Dados acima da cadeia	Dados abaixo da cadeia
(PRODUÇÃO)	(CONSUMO + APREENSÕES)
Quantidade de folhas e cocaína (área, rendimento, adubo, clima etc.)	Consumo
(-)	(gasto = ocasionais + viciados)/
Consumo local (importante por questões culturais para as populações andinas)	preço varejo
	(+)
	Apreensões em toneladas
	Volume estimado do consumo
	(+)
Volume estimado total da produção	Volume das apreensões

Fonte: Elaboração própria baseada no trabalho de Steiner (1997).

Tabela 1 - Produção de folhas (em milhares de toneladas) e de cocaína (em toneladas) 1980 - 1995

	Bolívia		Peru		Colômbia		Total
	Folhas	Cocaína	Folhas	Cocaína	Folhas	Cocaína	Cocaína
1980	53	70	50	90	2	4	163
1981	60	86	50	90	3	4	180
1982	60	86	46	80	9	14	180
1983	40	43	90	185	14	22	250
1984	63	108	97	201	14	22	331
1985	53	87	95	196	12	20	303
1986	71	124	120	256	19	31	411
1987	79	143	191	426	21	33	602
1988	78	141	188	418	27	43	603
1989	78	140	186	416	34	54	610
1990	77	138	197	442	32	51	630
1991	78	140	223	504	30	48	692
1992	80	145	224	506	30	47	699
1993	84	145	156	343	32	51	538
1994	90	156	165	366	36	57	580
1995	85	146	184	410	41	65	621

Fonte: Steiner, obra citada, p. 27.

Tabela 2 - Consumo, apreensões e exportações líquidas de cocaína (1988 – 1993)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	média
Consumidores (millhões)							
. Dependentes	2.54	2.62	2.47	2.22	2.34	2.13	
. Ocasionais	7.35	6.47	5.58	5.44	4.33	4.05	
Gastos (em bilhões de \$)	32.8	35.6	34.3	32.3	31.4	30	
Preço, estimativa alta (\$/grama)	148	138	176	154	154	147	
Preço, estimativa baixa (\$/grama)	147	103	165	121	123	117	
Consumo, em toneladas, com estimativa de preços altos	244	286	215	230	224	224	
Consumo, em toneladas, com estimativas de preços baixos	311	382	230	293	280	283	
Consumo nos EUA (em média)		334	223	262	252	254	265
Consumo mundial (1)		371	247	291	280	282	294
Apreensões mundiais		247	247	341	282	266	277
Exportações mundiais		618	494	632	562	548	571
Exportações colombianas (2)		464	371	474	422	411	428
Apreensões das exportações colombianas		185	185	256	212	200	207
Exportações efetivas da Colômbia		278	185	218	210	211	221

(1) Supondo que os Estados Unidos represente 90 % do mercado mundial.

(2) Supondo que a Colômbia fornece 75 % do total.

Fonte: Steiner (1997), p. 24.

Entre 1988 e 1993 o consumo mundial médio de cocaína se situava por volta de 294 toneladas e as apreensões em torno de 277 toneladas. A media das exportações totais no período foi de 571 toneladas. A produção estimada, em média, no mesmo período foi de 628 toneladas.²¹ Assim, a diferença entre as duas estimativas é de aproximadamente 10%, uma diferença pequena e conclui:

De esta estimación se pueden sacar dos conclusiones. La primera: el consumo de cocaína tiende a bajar en Estados Unidos; además, el precio baja fuertemente. La valoración del volumen del negocio de cocaína, ya sea al por mayor o al por menor, está muy por debajo de la que se encuentra en la prensa. La segunda: las incautaciones están en un nivel muy alto, muy superior al que normalmente se estima, ya que rondarían de media el noventa por ciento del consumo mundial, o sea, algo menos del cincuenta por ciento de la producción mundial. Quitar importancia a las incautaciones torna incoherente el cruce de datos de la oferta y la demanda y lleva a sobrestimar el consumo, o bien a subestimar la producción, o a las dos cosas. Estamos lejos de las estimaciones “pintorescas” que se anuncian en todas partes, a menudo por organismos oficiales cuyo objetivo pareciera ser más justificar

²¹ Colocamos fundo escuro e em negrito os dados que trabalhamos pormenorizadamente.

la lucha contra la criminalidad que la exposición científica de la economía de la droga (SALAMA, 1999, p. 69).

Na mesma direção de Salama, Raúl Fernández, da Universidade da Califórnia (EUA), conclui:

Resulta notoriamente parcializado que muchas autoridades norteamericanas y los medios de comunicación magnifiquen el mercado de la cocaína, cuando hasta altos dignatarios estadounidenses como Barry McCaffrey (Chamado “O Czar das Drogas” do governo Clinton), se han visto obligados a afirmar que «dentro de 10 años Estados Unidos va a estar usando mucho menos cocaína que hoy en día. (...) Por lo demás, es notorio que el mercado norteamericano del alcohol y el tabaco –consideradas drogas «buenas» y que son producidas en su mayoría por empresas de Estados Unidos– es mucho mayor que el mercado de la cocaína. (...) De lejos estas drogas «buenas» producen muchas más muertes que las otras y es notorio que hasta el momento no se ha reportado ninguna muerte por el consumo de marihuana. Podría afirmarse sin equívocos que el consumo de cocaína ha disminuido. Esta droga ha sido reemplazada por otras cuya procedencia principal no es América Latina ni Colombia; se ha sobrestimado con fines políticos el tamaño del mercado norteamericano de la cocaína (FERNÁNDEZ, 1999).

Passaremos agora à atualização e análises dos dados mais recentes.

2.1.2- Economia da droga no período recente

A ONU todo ano produz um relatório sobre a produção, o tráfico, o consumo e o preço das drogas ilícitas no mundo. Essa pesquisa leva o título de **World Drug Report** e utilizaremos sua versão mais recente (2005) para nossas análises. Em comparação com a teoria proposta no item anterior, a ONU não segue esse modelo e tem uma metodologia própria que reproduzimos em nosso primeiro Anexo.

É necessário dizer que apesar de muito útil a metodologia proposta pela ONU pode apresentar sérias distorções. Como um exemplo, os dados divulgados nesse relatório são coletados de acordo com um questionário que os países devem preencher sobre suas informações relativas aos ilícitos, não sendo possível uma comparação segura de país para país sobre a confiabilidade dos dados ou sobre métodos mais eficientes de pesquisas internas sobre drogas. Ou seja, são estatísticas oficiais feitas a partir da metodologia usada por cada um dos países na coleta de seus dados.

No entanto isso não significa que não estamos avançando em relação ao estudo do problema dos ilícitos e com o tempo talvez possamos construir indicadores mais precisos, porque como diz o relatório de 2004:

(...) drug control programmers must better attune themselves to the dynamics of drug markets: a better understanding of underlying trends, more robust data, increased research and a deeper scientific approach to the problem are all required (World Drug Report, 2004, p.1)

Nesse sentido é que pretendemos desenvolver nossa pesquisa buscando com os dados existentes avaliar as tendências da economia da droga, especialmente, no mercado da cocaína, para refletir sobre as atuais políticas de controle.

1- Produção

A seguir teremos alguns dados referentes às áreas dedicadas ao cultivo de coca, à produção de folhas de coca e também o potencial de produção de cocaína estimada:

Tabela 3- Cultivation of Coca Bush in Hectares (1990 – 2004)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bolívia	50,3	47,9	45,3	47,2	48,1	48,6	48,1	45,8	38	21,8	14,6	19,9	21,6	23,6	27,7
Colômbia	40,1	37,5	37,1	39,7	44,7	50,9	67,2	79,4	101,8	160,1	163,3	144,8	102	86	80
Peru	121,3	120,8	129,1	108,8	108,6	115,3	94,4	68,8	51	38,7	43,4	46,2	46,7	44,2	50,3
Total	211,7	206,2	211,5	195,7	201,4	214,8	209,7	194	190,8	220,6	221,3	210,9	170,3	153,8	158

Fonte: WDR, 2005, p. 61.

Tabela 4 - Potential Production of Dry Coca Leaf in Metric Tons (1990-2004)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bolívia	77	78	80,3	84,4	89,8	85	75,1	70,1	52,9	22,8	13,4	20,2	19,8	18,5	25
Colômbia	45,3	45	44,9	45,3	67,5	80,9	108,9	129,5	165,9	261	266,2	236	222,1	168	148,9
Peru	196,9	222,7	223,9	155,5	165,3	183,6	174,7	130,6	95,6	69,2	46,2	49,3	52,5	50,79	70,3
Total	319,2	345,7	349,1	285,2	322,6	349,5	358,7	330,2	314,4	353	325,8	305,5	294,4	237,29	244,2

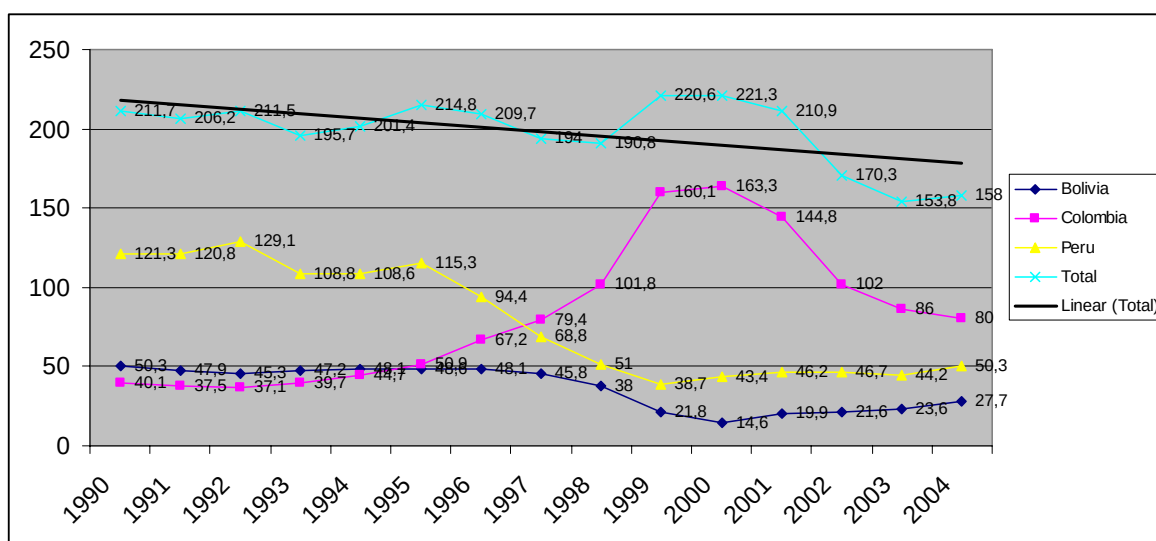
Fonte: WDR, 2005, p. 61.

Tabela 5 - Potential Manufacture of Cocaine in metric Tons (1990 – 2004)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bolívia	189	220	225	240	255	240	215	200	150	70	43	60	60	79	107
Colômbia	92	88	91	119	201	230	300	350	435	680	695	617	580	440	390
Peru	492	525	550	410	435	460	435	325	240	175	141	150	160	155	190
Total	774	833	866	769	891	930	950	875	825	925	879	827	800	674	687

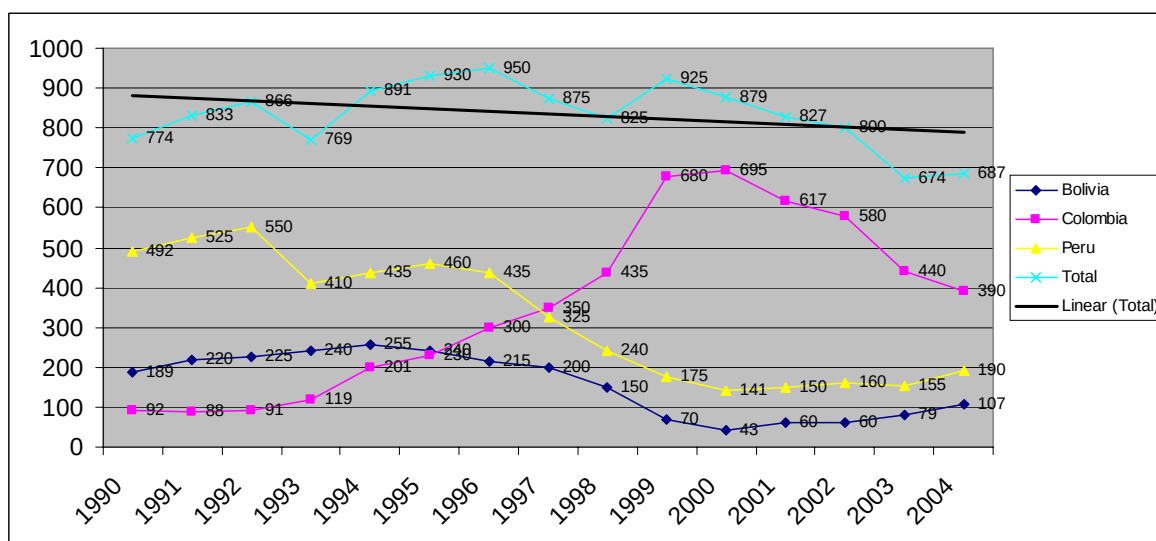
Fonte: WDR, 2005, p. 61.

Figura 1 - Global coca bush cultivation, 1990-2004 (in ha)



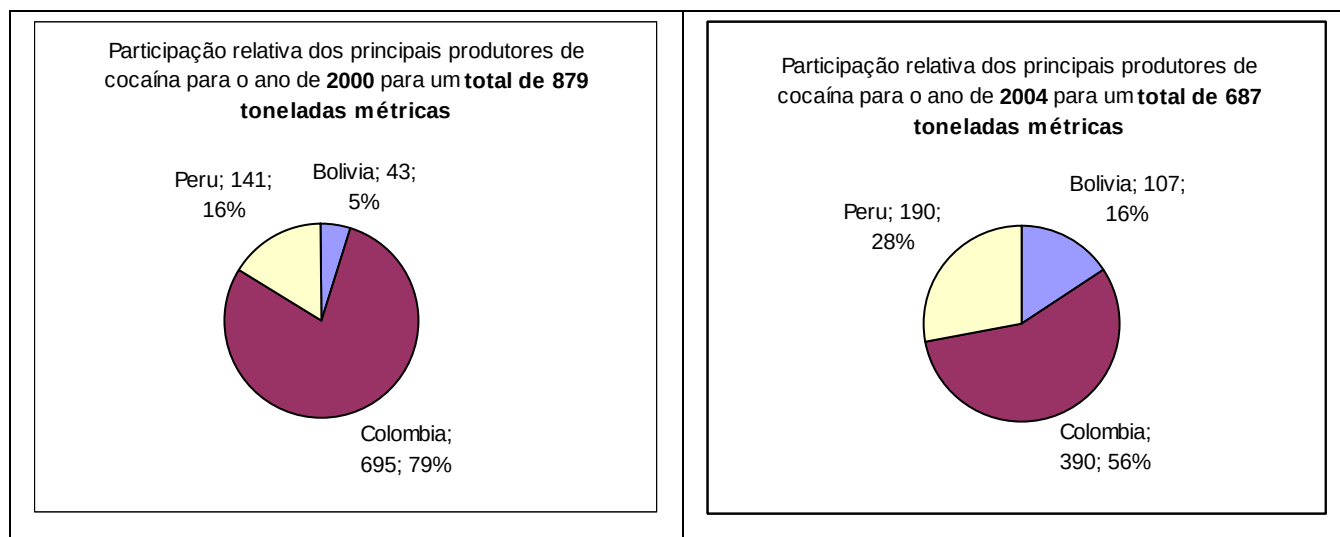
Fonte: WDR, 2005, p. 64.

Figura 2 – Potential cocaine production, 1990-2004 (metric tons)



Fonte: WDR, 2005, p. 64.

Figura 3: Análise comparativa das participações relativas na produção de cocaína nos anos de 2000 e 2004 em países selecionados



Fonte: elaboração própria baseada no WDR, 2005.

Pelo conjunto desses dados podemos avaliar algumas coisas importantes:

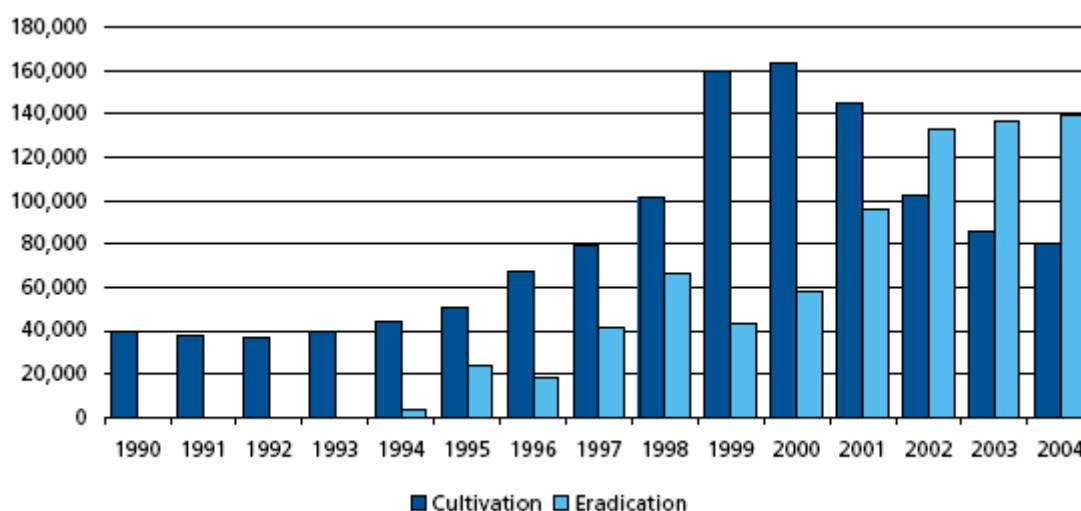
A primeira delas é sobre o comportamento da área destinada ao cultivo de coca: apesar de estar diminuindo nos últimos anos, ainda se encontra em um patamar elevado somando um total de 158 hectares para ano de 2004. Posteriormente faremos um cruzamento desses dados com as áreas erradicadas, pois assim teremos uma noção melhor de como a fronteira agrícola dedicada à essa produção ilegal está crescendo e gerando um impacto muito negativo para o meio ambiente.

Também temos dados sobre a produção de folhas de coca e finalmente o potencial de produção de cocaína: os dois estão apresentando tendências decrescentes, com a produção de folhas de coca estimada em 244,2 toneladas métricas para 2004 e um potencial de produção de cocaína de 687 toneladas métricas para o mesmo ano. Apesar dessas tendências é importante ressaltar que diante dos esforços e metas de combate às drogas esses resultados parecem estar aquém do esperado, como adiante analisaremos com o Plano Colômbia colocado em prática em 2000 pelo governo Pastrana (1999-2002) e que contou com grande respaldo dos EUA.

Porém, como questão de suma importância a mencionar é que apesar da diminuição nas produções de coca e cocaína no total ela parece estar migrando da Colômbia para o Peru e Bolívia, colocando novamente em evidência a necessidade de pensarmos no assunto conjuntamente.²² Isso fica evidente em nossa terceira figura onde comparamos as participações relativas da Bolívia, Colômbia e Peru na produção de cocaína para os anos de 2000 (Início do Plano Colômbia) e 2004, mostrando que tanto a produção absoluta como relativa dos países vizinhos da Colômbia cresceram significativamente.

Abordando a questão da fronteira agrícola dedicada aos cultivos de coca quando acrescentamos as erradicações, temos o importante exemplo com os dados sobre a Colômbia, onde observamos que apesar da área cultivada diminuir, a soma dessas com as erradicadas geram um impacto ambiental enorme:

Figura 4: *Colombia, comparison of net coca cultivation reported cumulated sprayed area (4), in ha, 1990-2004*



⁴ Reported cumulated spraying does not take into account the effectiveness of spraying nor the fact that some spraying paths can overlap, which explains that eradicated areas are larger than cultivated areas. Illicit crop cultivation estimates presented in this publication are net, i.e. post-eradication.

Fonte: WDR, 2005, p.216.

²² Em um outro trabalho seria interessante analisarmos também o que ocorreu na década de 1990 quando tanto o combate no Peru liderado pelo ex-presidente Fujimori como na Bolívia com programas de erradicação com grande respaldo dos EUA fizeram a produção de folha de coca e cocaína migrar para a Colômbia.

A seguir poderemos acompanhar o comportamento do preço da cocaína tanto no atacado como no varejo nos EUA e Europa tentando verificar tendências e impactos das políticas de combate à produção nos países andinos no preço final do produto. Seria de se esperar que o preço aumentasse diante das políticas de erradicação, apesar de que teremos que considerar também o comportamento do consumo e das apreensões para fazer uma análise mais ponderada, a qual faremos no final desse tópico.

Um primeiro resultado que podemos verificar na próxima figura é que tanto o preço no atacado como no varejo parecem estar diminuindo expressivamente nos EUA entre 1990 e 2003, tendo um primeiro indício que as políticas de erradicação nos países andinos parecem não estar tendo impactos positivos nos preços finais. Novamente ressaltamos que ainda resta fazer o cruzamento desses dados com o consumo e com as apreensões, o que faremos posteriormente.

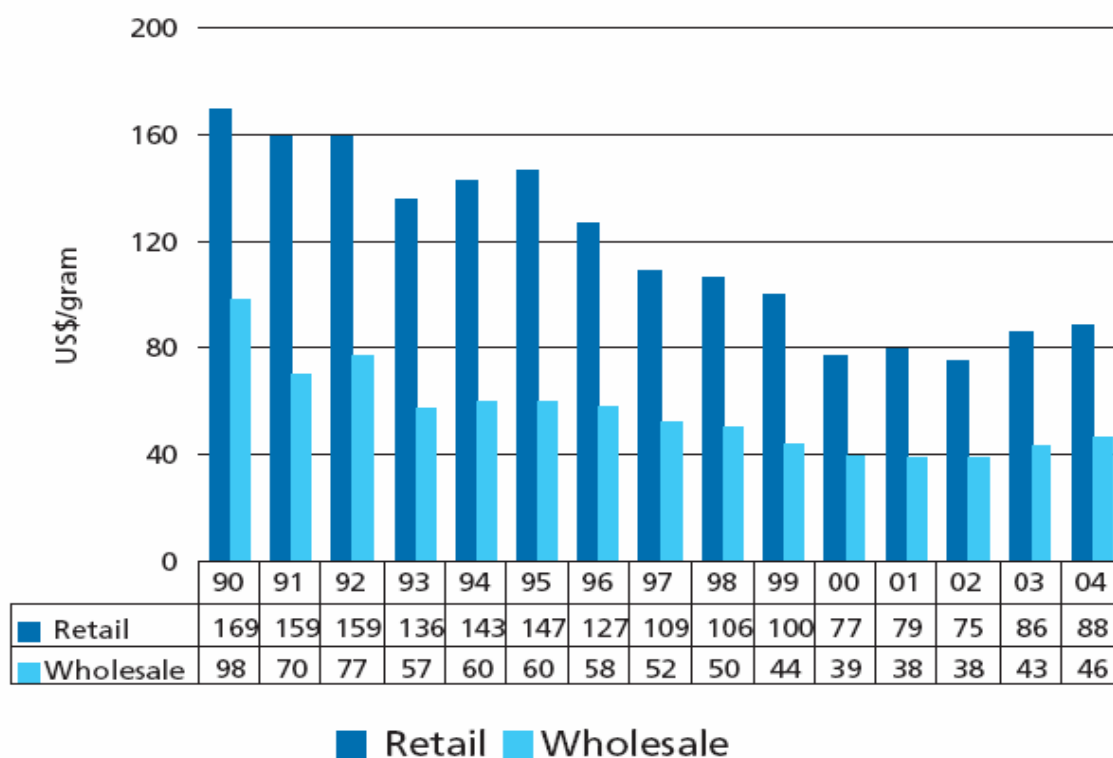
Na Europa não teremos resultados muito diferentes dos estadunidenses, apesar de sempre os preços se encontrarem num patamar superior ao dos norte-americanos.

Figura 5 - USA: cocaine retail and whole sale prices, 1990-2003 (US\$/gram)



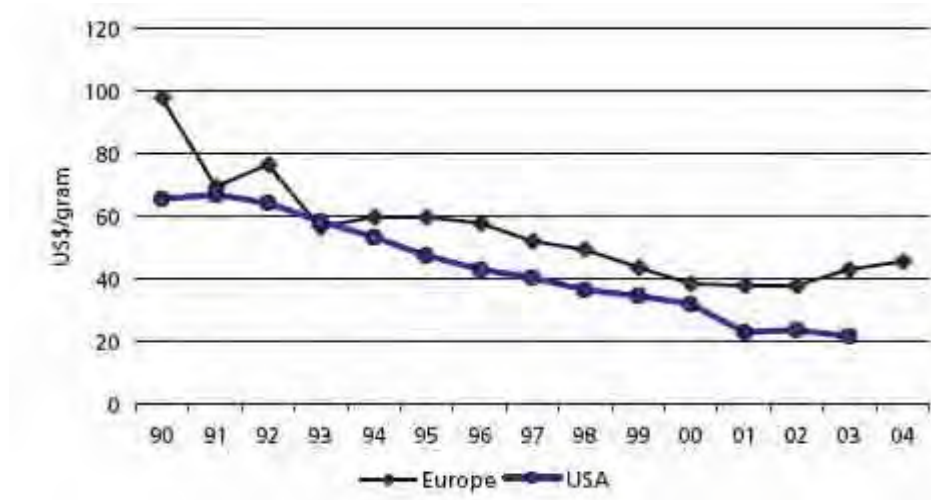
Fonte: WDR, 2005, p. 69.

Figura 6 - Europe: cocaine retail and wholesale prices, 1990-2004 (US\$/gram)



Fonte: WDR, 2005, p. 69

Figura 7 – Wholesale cocaine prices in Europe and the USA, 1990-2004 (US\$/gram)



Fonte: WDR, 2005, p. 69

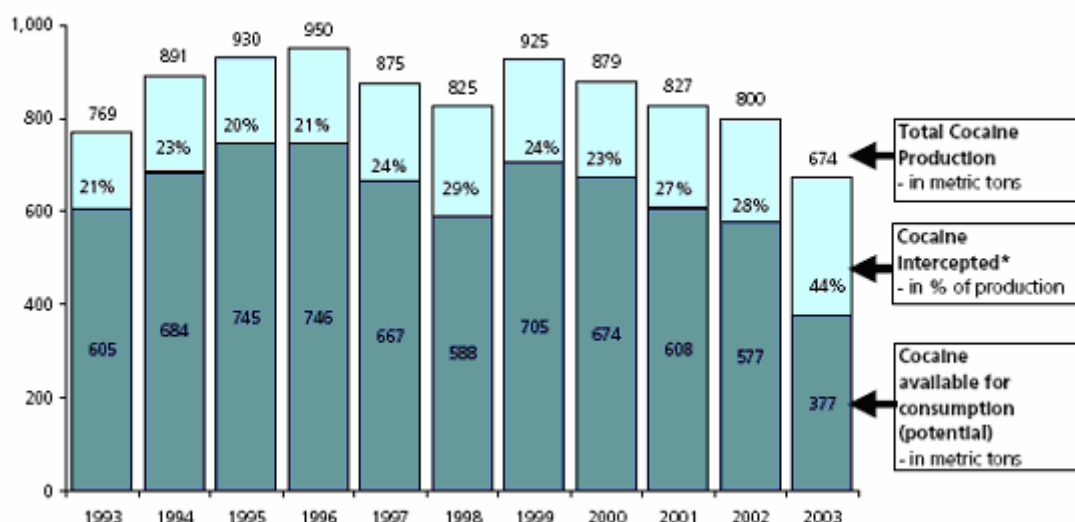
Esses dados mostram uma tendência importante: o preço da cocaína tanto no atacado quanto no varejo estão tendendo a diminuir. Esses movimentos podem ter como causas diversos fatores.

Algumas questões gerais que podem ser mencionadas são: evolução na organização dos cartéis distribuidores de cocaína beneficiados pela evolução dos meios de comunicação e transporte; a diminuição do consumo em virtude talvez de uma maior competição com outras substâncias alucinógenas e por fim, a qualidade da cocaína que pode estar piorando, diminuindo o seu preço e se tornando mais acessível.

Passaremos agora à análise do cruzamento de dados da produção, das apreensões e do consumo.

2- Tráfico

Figura 8 - Global Illicit supply of cocaine 1993-2003



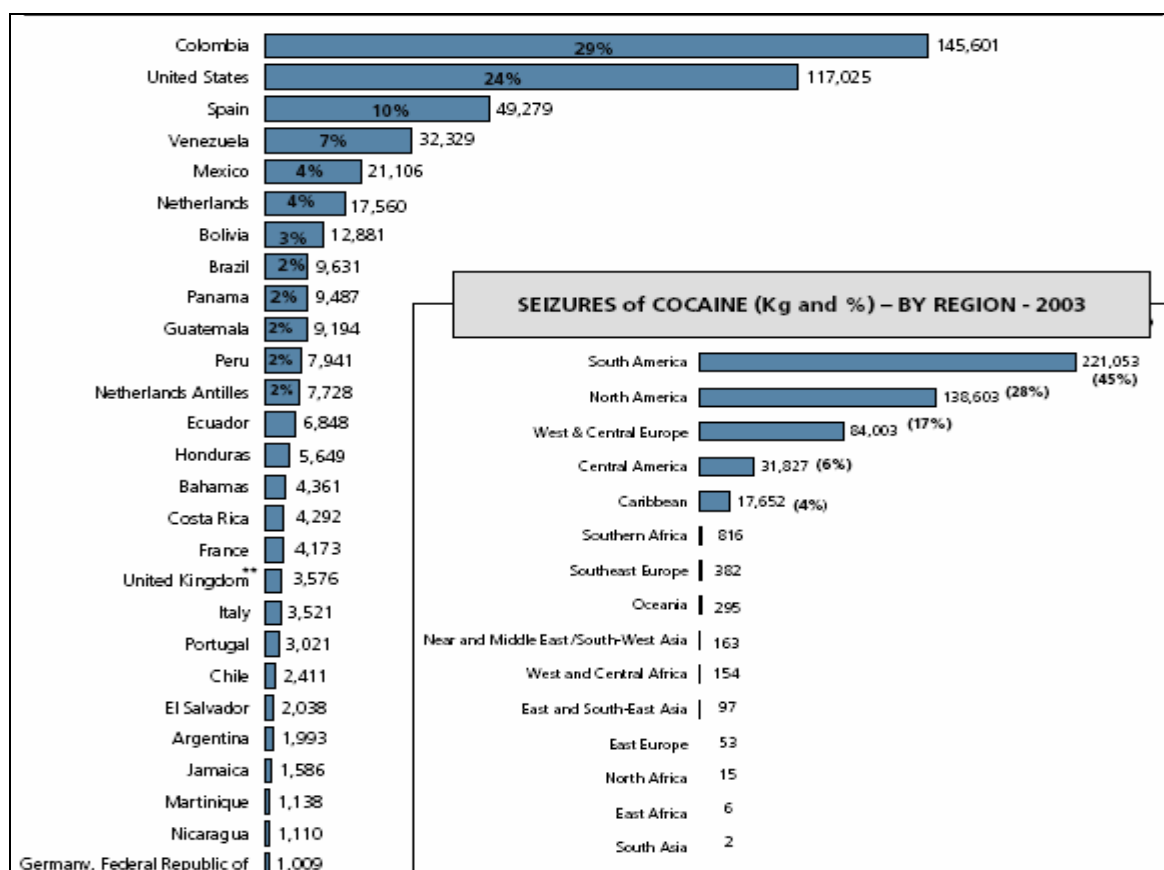
Fonte: WDR, 2005, p. 73.

Com a figura 8 podemos observar que a quantidade de cocaína interceptada tende a crescer significativamente em 2003 e o consumo diminuir. Isso nos dá um cenário que a polícia estaria sendo mais eficiente e as políticas de redução da demanda no mundo estariam funcionando razoavelmente.

Mesmo assim é necessário mapear as regiões mais críticas para poder pensar como melhorar ainda mais esses resultados, porém sabendo que as interpretações desses números ainda exigem maior elaboração que pretendemos fazer ao longo do texto.

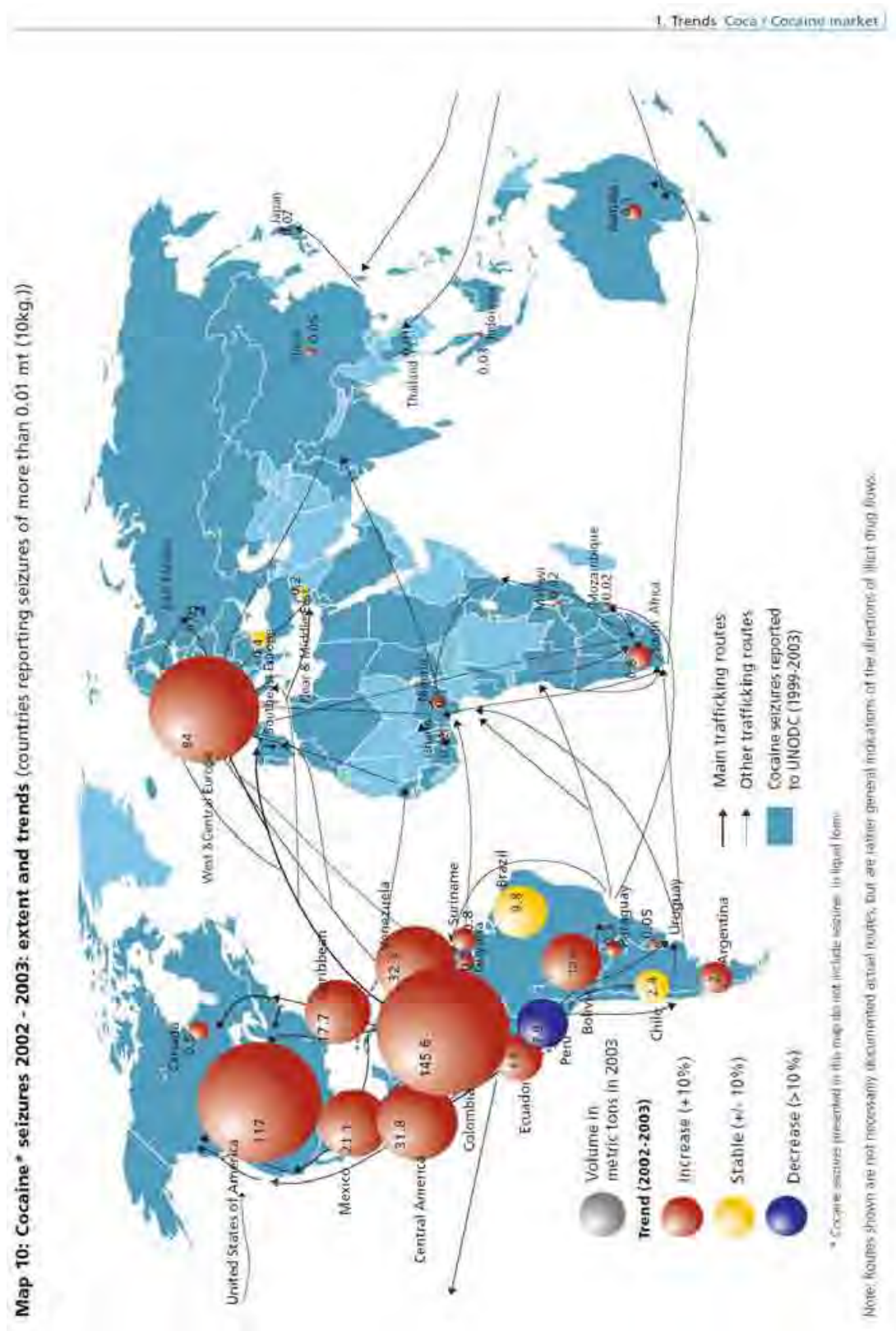
A seguir temos alguns dados de apreensões por países e regiões num ranking decrescente, além de um mapa mostrando a extensão e tendências das apreensões entre 2002-2003:

Figura 9 - Seizures of cocaine in % of world total and Kg – Highest Ranking countries – 2003



Fonte: WDR, 2005, p. 73

Mapa 4 - Cocaine seizures 2002-2003: extent and trends



Fonte: WDR, 2005, p. 75.

3- Abuso

Passaremos agora a analisar algumas estimativas sobre o consumo de cocaína no mundo dividido por regiões:

Tabela 6 - Annual prevalence of cocaine use, 2003/2004

	Number of users	in % of population 15-64 years
EUROPE	3,421,000	0.6
West and Central Europe	3,224,000	1.0
South-East Europe	70,000	0.1
Eastern Europe	127,000	0.1
AMERICAS	8,930,000	1.6
North America	6,548,000	2.3
South America	2,382,000	0.8
ASIA	246,000	0.01
OCEANIA	183,000	0.9
AFRICA	946,000	0.2
GLOBAL	13,726,000	0.3
Cocaine abuse above global average Cocaine abuse around global average Cocaine abuse below global average		
Sources: UNODC, Annual Reports Questionnaire data, various Govt. reports, reports of regional bodies, UNODC estimates.		

Fonte: WDR, 2005, p. 76

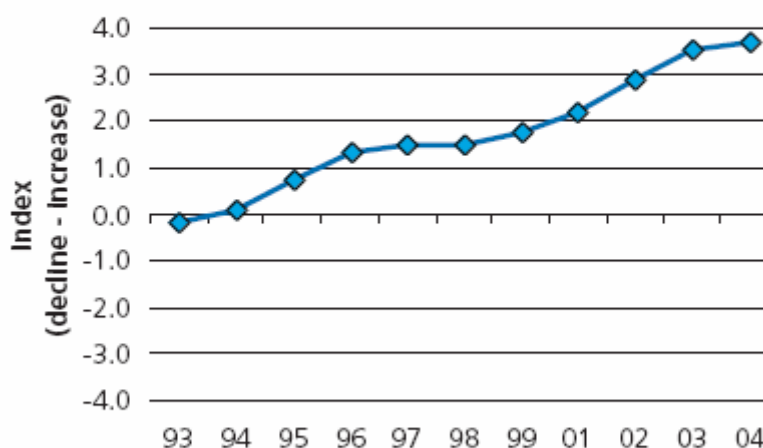
Desses dados é interessante notar que é estimado que 13,726 milhões de pessoas consomem cocaína no mundo, um número expressivo, porém relativamente à população mundial significa apenas 0,3 %.

Porém os dados que mais chamam a atenção é que o consumo na Europa é a metade da dos EUA e o da América do Sul não é tão distante do europeu. Disso é interessante notar que as estimativas feitas por Steiner e Salama no tópico anterior eram muito maiores em relação aos EUA, os considerando consumidores de 80 % da cocaína mundial, dado esse que atualmente parece estar superestimado. Isso também ajuda a explicar porque na Europa nos últimos 3 anos observamos um aumento nos preços em relação aos EUA.

Também é interessante notar que a ONU divulgou outras estimativas baseadas na opinião de especialistas que situam o consumo da cocaína no mundo bem acima das divulgadas oficialmente:

Figura 10 – *Global Drug Use Trend Index – Cocaine – based on expert opinions, 1993-2003*

Fig. 32: Global Drug Use Trend Index - Cocaine - based on expert opinions (country results weighted by estimated number of cocaine users), 1993-2003

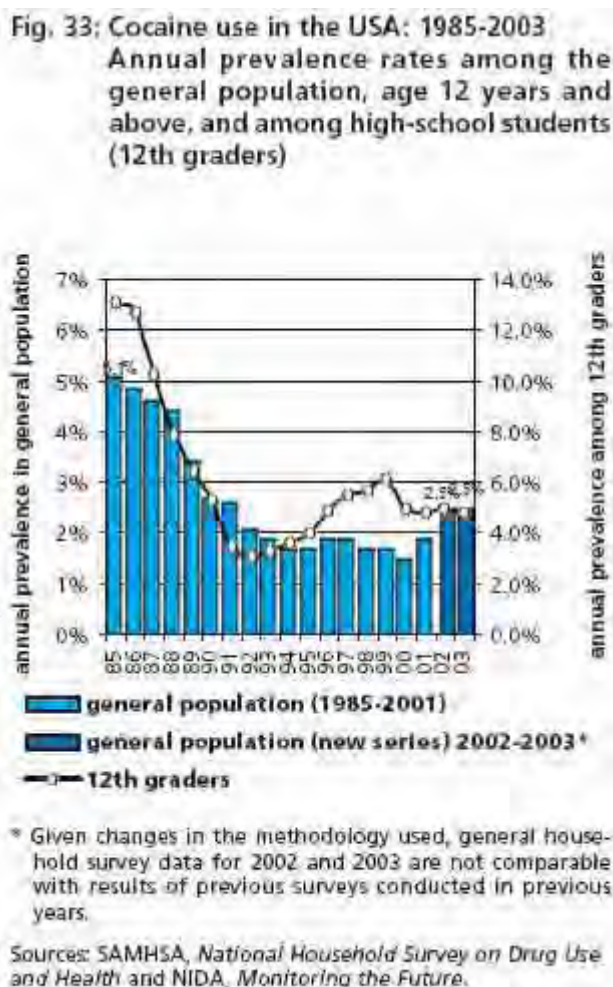


Sources: UNODC, Annual Reports Questionnaire Data and UNODC estimates on the number of cocaine users.

Fonte: WDR, 2005, p. 77

Além de essas opiniões deverem ser levadas em consideração, acreditamos na necessidade de um acompanhamento mais detalhado do consumo nos EUA, o que faremos a seguir. Destacamos que apesar de uma acentuada queda na década de 1990, voltamos a observar a partir de 2001 um aumento no consumo da população em geral atingindo aproximadamente 2,5% do total dos habitantes de lá em 2003 e 5% dos estudantes colegiais.

Figura 11- Cocaine use in the USA: 1985-2003



Fonte: WDR, 2005, p. 77

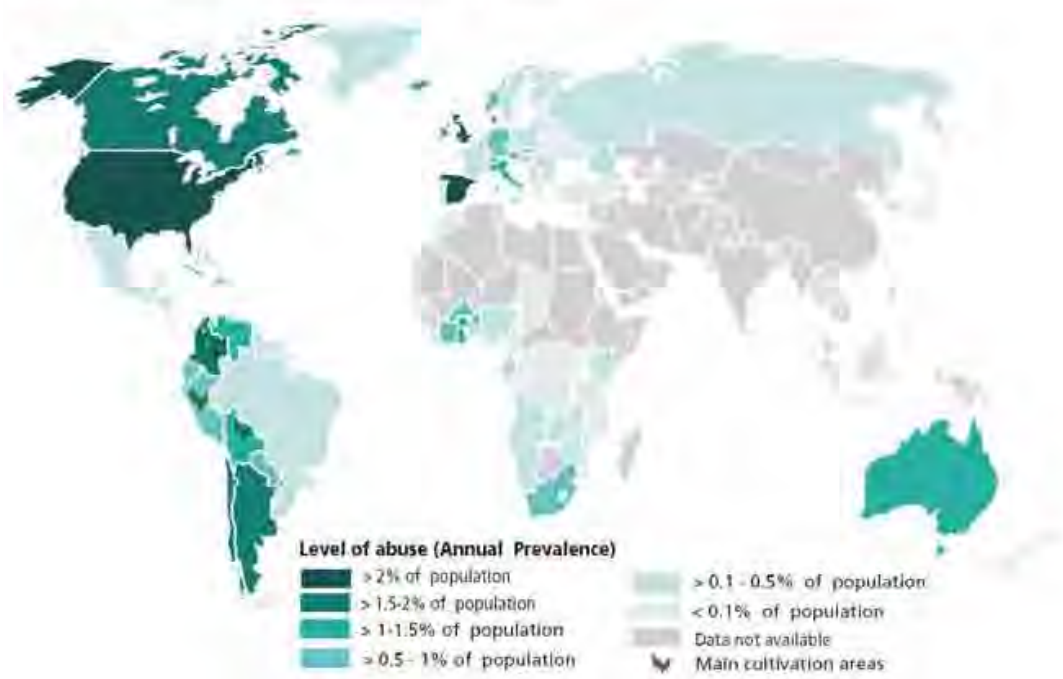
Novamente nos parece adequado comparar esses valores com o comportamento do preço, das apreensões e do combate nos países andinos para avaliarmos de maneira mais integrada as políticas de controle das drogas no mundo, especialmente da cocaína em nosso estudo.

A seguir temos três mapas mostrando o uso de cocaína entre 2002-2004, um ranking dos países mais problemáticos e tendências recentes, destacando o crescimento do consumo na América do Sul:

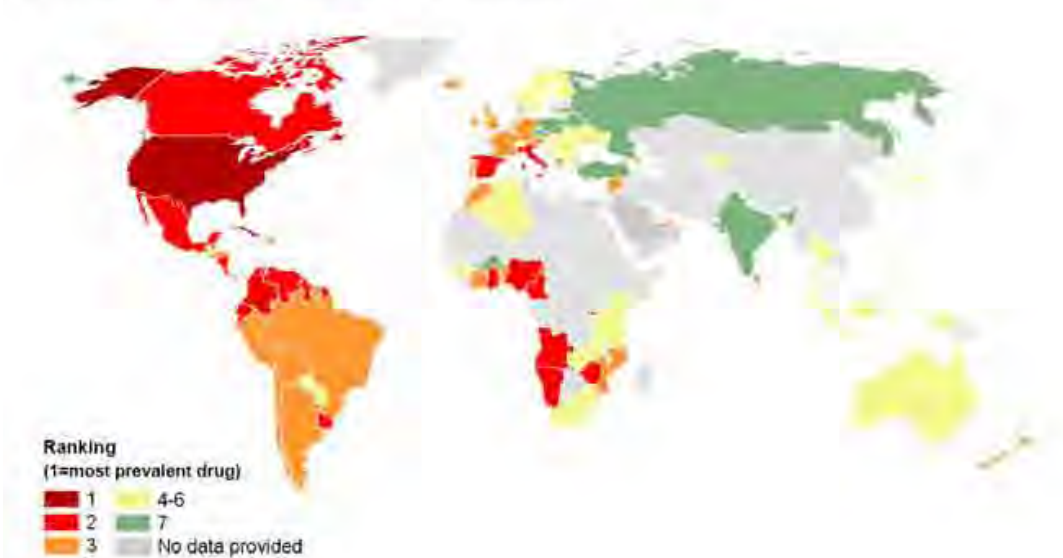
Mapas 5 e 6 - Use of Cocaine 2002-2004 (or latest year available) e Ranking of cocaine in order of prevalence in 2003

World Drug Report 2005 Volume I: Analysis

Map 11: Use of cocaine 2002 - 2004 (or latest year available)

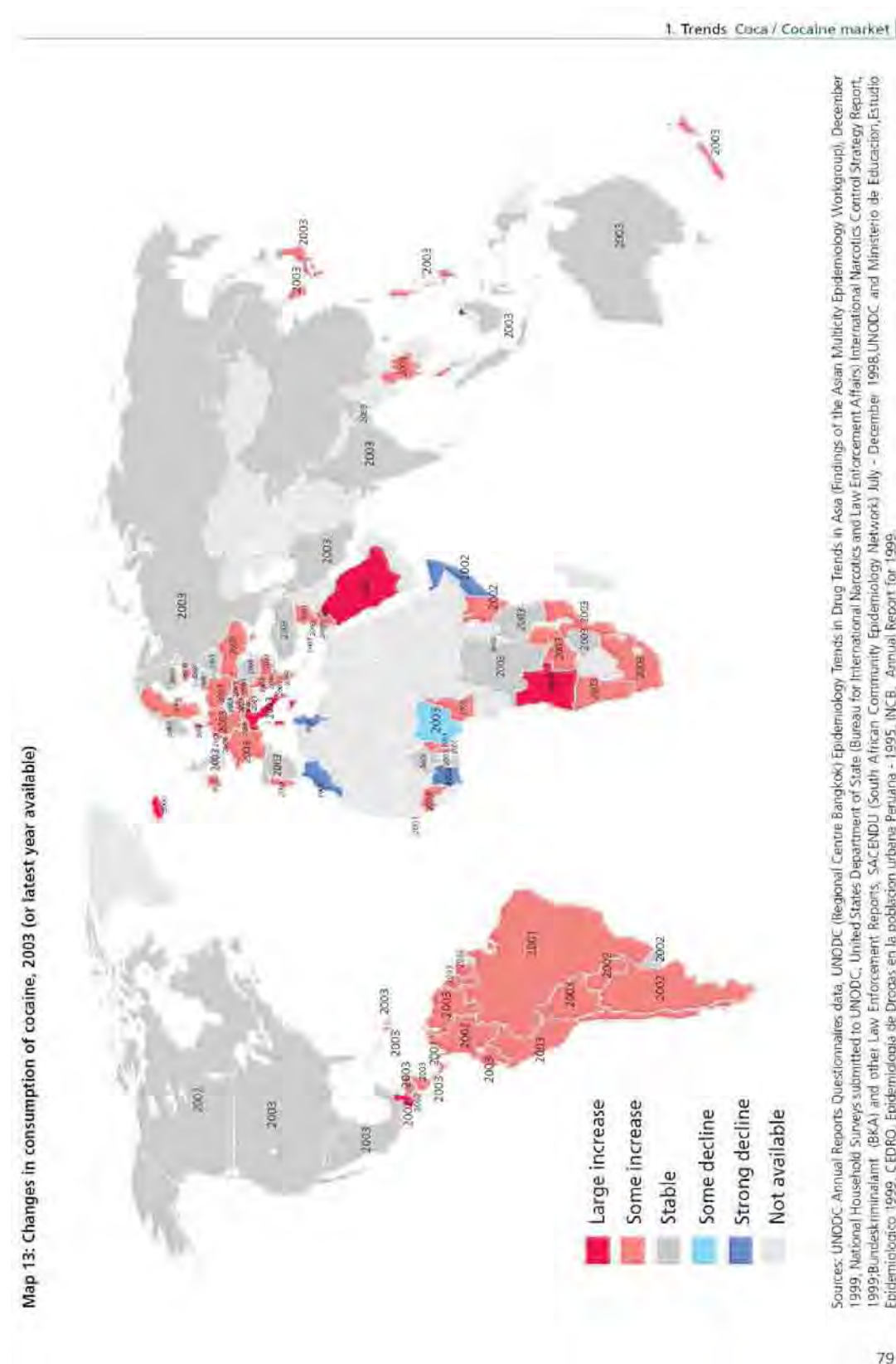


Map 12: Ranking of cocaine in order of prevalence in 2003



Sources: UNODC Annual Reports Questionnaires data; SAMSHA US National Household Survey on Drug Abuse; Iranian Ministry of Health; Rapid Assessment Study and UNODC ARQ, Council of Europe; ESPAD.

Mapa 7 - Changes in consumption of cocaine, 2003 (or latest year available)

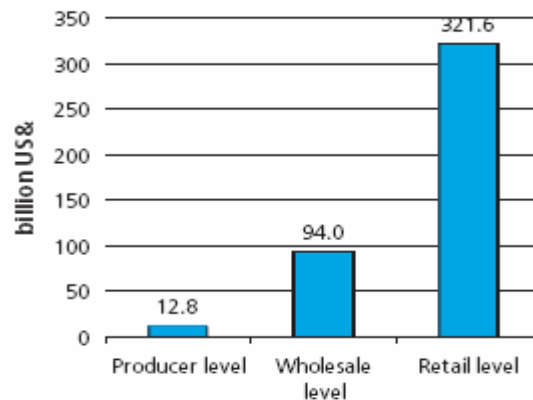


Fonte: WDR, 2005, p. 79.

4- Mercado da cocaína

Passaremos agora a analisar o comportamento do Mercado das drogas tentando avaliar a quantidade de dinheiro que é movimentada no mundo em virtude dele:

Figura 12 – Size of the global illicit drug market in 2003

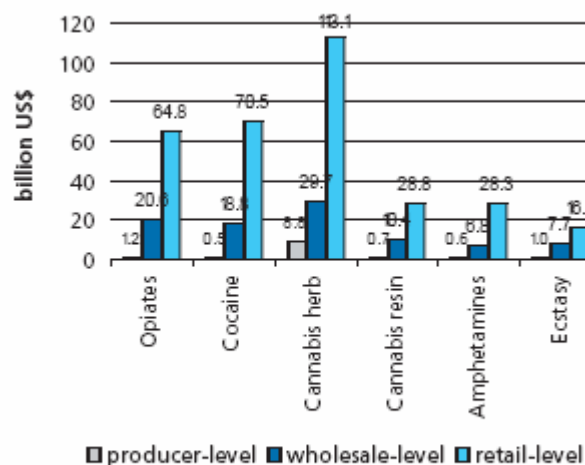


Source: Illicit Drug Market Estimation Model, based on UNODC, Annual Reports Questionnaire Data, Govt. reports and UNODC production and consumption estimates.

Fonte: WDR, 2005, p. 127.

Por esses dados podemos verificar que as drogas no seu conjunto na produção, na distribuição e no consumo movimentam mais de 400 bilhões de dólares no mundo anualmente, novamente ficando evidente que sua rentabilidade é muito alta e que há a necessidade de avaliarmos quais drogas são mais rentáveis e conseqüentemente mais problemáticas, além de verificar no ramo das Relações Internacionais onde está indo parar a maioria desses rendimentos bilionários. É o que buscaremos fazer a seguir:

Figura 13 – Size of the global illicit drug market in 2003



Source: Illicit Drug Market Estimation Model, based on UNODC, Annual Reports Questionnaire Data, Govt. reports and UNODC production and consumption estimates.

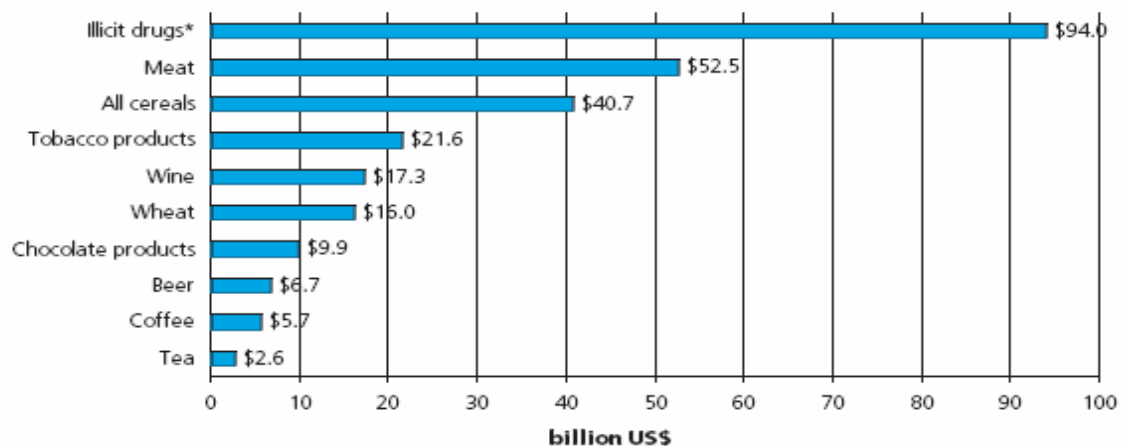
Fonte: WDR, 2005, p. 127.

Destacamos que ao contrário do que normalmente se pensa, o Mercado de maconha no varejo é o que mais movimenta a economia ilegal no mundo com aproximadamente 113 bilhões de dólares. Aí sim vem a cocaína com uma movimentação de aproximadamente 70 bilhões de dólares em 2003.

Aqui já temos um indício que talvez se deveria prestar maior atenção no mercado da maconha que apesar de menos destrutiva que a cocaína, pode gerar muito mais divisas para a compra de armas de criminosos por exemplo.

Fazendo uma interessante comparação entre os valores no atacado dos ilícitos e das principais commodities temos a figura a seguir, demonstrando como as drogas podem ser mais lucrativas e o mais importante, competir com outras produções que são mais prioritárias do ponto de vista social. Posteriormente nos concentraremos no mercado da cocaína e na distribuição regional de seus rendimentos.

Figura 14 – Value of illicit drugs at wholesale level (in billion US\$) compared to the export values of selected agricultural commodities in 2003

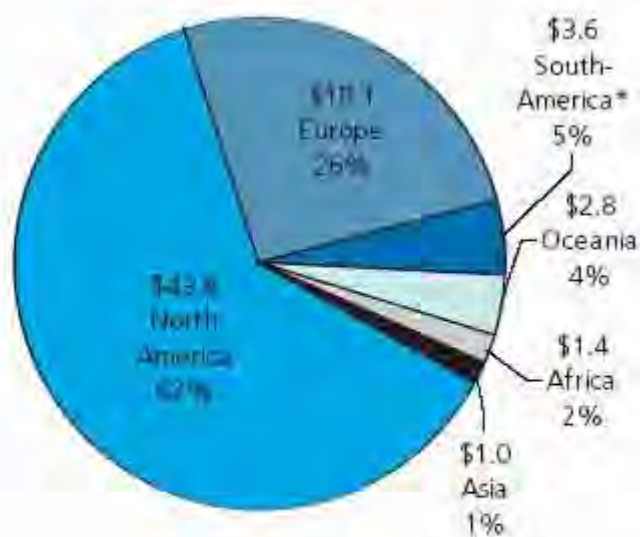


* illicit drugs measured at the wholesale level, used as a proxy for the export price

Sources: UNODC, Illicit Drug Market Estimation Model, FAO, FAOSTAT and ICO, *Annual Review 2003/04*.

Fonte: WDR, 2005, p. 128.

Figura 15 – Regional distribution of cocaine retail sales in 2003 in billion US\$ (N=US\$70.5bn)



* including Caribbean and Central America

Sources: UNODC, Illicit Drug Market Estimation Model.

Fonte: WDR, 2005, p. 132.

Depois de visto os rendimentos que geram os ilícitos, vamos nos concentrar na distribuição regional dos lucros gerados pelo mercado da cocaína tentando verificar os locais que mais se beneficiam desse negócio bilionário.

Verificamos que dos 70,5 bilhões de dólares gerados pelo mercado da cocaína, 62 % fica na América do Norte (43,6 US\$ bilhões); 26% na Europa (18,1 US\$ bilhões); 5 % para América do Sul (3,6 US\$ bilhões) e o restante para as demais regiões.

Com isso fica evidente que os países andinos – amazônicos (principais alvos do combate à cocaína no mundo) não são os que mais lucram com esse negócio, mostrando que no mínimo **existe uma incoerência nas prioridades estratégicas estadunidenses de combate às plantações de coca, que podem ser mais facilmente executada no atual modelo de combate a produção e “tolerância zero” no consumo, mas que não atacam os grupos que mais se beneficiam desses rendimentos.**

5- A alternativa da redução de danos

A conceituada revista *The Economist*, no final de julho de 2001, voltou a debater a questão do atual modelo de combate às drogas de forma alternativa:

Para a publicação, a proibição do uso e comércio de algumas drogas psicotrópicas (algumas delas são legais em todo o mundo, como o álcool) alimenta uma cadeia mais prejudicial a países pobres do que a ricos. Óbvio e ululante, já que, nos países pobres, os maiores produtores de drogas ilícitas e os grupos que atuam nesse mercado são poderosos a ponto de minar o Estado. E, nos países ricos, são as camadas menos favorecidas da população que acabam se envolvendo nas várias fases do tráfico, tornado-se párias da sociedade (REPÚBLICA, 2001).²³

Entrando na questão da redução de danos Procópio explica:

Há centros onde se desenvolvem a filosofia de redução de danos, auxiliando usuários de drogas intravenosas que não

²³ Em relação ao usuário, o artigo remeteu à teoria do filósofo inglês John Stuart Mill (1806 – 1873), o qual dizia que “o indivíduo é soberano sobre si mesmo, sobre seu corpo e sua mente, e o Estado não tem o direito de impedir que ele tome uma atitude que cause prejuízo somente a si mesmo. (...) A revista inglesa também prega que, para diminuir os males relacionados ao uso indevido de drogas, o Estado invista em educação preventiva e, principalmente, na chamada redução de danos – política que, em vez de dar prioridade à abstinência, direciona os esforços para a diminuição dos prejuízos causados aos usuários de droga e a terceiros” (REPÚBLICA, 2001).

conseguem abandonar o vício. Nesse caso, ensina-se a evitar o uso comum de seringas, distribuindo gratuitamente este material descartável. As intervenções são realizadas por agentes que conhecem a linguagem e a cultura do grupo, em locais e no momento em que compartilham agulhas e seringas. Esse projeto é particularmente polêmico, porque se pensa ainda em muitos países que tal distribuição entre dependentes incentiva a utilização de drogas (PROCÓPIO, 1999, p. 117).²⁴

O psiquiatra Dartiu Xavier da Silveira, fundador do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proard), faz algumas importantes observações sobre a redução de danos:

(...) cerca de 60% dos viciados em crack tratados por ele não conseguiam largar o vício por meio de tratamentos disponíveis na psiquiatria, na alopatia, nos trabalhos em grupo, nas abordagens familiares e nas oficinas terapêuticas. “Estavam condenados, já que a ciência não tinha resposta para eles”, afirma. (...) O psiquiatra então começou a perceber que alguns dependentes relatavam uma história semelhante: haviam conseguido largar o crack depois de passar a fumar maconha. Na estratégia de redução de danos, a troca valia a pena (REPÚBLICA, 2001).

Dessa forma, a maconha talvez pudesse ter um fim terapêutico, porém o debate ainda é polêmico, quando o assunto é ministrar entorpecentes a usuários com altíssimo grau de dependência. Por exemplo, segundo Procópio (1999, p. 118) Herbet Kleber, ex-vice-diretor do *Office of National Drug Policy* dos EUA, em artigo escrito conjuntamente com Michel Rosenthal, denunciava benefícios falsos no fornecimento de heroína aos usuários.²⁵ O médico clínico Fábio Mesquita, doutor em saúde pública pela Universidade de São Paulo (USP), vice-presidente da associação Internacional de Redução de Danos, com sede em Liverpool, Inglaterra comenta:

Do ponto de vista de custo social e de saúde pública, a política dos Estados Unidos é completamente irracional. A redução de danos tem se mostrado uma estratégia mais bem – sucedida no campo científico e também mais justa do ponto de

²⁴ Atualmente, por exemplo, Portugal e Espanha deixaram de considerar crime o uso de drogas ilícitas e, na Austrália, o Estado banca estabelecimentos nos quais o usuário de heroína pode se drogar sem pressões da polícia ou de ninguém (REPÚBLICA, 2001).

²⁵ Mas voltando aos resultados de Silveira temos segundo o artigo mencionado que: “O modelo de prevenção e tratamento baseado na abstinência e tolerância zero não funciona. A medicina não tem resposta para 70% dos dependentes de drogas psicotrópicas. Uma sociedade sem drogas é uma utopia. Está provado que nos países onde o uso de drogas deixou de ser crime, o número de usuários ocasionais aumentou, mas não houve aumento do número de viciados. Por isso não se deve combater a droga, mas sim o uso indevido que se faz dela. É preciso urgente descriminalizar o uso. A maioria dos usuários de droga não é dependente e nunca será.” (REPÚBLICA, 2001).

vista humano. Sou favorável a imediata descriminalização do uso de qualquer droga e também a que a sociedade discuta francamente a legalização futura de todas as drogas (REPÚBLICA, 2001).

Entrando em um assunto bastante polêmico, passaremos a discutir mais detalhadamente a política de descriminalização do usuário:

Acontece hoje com a maconha, o mesmo ocorrido ontem em relação ao jogo do bicho: sua legalização, por causa de suas estruturas acopladas à contravenção, levaria a falência imediata a seus banqueiros. Correta ou equivocada essa interpretação, o fato é que a sociedade necessita de visão de conjunto das coisas e de não temer o diálogo. (...) Abraçar essa causa significa mais perder do que ganhar votos. Os partidos verdes, que tiveram coragem civil no enfrentamento dessa difícil temática, estão com crescimento aquém do esperado (PROCÓPIO, 1999, p. 209 e 214).²⁶

Um estudo da ED de Kopp (1998) discute as possibilidades, legitimação e eficiência das atuais políticas públicas de combate às drogas. Uma das questões centrais dessa análise é se a proibição das drogas não está implicando em maiores custos sociais para a população em relação a possíveis alternativas a essa política pública. Tópicos de análise econômica podem ajudar verificar os possíveis custos sociais da proibição das drogas estando, entre os principais, os impactos sobre o preço da droga em virtude da proibição, os custos com supervisão, controle, segurança, prisões e até mesmo a violência que essa política de repressão gera entre máfias rivais atingindo a população civil. Dessa forma poderíamos comparar se houvesse a legalização seu custo social em relação com a atual política de repressão.²⁷

Apesar do combate às drogas ainda ser uma prioridade dos EUA nos países Andinos, depois dos tentados de 11 de setembro de 2001 em seu território houve a necessidade de observarmos melhor sua política para a América Latina, abordando os temas relativos à Segurança Internacional e terrorismo.

²⁶ Esse dado nos dá uma impressão que a sociedade brasileira é muito conservadora para enfrentar o problema das drogas.

²⁷ Apesar de não termos condições de fazer isso nessa pesquisa, seria também necessário um estudo aprofundado verificando qual política pública é mais eficaz e a partir disso fazer uma hierarquização das políticas públicas para se alocar os recursos de forma mais eficiente. Por exemplo, sabe-se que a política pública de erradicação das folhas de coca nos países produtores é muito ineficiente devido ao baixo impacto no preço final da droga e, conseqüentemente, no consumo ainda que a análise sobre a elasticidade do preço em relação à demanda não seja bem conhecida (KOPP, 1998, p. 190).

2.2- A importância de se definir os conceitos de Segurança Internacional e terrorismo

A forma com a qual os Estados definem a Segurança Internacional e o terrorismo reflete claramente na sua alocação de recursos para o combate da insegurança e do terrorismo. É importante ressaltar que uma concepção mal elaborada desses problemas pode acarretar em uma política ineficiente e ainda gerar impactos negativos nos locais de execução de suas políticas. Especialmente, estamos pensando nas políticas dos EUA para a região Andina. Nesse sentido é importante fazer estudos mais aprofundados sobre esses conceitos e suas implicações políticas.

Criada em 1985, com a finalidade de promover estudos para paz, a chamada “Escola de Copenhague” desempenhou uma importante contribuição para os estudos sobre Segurança Internacional, ampliando esse conceito, tradicionalmente mais ligado a questões militares para as esferas política, econômica, societal e ambiental. No processo de desenvolvimento dos debates dessa Escola é interessante a colocação feita por Grace Tanno (2003, p. 57), de que

Processos de construção de questões de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de “securitização” ou “dessecuritização”. O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não pode ser considerada questão de segurança (TANNO, p. 57 e 58)

Outro conceito que é importante definir é o de terrorismo, como afirma Héctor L. Saint Pierre (2003, p. 47), para impedir “*el empleo extensional, arbitrario y político del mismo*”.

Saint-Pierre (p. 49) argumenta que os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os EUA provocaram uma nova ordem mundial, a partir de um realinhamento de alianças e projeções estratégicas destinado a “*ofrecer combate contra un ‘terrorismo’ no definido o, peor aún, mal definido*”.

Para ele esses conceitos deliberadamente vagos e ambíguos se tornam politicamente versáteis e permitem:

- (1) dividir o mundo em duas esferas eticamente antagônicas e irreconciliáveis, ou seja, o lado do “bem”, representado pelos que concordam com a conceitualização internacional de “terrorismo”, isso é, com as listas elaboradas pelo Departamento de Estado dos EUA, e o lado do “mal”, representado pelos considerados terroristas, mais todos aqueles países que os apóiam e também todos os que pretendem manter-se à margem de uma guerra que não admite neutros;
- (2) que governos no limite e conforme suas necessidades de governabilidade, caracterizarem as manifestações de descontentamento social como “atos terroristas” e aos movimentos sociais que os promovem como “grupos terroristas” e;
- (3) criar um excelente cenário bélico convencional, permitindo à superpotência exibir sua capacidade imperial, de maneira a mostrar aos seus potenciais compradores, a tecnologia de seu requintado arsenal militar (p. 49 e 50).

Dessa forma podemos perceber como as definições dos conceitos de Segurança Internacional e terrorismo podem estar carregadas de interesses gerando importantes implicações políticas.

Particularmente pensando nas relações EUA e Colômbia, essas reflexões são necessárias, porque se trata de um cenário complexo com a presença de atores distintos como camponeses que plantam folhas de coca, traficantes de droga que levam a produção colombiana para o consumo estadunidense e organizações guerrilheiras. Nos parece equivocado igualá-los simplesmente como criminosos.

2.3- Aplicação dos conceitos de Segurança Internacional e terrorismo nos conflitos colombianos e suas implicações políticas

Um questionamento importante feito por Tokatlian (1999, p. 176) sobre nossa problemática é se Segurança Nacional e drogas psicoativas possuem um vínculo real ou constituem um problema aberto no caso colombiano.

Como aborda esse autor, o conceito de Segurança Nacional é “basicamente controverso” diante da dificuldade de se encontrar um consenso e exemplifica questionando qual é o sujeito referencial da segurança nacional: “é o indivíduo, a nação, o governo, o regime ou o Estado? Qual é o âmbito da análise da segurança? O local, o regional, o internacional?” (TOKATLIAN, p.177).

Nesse sentido, considera que “seguramente, o reconhecimento da natureza controversa desse termo não só deveria conduzir à ampliação e ao aprofundamento do debate acerca do mesmo, como também à diversificação e à incorporação de vozes distintas sobre esse assunto”. No entanto, aponta que de fato as vozes que predominam seguem sendo as das nações mais industrializadas (principalmente os EUA) e acrescenta que **“prevalece um monólogo relativamente sofisticado sobre o tópico, muito mais que um diálogo fecundo ou uma eventual polêmica”**. (p.177, grifos nossos).

Dessa forma “o *quem* define a segurança, o *como* e o *para que* aparecem como respostas-chave e não são aspectos descartáveis no momento de se avaliar o desenho e a prática das políticas concretas nesse campo”. (p. 178) Refletindo sobre a conexão entre drogas e Segurança, Tokatlian argumenta que

(...) os vícios, gostos ou prazeres, individuais ou grupais, vinculados a diversos produtos psicoativos naturais e/ou sintéticos, não constituem, necessariamente, problemas de segurança para um regime ou um Estado. Sem dúvida, geram enormes dificuldades emocionais, psicológicas, morais, de saúde à cidadania. (...) Contudo, é a proibição de um determinado recurso o que motiva a identificação de um bem ou serviço ilegal como um assunto que merece um tratamento mais veemente, decisivo e contundente. *A priori*, e antes de sua proibição expressa, as drogas psicoativas – seu consumo, distribuição, tráfico, processamento e cultivo ou produção – não constituem por si mesmos e de forma imediata uma questão de segurança nacional (TOKATLIAN, p. 181).

Dessa perspectiva, **a decisão de transformar a criminalidade organizada em assunto de segurança nacional** “é o resultado de uma **vontade política funcional para alguns grupos e interesses internos e externos**” (p. 182, grifos nossos). No caso das implicações políticas para a Colômbia,

A particularidade do narcocrime organizado no contexto de um país periférico como a Colômbia, caracterizado por uma alarmante deterioração dos direitos humanos, por múltiplas formas de violência entrecruzadas e por um Estado relativamente precário, é que seu tratamento como questão de segurança nacional quase que prenuncia um incremento da violência ligada a esse fenômeno, e poucas probabilidades de resolver satisfatoriamente o problema original da demanda e oferta de drogas psicoativas. Há algo assim como uma dolorosa perversidade preanunciada na determinação de “securitizar” o tema da criminalidade organizada no país (ibid.)

Voltando a questão do terrorismo, Saint-Pierre argumenta sobre a importância da precaução sobre os critérios de definição, já que os EUA publicam, sem discutir com a comunidade internacional os critérios de inclusão, as famosas “listas” daqueles que considera “terroristas” e contra os quais, os governos solidários dessa “guerra” podem ver-se compelidos a combater.

As implicações políticas para a Colômbia são importantes:

Se puede argumentar que las FARC tal vez practiquen actos terroristas; aun así e independientemente de la verdad de esta aseveración, lo que debe ser discutido para determinar su peso definicional, es si esas acciones tácticas terroristas son suficientes para incluir al grupo que las práctica dentro de la definición de terroristas. Tácticas terroristas son frecuentemente usadas por grupos del crime organizado, por traficantes, por gobiernos y en muchos casos por ejércitos regulares, inclusive en Colombia por ejemplo, pero esos actos terroristas por sí solos no tornan terroristas a aquellos que los realizan, así como no torna terrorista a George Bush su frase claramente terrorista “quien no está del lado de los EE.UU. estará en contra y será aniquilado” (Saint-Pierre, 2003, p. 52).

Analisando os efeitos do 11 de setembro na América Latina, Saint-Pierre argumenta que a monotonalidade temática centrada na “guerra ao terrorismo” orienta a política de muitos governos latino-americanos que, impotentes para resolver os problemas que se amontoam em suas agendas domésticas,

procuram um “terrorista” interno para tentar se esquivar de suas funções econômicas, políticas e sociais.

Porém, pensando nos conflitos colombianos, isso também acarreta em um “dilema estratégico”, porque coloca muitas pressões em suas políticas internas para estarem ajustadas aos interesses de seu principal aliado (EUA), apesar de isso não necessariamente significar eficiência, pelo contrário, muitas vezes em virtude de um diagnóstico superficial e equivocado dos conflitos naquele território, acabam piorando a situação.

Saint-Pierre ilustra essa situação quando diz que o conflito interno colombiano era inicialmente considerado, com algum critério, como “guerra subversiva” ou “guerra revolucionária”, mas que posteriormente, quando as linhas de crédito se ampliaram, a luta contra o tráfico de drogas passou a ser considerada pelo governo colombiano como “guerra ao narcotráfico” (p. 70). Procurando aproveitar os fundos do “Plano Colômbia”²⁸, os guerrilheiros passaram a serem considerados com o termo equivocado de “narcoguerrilheiros” e acrescenta,

Cuando este plan de erradicación de cultivos fracasó por el gasto sin retorno en la lucha contra el narcotráfico, el presidente Pastrana rompió el diálogo con las FARC y declaró (con la anuencia de los EE.UU.) a ese grupo guerrillero como “terrorista”, facilitando la aprobación de apoyo financiero del congreso norteamericano para esa (Ibid).

Tokatlian coloca o dilema colombiano da seguinte forma: descartar a confrontação total da narcocriminalidade organizada debilita a Colômbia internacionalmente, por outro lado, a racionalidade que reforça a proibição sustenta a espiral de violência, corrupção rastejante e rentabilidade espetacular das drogas.

²⁸ Projeto financeiro- militar colombiano do início do governo Andrés Pastrana (1998-2002) que conta com grande respaldo dos EUA para combater a produção e o tráfico de drogas e que será discutido no próximo tópico.

2.4 - Plano Colômbia: síntese da política dos EUA para a Colômbia e seus impactos na política interna desse país

O Plano Colômbia era parte constitutiva do programa do candidato eleito Andrés Pastrana à presidência da Colômbia entre os anos 1998-2002 que se chamava *Plan de Desarrollo Cambio Para Construir La Paz*, no qual visava agregar a cooperação internacional para a Colômbia no tema drogas em torno de uma espécie de “Plano Marshall”, que considerava certo controle de drogas não repressivo e nem destrutivo ambientalmente (BETANCOURT & MARTÍNES, 2000).

No projeto estava escrito que o Plano Colômbia buscava beneficiar, por uma parte, a população vítima da violência, em especial a população que se viu forçada a se deslocar como resultado da disputa pelo controle territorial entre os diferentes atores armados, e de outra, a população camponesa vinculada aos cultivos ilícitos. Podemos ver um detalhamento do planejamento da utilização dos recursos em nosso Anexo segundo (PLAN COLOMBIA, 1999).

Porém, segundo esses autores, o Plano Colômbia tomou dinâmica própria, independente do *Plan de Desarrollo*. Em meio às conversações com o governo estadunidense, o plano original foi objeto de negociação no Congresso norte americano. O Projeto de Lei S-1758, conhecido como *Alianza Act* continha dez estratégias: paz, economia, fiscal e financeira, judicial, direitos humanos, controle de narcóticos, desenvolvimento alternativo, participação social, desenvolvimento humano e cooperação internacional, destacando-se como principal programa o da “defesa nacional: seguridad e justiça” que concentrava 64% dos recursos que saíam dos Estados Unidos para o desenvolvimento do Plano Colômbia.²⁹

Em relação à contribuição estadunidense, Betancourt e Martínes apontam que os recursos se destinariam a dois grandes usos: em primeiro lugar, um forte investimento para o combate aos cultivos ilícitos e a proibição, que concentrava mais de 81% dos recursos, destinados para a Polícia Nacional, que tradicionalmente está encarregada das operações contra-narcóticos, e ao fortalecimento das forças militares para esses fins. Em

²⁹ Para ver uma tabela detalhando o uso dos recursos cedidos pelos EUA (1,3 bilhões de dólares) à Colômbia em relação ao Plano Colômbia, ver Anexo 2.

segundo lugar, os recursos se destinariam ao fortalecimento institucional contra os delitos relacionados com as drogas psicoativas, atenção aos deslocados que resultariam da aplicação do Plano Colômbia e para a substituição de cultivos ilícitos (ver anexo 2).

Agora Betancourt e Martínes levantaram uma discussão central: “*Que busca realmente el Plan Colômbia?*”. Os autores afirmaram que se não formulado interpretações diversas, entre elas a que o ex-presidente Pastrana afirmou que o Plano é eminentemente social; uma segunda leitura, que faz coincidir a guerrilha, alguns grupos de esquerda, algumas ONG's e inclusive destacados intelectuais internacionais que dizem que o Plano é uma estratégia para combater os grupos insurgentes e; por fim, uma interpretação que o governo dos EUA está empenhado em uma estratégia integral de luta contra o narcotráfico. Concluem:

En realidad el grueso de los recursos es para combatir la producción de cultivos ilícitos y militarizar la lucha anti-drogas en las mismas zonas con presencia de la guerrilla en el entendido que ello la debilita. La guerra al servicio de la paz, se afirma. (...) Así, el Plan no es estricto sensu una estrategia integral antidrogas. Es control de la oferta, lo cual ha demostrado su inoperancia. Según el texto tramitado en el Congreso estadounidense el objetivo principal es disminuir un 50% de los cultivos ilícitos en seis años, concentrando la atención en el eslabón más débil de la cadena de drogas (la producción) olvidando que ella se cierra en siete u ocho etapas. Aunque es difícil precisarlo, se estima que sólo el 0,67% del precio final de la droga es absorbido como ingreso bruto por parte del cultivador directo (BETANCOURT & MARTÍNES, 2000).

Enquanto se mantenha elevada a rentabilidade do negócio das drogas, é impossível controlar a oferta do produto, ainda mais quando esta se alimenta de uma demanda de psicotrópicos provenientes de agentes econômicos com nível de renda médio alto nos países desenvolvidos, o qual faz com que o mercado destes bens seja seguro e dinâmico:

Supone que los narcotraficantes dependen de los cultivos ilícitos y no al contrario; esto es, que los cultivadores de coca y amapola dependen de los narcotraficantes y de los estímulos del mercado. De esta manera se desvirtúa el concepto de corresponsabilidad de los países involucrados en el narcotráfico. Mientras el problema de las drogas es mundial se pretende arremeterlo con una estrategia bilateral represora

que consiste en el aporte de unos recursos por parte de los países consumidores, quienes definen el enfoque, las políticas, las condiciones y la distribución de los recursos, mientras que los países productores lo ejecutan.(...) En esta perspectiva, se debe replantear conjuntamente las premisas estratégicas esenciales en la lucha contra el narcotráfico. Si de apoyo se trata se debería enfatizar en la recuperación de la economía legal e incluir socialmente a la población marginada como a la dedicada al cultivo de coca y amapola (Ibid.).

Mas segundo esses autores a Colômbia renunciou a aplicação de uma estratégia diferente da dos Estados Unidos, principalmente durante o Governo de Samper, que concentrou seus esforços na fumigação e erradicação dos cultivos ilícitos. Renunciou-se ao espírito do Plano de desenvolvimento que pretendia uma política integral de substituição e desenvolvimento alternativo de médio e longo prazo que concentrava a atenção nos afetados pela violência e nos cultivadores de produtos agrícolas ilícitos.

Recordando um pouco o governo anterior a Samper, Rangel (2001, p. 364-365), diz que o governo de César Gaviria (1990-1994) marcou um ponto de quebra no relacionamento com as políticas contrainsurgentes. Desenhou a Estratégia Nacional contra a Violência que pretendia ser uma resposta integral do Estado e da sociedade para confrontar a violência reconhecendo os diversos fatores que a geram. Acrescenta que o governo teria três grandes propósitos: garantir o monopólio estatal do uso da força, recuperar a capacidade sancionadora da justiça e ampliar a cobertura institucional do Estado em todo o território nacional.

Segundo este mesmo autor a direção da Segurança Nacional se abordou como um assunto político e não somente militar e incorporou muitas instâncias do poder civil no tratamento e compromisso com respeito aos temas da segurança.

Esta estratégia incluiu a criação do Conselho Presidencial para a Seguridade e a Defesa Nacional, encarregada de desenhar políticas e coordenar a execução das estratégias de seguridade, o qual significou uma mudança operativa nas relações entre os militares e o Ministério da Defesa. Nesse período se criaram as Brigadas Móveis, começou a incorporação de soldados profissionais e se apoiou o aumento quantitativo e o melhoramento qualitativo da força e da renovação do equipamento militar (RANGEL, p. 365).

Na opinião de Luis Alberto Restrepo (2004, p. 47) entre 1994 e 1998, o escândalo suscitado pela penetração de dinheiros sujos na campanha eleitoral do presidente Ernesto Samper colocou a nação inteira, e não só o Estado, no limite de um colapso total: político, diplomático, militar, econômico e moral.

Segundo esse mesmo autor classes médias, altas e poderosos meios de comunicação empreenderam uma dura oposição a Samper, enquanto políticos liberais o defendiam com veemência, as centrais sindicais lhe davam um fraco respaldo e o resto dos colombianos permaneciam indiferentes.

Diversas fontes dos EUA assinalaram a Colômbia como “narcodemocracia”, a Casa Branca promoveu o isolamento internacional do governo, e reduziu seus vínculos democráticos com o país ao trato com um diretor da Polícia, em torno do tema narcotráfico (RESTREPO, 2004, p. 47).

A economia sofreu um estancamento que conduziu em 1999, a sua primeira recessão em 70 anos. Aproveitando a debilidade governamental, as FARC cresceram até somar 20.000 homens, e dispararam 16 brutos golpes às Forças Armadas, que perderam oficiais de alta graduação e numerosos suboficiais, sofreram o aniquilamento de forças de elite, perderam bases chave no sul do país, enquanto as guerrilhas capturaram mais de 500 prisioneiros, assim como equipamento, fuzis e peças de artilharia leve.

Ante a situação, os grupos paramilitares antes dispersos se deram uma coordenação nacional em 1997, fixaram uma estratégia conjunta e se propagaram por todo o país. Começou desenhar-se então um horizonte de guerra civil.

Restrepo (2004, p. 48) argumenta que tendo em conta este quadro, se pode afirmar que, desde 1998 até hoje, a sociedade e o Estado colombiano vem avançando em uma difícil e contraditória recomposição, de final incerto.

Segundo o último autor citado, muitos colombianos consideram hoje o governo Andrés Pastrana (1998-2002) como um dos piores presidentes que há conduzido o país. E em sua opinião, o governo teve indubitavelmente graves falhas, mas deu um giro fundamental ao rumo da nação e iniciou o caminho de sua recuperação. Acrescenta que:

Colombia, como la mayor parte de sus vecinos, es un país presidencialista. La gente no cree en las instituciones. Prefiere poner su confianza en cada nuevo gobernante, de

quien espera milagros, pero como no se producen, termina denigrando de él. Pastrana no escapó a esa tendencia. (...) Si los escándalos de Samper y su gobierno sumieron a muchos en el pesimismo, el fracaso de los diálogos y el desbordamiento de la violencia a finales del mandato de Pastrana tuvieron un impacto similar. La emigración se intensificó de nuevo (RESTREPO, 2004, p. 48).

Em 1998, o presidente Andrés Pastrana inicia negociações de paz com o principal grupo guerrilheiro, as FARC, cedendo aos rebeldes uma área de 42 mil km², porém os conflitos continuaram. Pressionados pelos EUA, o governo colombiano criou o já citado Plano Colômbia. Muitas polêmicas giraram em torno dessa medida que com a lei 418 de 1997 permitiu ao governo criar “zonas de distensão” para abrigar conversações de paz e estabelecer diálogo com grupos guerrilheiros, outorgando a eles status político. Mas desde 20 de fevereiro de 2002 foi invadido pelas Forças Armadas ao mando do ex-presidente da Colômbia (CRÔNICA, 20/08/2000).

Apesar desse fracasso, ao mesmo tempo Pastrana reconstruiu a legitimidade política interna e internacional do governo, restabeleceu relações com o mundo industrializado e as estreitou com os EUA, e, graças aos recursos do Plano Colômbia, iniciou o mais notável fortalecimento militar do Estado. Segundo Restrepo (p. 48) tem que se destacar ainda que “sua excessiva generosidade com uma organização arrogante como as FARC não foi inútil. Liquidou a aura de legitimidade que esta havia conquistado no exterior”.³⁰

Com a ascensão de Álvaro Uribe (2002-2006) a presença quase permanente do comandante do Comando Sul dos EUA no desenvolvimento das operações do Plano Colômbia indica a enorme influência do complexo militar-industrial estadunidense sobre a administração e sobre o Pentágono e o aproxima perigosamente de uma participação cada vez mais direta no conflito armado colombiano e **condiciona, de maneira negativa**, as opções de regresso a uma solução política negociada (CAYCEDO, 2005, p. 62 – grifos nossos).

Segundo Caycedo o governo colombiano concordou em endossar um acordo que exime de responsabilidade penal o pessoal militar estadunidense

³⁰ Tradução livre nossa.

no país, frente à justiça colombiana e frente à Corte Penal Internacional (CPI). Acrescenta:

A obsessão pela vitória militar contra-insurgente, como mentalidade predominante hoje na burguesia colombiana, mostra duas conseqüências: a tendência a renunciar a um projeto próprio de sociedade, nação e desenvolvimento; e a escolha de uma via militar de inserção de sua presença política no contexto de transnacionalização representado pelo livre comércio, pela ALCA e pelas relações hemisféricas (CAYCEDO, 2005, p. 62).

O último autor citado nos informa que tanto a Chancelaria como o Ministério de Defesa colombianos começaram a falar de um Plano Colômbia II, onde apontam as novas ênfases que destacam na ajuda dos EUA aspectos da guerra pela prevalência, associada à guerra preventiva. Ou seja, depois dos atentados aos EUA em 11 de setembro de 2001, sua influência se dá no sentido de ação contra-insurgente sob o rótulo de antiterrorista (CAYCEDO, 2005, p. 63).

Caycedo (2005, p.66) conclui dizendo que existem coincidências fundamentais entre todos aqueles que percebem os perigos que derivam de uma situação tão complexa como a que envolve a Colômbia e o conflito interno colombiano e acrescenta que sua solução é cada vez menos um assunto puramente colombiano e converte-se numa necessidade da América Latina e do Caribe para viver em paz, estabilidade, soberania, e progredir na solução de seus problemas sociais e culturais.

É justamente com objetivo de melhor entendimento do cenário interno conflituoso colombiano, seus possíveis impactos na região amazônica e as possibilidades e interesses brasileiros que desenvolveremos os próximos dois capítulos.

Capítulo 3: Os conflitos colombianos: drogas, atores importantes e possibilidades.

Nossa justificativa para o estudo desse tema é que para podemos tomar decisões acertadas em relação ao cenário internacional é fundamental entender a história e os atuais conflitos internacionais que nos afetam, como é o caso colombiano.

3.1- Breve histórico das drogas na Colômbia e suas ligações com os conflitos daquele país.

O início da grande participação dos colombianos na indústria de cocaína data de meados de 1970, apesar de que no final dessa década a marihuana era percebida como o principal produto de exportação entre as Drogas Psicoativas Ilegais (DPSI) (THOUMI, 1994, p. 129-30).

O economista colombiano Francisco Thoumi diz que para se entender como a produção de cocaína se expandiu na Colômbia é importante entender sua “função de produção”, porque isso mostrará algumas características desse país que contribuíram para que ele se tornasse o grande centro produtor mundial de cocaína até os dias atuais (THOUMI, p. 130).

Aponta como um primeiro ponto que o conhecimento cada vez maior dos camponeses sobre o processo de cultivo de coca melhorou o rendimento substancialmente nos anos recentes. Isso porque o processo de cultivo da coca e manufatura da cocaína requerem tão poucos equipamentos que muitos desses laboratórios são portáteis e se transladam freqüentemente para evitar a detenção.

A manufatura da cocaína é um pouco mais complexa e se faz freqüentemente em centros urbanos. No entanto, o processo é suficientemente simples para que qualquer bom químico só necessite seguir as instruções de um livro para obter cocaína e depois de alguns ensaios e erros ser capaz de produzir cocaína de boa qualidade (THOUMI, p. 131).

O dito anteriormente nos permite **relacionar mais facilmente os processos de produção de coca e cocaína com os recursos produtivos disponíveis na Colômbia** e nas palavras de Thoumi (p. 132):

Como se ha demostrado, estos procesos agrícolas y químicos son relativamente simples y de muchas maneras

idealmente adecuados para un país subdesarrollado: no son intensivos en capital, no tienen economías de escala grandes, utilizan abundantes materias primas nacionales, las calificaciones laborales requeridas no son tan considerables o escasas, los productos químicos que se necesitan son relativamente comunes, y la mayoría de ellos tienen muchas otras fuentes y otros usos. El éter y la acetona son los únicos precursores químicos que no se producen en cantidades significativas en Colombia y que deben importarse.

Comparando o porque a cocaína com o tempo se destacou mais que a marihuana para se contrabandear e vender, o autor citado nos diz que é pelos preços muito mais altos por unidade de peso e volume.

Descrevendo as características da indústria de DPSI, Thoumi (p.134) argumenta que esta em geral e a de cocaína em particular tem uma estrutura típica de muitas indústrias situadas na agricultura. A matéria prima principal é produzida por um grande número de camponeses e seu mercado é bastante competitivo. Em cada fase do processo de manufatura há uma diminuição do número de participantes e uma tendência a oligopolização à medida que o produto se torna mais elaborado. Ao nível de venda do produto final no atacado, tem menos vendedores. Mais além da fase de manufatura, à medida que o processo avança por canais de distribuição, os mercados voltam a ser mais competitivos, de maneira que ao nível das vendas no varejo participam muito mais vendedores.

Porém, uma característica fundamental para se entender essa indústria é seu **caráter ilegal**, isso porque obriga um comportamento por parte do empresário no sentido de minimização dos riscos em cada fase de produção e venda. Isso apresenta reflexos na natureza dos empresários, na localização escolhida, nas relações entre os participantes em cada fase da produção e no **elevado nível de violência associado à indústria** (Thoumi, p. 134-135).

Ainda sobre seu caráter ilegal, Thoumi (p. 135-136) argumenta que a **maior parte do valor agregado desta indústria** pode-se atribuir a **remuneração do risco**, tanto que citando outro autor chamado Sarmiento diz que ele calcula que se o mercado de cocaína fosse livre e legal, o preço a varejo nos EUA seria determinado pelos custos dos fatores e poderia ser 1/25 do nível de preços nas ruas em 1990. Essa análise é importante para nos dar um indício onde fica a maior parte do grande volume de dinheiro que esse

negócio ilegal movimentado no mundo como pudemos observar no capítulo anterior. Finalmente é importante apontar que o crescimento das indústrias de drogas também tem gerado outras atividades complementares, principalmente relacionadas com a lavagem de dinheiro e organizações de segurança e de violência. Mas ainda falta responder uma pergunta importante: Quais as vantagens particulares da Colômbia sobre outros países para se destacar tanto na produção quanto no tráfico de cocaína no mundo?

Thoumi (p. 171) analisa a bibliografia existente sobre o tema e aponta as principais hipóteses, sendo elas sem a pretensão de hierarquia: (1) localização geopolítica; (2) vasta selva que facilita o ocultamento dos laboratórios e pistas de aterrissagem; (3) habilidade dos empresários colombianos; (4) disposição de parte da comunidade colombiana nos EUA para funcionar como rede de distribuição; (5) presença insignificante do Estado em muitas partes do país; (6) estendida corrupção das burocracias estatais em um sistema político clientelista; (7) existência de movimento guerrilheiro ativo; (8) prevalência e aceitação social do contrabando (desde a época das esmeraldas e café) e por fim (9) domínio da tecnologia para violar as leis antidrogas (transporte, comercialização, capacidade para subornar e intimidar e capacidade de mobilizar o excedente econômico).

Fazendo algumas ponderações sobre cada hipótese, Thoumi (p. 177) argumenta que outros países possuiriam quase todas as características citadas, mas que **o processo de violência e deslegitimação do regime na Colômbia começou antes** que em outros países da região. Aponta toda violência política que a Colômbia vive desde os anos 1940 com uma guerra civil chamada *La Violência*. Em 1948 ocorreu o assassinato de Gaitán, líder da esquerda do Partido Liberal. Esse episódio desencadeou uma importante revolta popular, o chamado *el Bogotazo*. Essa revolta gerou forte repressão, ocorrendo muitas mortes e feridos. De 1930 a 1946 os liberais estavam no poder, entretanto, em 1946 o conservadorismo ganhou e Gaitán era forte candidato a ser eleito nas eleições de 1950. Os desdobramentos políticos da época são resumidos no trecho a seguir:

O Partido Liberal se retira das eleições em 1950, ganhas pelo Partido Conservador, que tenta, em 1953, instituir uma ditadura *franquista*, sendo por isso deposto em junho de

1953 pelo general Rojas Pinila. Este é confirmado no poder pelas eleições de 1954, mas a violência e a repressão aumentam. Reeleito indiretamente pelo Congresso em maio de 1957, foi deposto dias depois. Conservadores e liberais fizeram um pacto, (...) aprovado por plebiscito (1957), segundo o qual, independentemente de quem ganhasse as eleições, os dois partidos teriam igual participação no ministério. Ainda assim, a normalidade institucional só viria em 1970, com Pastrana Borrero (CANO, 1999, p. 352).

Em um artigo escrito por Beltrán (1997), o autor observa que existe um lugar comum entre alguns analistas políticos ao afirmarem que a ação militar da guerrilha criminalizou o protesto social na Colômbia. Porém, este mesmo autor argumenta:

Desde esta óptica de análisis se argumenta que el asesinato de los dirigentes populares que participan en la actividad política legal se constituye una respuesta a las acciones militares desarrolladas por la insurgencia armada. Sin embargo, lo que muestra la historia de la oposición política colombiana es que – desde mucho antes del nacimiento de la guerrilla – las alternativas política al bipartidarismo tradicional intentadas por las vías legales, se constituyeron en blanco del terror oficial, buscando su aniquilación y desarticulación (BELTRÁN, 1997, p. 134).

Beltrán sustenta sua opinião dando vários exemplos históricos³¹ e dentre eles, destacaremos o caso da *Unión Patriótica* (UP), o qual se constituía em um amplo movimento de oposição, surgido na administração Belisario Betancur (1982-1986). A primeira eleição em que participa esse novo movimento político é a de março de 1986 e já consegue resultados satisfatórios. Dois meses depois, para as eleições presidenciais, o candidato da *Unión Patriótica*, Jaime Pardo Leal, quadruplica os resultados obtidos pela esquerda nos comícios anteriores para presidente da república. Porém, Beltrán observa que em consequência desse avanço da *Unión Patriótica*, houve também a chamada “guerra suja”. E acrescenta que: “*Las cifras hablan por sí solas. Según estadísticas proporcionadas por el mismo movimiento y corroboradas por los Informes de Derechos Humanos, en el primer año de vida legal del movimiento fueron asesinados cerca de trescientos militantes*” (BELTRÁN, p. 135 e 136).

³¹ Dois outros exemplos de “guerra suja” política na Colômbia, são os da *Unión Nacional de Izquierda Revolucionária* (UNIR) nos anos 1930 e a do assassinato de Jorge Eliécer Gaitán nas ruas de Bogotá em 9 de abril de 1948 (BELTRÁN, 1997, p. 134).

O genocídio contra a UP se intensificou, e inclusive seu candidato presidencial, Jaime Pardo Leal, é assassinado em 1987 depois de afirmar com provas que oficiais e suboficiais da Forças Armadas estavam comprometidos com ações paramilitares, assassinatos e desaparecimentos de militantes da UP. Concluindo, Beltrán aponta que frente ao estreitamento do espaço político-legal e as reiteradas ameaças contra seus dirigentes, as FARC, que deram ao projeto UP em seu início vida, se viram novamente empurradas para a ação armada:

La experiencia de la Unión Patriótica deja en claro que la falta de espacios y garantías para la acción política abierta ha dificultado la conformación de un polo de izquierda en la Colombia y, contrariamente, ha fortalecido la opción armada: en diferentes coyunturas, militantes procedentes del gaitanismo, las JMRL, el Frente Unido, la ANAPO y la UP han engrosado las nacientes o ya existentes organizaciones guerrilleras (BELTRÁN, p. 135).

Thoumi (p. 181) diz que essa violência, com movimentos guerrilheiros duradouros, perda do controle do governo sobre várias regiões do país, a geografia sendo mais importante no sentido da falta de integração interna que da proximidade aos EUA, um ativo mercado negro e uma cultura empresarial com expectativas de ganhos econômicos muito rápidos num curto prazo dá essa **vantagem competitiva à Colômbia**. Conclui fazendo a indagação se essa vantagem será duradoura.

Por fim, é importante ressaltar como o tráfico de drogas prosperou por todas as camadas da sociedade colombiana através principalmente da corrupção, e nesse sentido, temos uma importante colocação feita por García Marques (2000, p. 307) demonstrando a dimensão do tráfico de drogas na Colômbia:

Una droga más perversa que las otras se introdujo en la cultura nacional: el dinero fácil que ha fomentado la idea de que la ley es un obstáculo para la felicidad, que no vale la pena aprender a leer y a escribir, que se vive mejor y más seguro como sicario que como juez. En fin, el estado de perversión social propio de toda guerra.

3.2- Principais atores envolvidos nos conflitos colombianos: Estado, Guerrilhas e Sociedade Civil

3.2.1 – As relações entre Estado e Guerrilha na Colômbia

Segundo o cientista político e especialista em defesa, o colombiano Alfredo Rangel (2001, p. 353), o Estado colombiano tem tido frente ao fenômeno da insurgência, as posturas mais dissimiles, que se correspondem quase totalmente com as mudanças de governo que se realizam a cada quatro anos, sem que haja um fio condutor, nem claridade de propósito em longo prazo.

Ao se realizar uma avaliação de qual tem sido a atitude do Estado colombiano frente à luta insurgente armada, Rangel aponta que se podem estabelecer três tipos de posturas: uma primeira de confrontação total, uma segunda de desconhecimento absoluto, e uma terceira de desqualificação e subestimação.

Fazendo um parêntese vamos dar uma breve biografia dos principais grupos armados:

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), 1964.

Apesar das FARC terem suas raízes nas lutas agrárias e de autodefesa orientadas pelo Partido Comunista nos anos quarenta e cinquenta, suas origens mais próximas se encontram nas ações militares desenvolvidas contra as zonas de autodefesa campesinas em 1964 (BELTRÁN, 1997, p.128).

Estas zonas campesinas contavam com uma estrutura organizativa própria, com formas de autogestão que desconheciam o Estado mesmo e mantinham seu caráter defensivo armado, ainda que seu objetivo não era derrubar o sistema, senão defender por meio das armas a autogestão econômica e uma forma embrionária de organização política. Conseqüentemente, muito rapidamente se iniciaram as pressões do exército e dos latifundiários contra essas regiões, através do assassinato de seus principais dirigentes, o estabelecimento de postos militares e o estímulo a grupos armados que assaltavam os caminhos e incendiavam as casas dos camponeses (ibid.).

Para 1964, o governo decidiu atacar estas zonas agrárias no que se conheceu como “*Operación Marquetalia*”. A ocupação - segundo relata um dos protagonistas³² – se produziu com a disponibilidade de 16 mil homens para fechar ao cerco aos arredores de Marquetalia nos departamentos de Huila, Cauca e norte de Tolima, e dessa maneira, ir estreitando o cerco até lograr a aniquilação do núcleo revolucionário, o que mais tarde se converteriam nas guerrilhas móveis.

Em 20 de julho de 1964 os combatentes de Marquetalia proclamaram o “*Programa Agrário de los Guerrilleros*” que com algumas modificações se torna o programa das FARC-EP e onde se coloca a perspectiva da luta armada. Citando o documento, Beltrán (p. 129) reproduz a seguinte passagem:

Nosotros somos revolucionarios que luchamos por un cambio de régimen. Pero queríamos y luchábamos por ese cambio usando la vía menos dolorosa para nuestro pueblo: la vía pacífica, la vía de la lucha democrática de masas, las vías legales que la Constitución de Colombia señala. Esa vía nos fue cerrada violentamente... nos tocó buscar la otra vía, la vía revolucionaria armada para la lucha por el poder.

Os núcleos camponeses que resistiram à agressão se deslocaram em pequenos grupos de guerrilhas móveis a outras regiões com tradição de luta e organização agrária e, na *Primera Conferencia Guerrillera*, celebrada a finais de 1965, conformaram o “*Bloque Sur*” definindo planos de ação militar, política, organização, educação e propaganda. Pouco depois da Segunda Conferencia, a organização sofreu um duro golpe do exército que significou a perda de 70 por cento de sua força. A partir desse momento e até a realização de sua Quinta Conferência em 1974 o movimento vive um processo de crescimento lento, mas continuo, configurando antes de tudo como uma força política local, articulada a um projeto de alcance nacional (Ibid.)

Uma grande discussão que existe hoje é sobre as relações das FARC com o tráfico de drogas. Rangel (p. 373) diz que há um obvio interesse, pois isso lhes permite arrecadar recurso para expandir e fortalecer suas frentes em outras regiões do país. E acrescenta:

³² O protagonista foi Manuel Marulanda Veles, o líder mais importante das FARC. Sobre essa operação ver o importante *Diário de la Resistencia de Marquetalia*, escrito por Jacobo Arenas em 1966, outro importante líder das FARC (ARENAS, 2000). Aqui cabe um agradecimento ao professor Pietro Alarcón que nos forneceu esse livro em minha qualificação, já que não é um material de fácil acesso no Brasil.

*Al convertir todo el país en zona de operaciones, la guerrilla logra fragmentar las fuerzas del enemigo, dispersa su potencial bélico y, al mismo tiempo, lo ata al territorio; lo convierte, casi, en una fuerza de ocupación, esclava del espacio. Esto le permite, utilizando la sorpresa, lograr la superioridad táctica y desmoralizar al adversario, compensando así su inferioridad estratégica que está determinada hoy en día por una relación de combatientes de diez a uno, en su contra.*³³

As guerrilhas colombianas não são cartéis da droga no sentido estrito do termo. Ou seja, não fazem parte dos grupos produtores ou distribuidores que regulam a oferta, fixam os preços e repartem os mercados. Mas as FARC tem estabelecido todo um sistema tributário que lhe permite subtrair parte do excedente econômico das regiões onde se cultivam, processam, produzem e exportam as drogas ilícitas. Porém Rangel destaca que:

*(...) es necesario subrayar que si bien entre la guerrilla y los traficantes existe una alianza en las zonas de producción y procesamiento de la hoja de coca y de la amapola, en el resto del país – y sobre todo en aquellas tierras donde los narcotraficantes invierten sus ganancias – hay un enfrentamiento sin cuartel entre los grupos armados privados a su servicio y los frentes insurgentes. Es decir, esta alianza funcional es puramente coyuntural y muy localizada, pero la enemistad es de largo plazo y a muerte. Hay una desconfianza mutua y una hostilidad sin remedio, por fuera de los negocios de beneficio para ambas partes (RANGEL, p. 403).*³⁴

Analisando o impacto macroeconômico da economia guerrilheira, Rangel (p. 407) argumenta que ainda que no conjunto da quantidade de recursos que subtrai da economia nacional não seja muito significativo, já que representa menos de um por cento do produto interno bruto, são sim importantes os efeitos diretos em alguns setores e os indiretos no nível agregado, que se tem estimado ao redor de quatro por cento do produto interno bruto anual.

Esse autor argumenta que provavelmente sejam mais relevantes os custos indiretos da pressão da guerrilha e da espiral do conflito armado interno sobre o conjunto da economia, ou seja, aqueles referentes às perdas

³³ Esta estratégia de dispersão do adversário é comum na maioria dos casos, mas sobre tudo, foi muito notória no caso da *Frente Farabundo Martí para la Libertación Nacional* (FMLN) em El Salvador nos anos 1980 (RANGEL, p. 374).

³⁴ Aqui é interessante analisar a possível competição entre esses grupos hoje, já que as guerrilhas estão mais envolvidas no tráfico atualmente como demonstram diversas denúncias. Uma dessas denúncias encontramos na conceituada revista **National Geographic** (julho de 2004, p. 64-85) mostrando inclusive com fotos esse envolvimento das FARC com a produção de cocaína.

potenciais de investimento ou de produtos, devido à incerteza e o risco que geram efeitos negativos de insegurança sobre a inversão, na mudança técnica, na produtividade, na gestão empresarial etc. Acrescenta que em uma economia aberta estes custos extras incrementam os custos de transação da economia afetando de maneira dramática a competitividade das empresas e dos negócios aumentando muito os gastos em segurança privada (RANGEL, p. 409).³⁵

Conclui dizendo que a incapacidade do Estado para garantir a segurança e administrar a justiça tem feito proliferar estratégias que buscam soluções individuais ao menor custo possível, o que facilita a ação de grupos armados organizados e, conseqüentemente, multiplica sua pressão, mantendo uma dinâmica inercial que se reforça e se mantém no tempo (RANGEL, p. 411).

Acrescenta que *“Tal vez este círculo vicioso de la guerra, que empieza a estrechar seriamente las posibilidades de bienestar y prosperidad económica sostenida, sólo se pueda romper con un esfuerzo colectivo de los colombianos para obligar a la guerrilla, por todos los medios, a negociar la paz”* (RANGEL, p. 411-412).

Exército de Libertação Nacional (ELN), 1965.

Para a conformação do ELN confluem vários fatores. Em primeiro lugar, o impacto da Revolução Cubana através da “Brigada José Antonio Galán” (1963), integrada por Víctor Medina Morón, Fabio Vásquez Castaño, Heriberto Espitia, Ricardo Lara Parada, Luis Rovira, Mario Hernandez e José Merchán, cujo propósito era regressar ao país com a finalidade de impulsionar a luta revolucionária e organizar simultaneamente, com a atividade política, os grupos da cidade e do campo que desenvolveriam a luta armada (BELTRÁN, p.131).

A este grupo se somam vertentes da guerrilha liberal de Rafael Rangel, elementos radicalizados do movimento estudantil procedentes da *Asociación Nacional de Universitários de Santander* (AUDESA), lutadores petroleiros agrupados na *Unión Sindical Obrera* (USO) e membros de organizações juvenis como a *Juventud Comunista* (JUCO) e as *Juventudes del Movimiento*

³⁵ Aqui podemos traçar um paralelo com a violência urbana no Brasil ligado ao problema do tráfico de drogas.

Revolucionário Liberal (JMRL), a qual se vinculará, posteriormente, uma corrente revolucionária da igreja, encarnada na figura do sacerdote Camilo Torres (ibid.). O período que se estende de 1965 a 1972, o ELN vive uma etapa de expansão e crescimento, marcada pelo peso da concepção militarista que leva a deserção e fuzilamento de muitos militantes, entre eles, importantes dirigentes fundadores.

A partir de 1983, a organização inicia uma etapa de recolocação, desenvolvimento e projeção nacional. Sua ação militar se concentra no ataque à infra-estrutura petroleira, agitando como bandeira a luta na busca de uma política nacionalista no manejo dos recursos naturais por parte do Estado (ibid, p. 132). Apesar de recentemente ter uma postura mais flexível para negociações políticas com o Estado colombiano, em sua terceira reunião nacional em 1993, depois dos fracassos das conversações anteriores, afirmaram o seguinte:

Esta guerra se nos ha impuesto desde tiempo atrás por política do Pentágono hacia América Latina, a través de la Doctrina de Seguridad Nacional y la oligarquía de este país, su fiel servidora que la agencia y desarrolla. Así las cosas, nosotros la aceptamos, la asumimos y estamos dispuestos a morir en ella si es preciso. Si la oligarquía de este país y e imperialismo no dejan otra alternativa seguiremos con nuestra lucha libertaria y con armas bien en alto, sin asomo de cansancio o signos de frustración (ibid).

Paramilitares: Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), 1968.

Segundo Miguel Beltrán (p. 137) apesar da tática violenta da guerrilha no tratamento da população civil serem aproveitados por estes bandos armados para implementar seus planos contra-insurgentes, os grupos paramilitares são – como se tem demonstrado numerosos organismos defensores dos Direitos Humanos – o resultado direto da aplicação de uma concepção e uma ideologia que se ensina nas academias militares, que se implementa nas estruturas do Exército e que se difunde nos chamados “setores dirigentes” do campo político e econômico.

Durante a década de sessenta se institucionalizaram os grupos de autodefesa, com a promulgação do decreto 3398 de 1965, ratificado pela lei 48 de 1968, que permite a organização de grupos civis armados para “manter a ordem”, e que são associados de proprietários para defender seus bens, mas

que na prática terminam cooperando com as Forças Armadas na luta anti-subversiva. E concluindo, esse autor afirma:

El fenómeno del pamilitarismo y de las autodefensa en Colombia se ha pretendido explicar como producto exclusivo de los “excesos del accionar de la guerrilla”, olvidando que desde hace varias décadas el ejército ha auspiciado la creación de grupos paramilitares y de autodefensa, en cuya dirección independiente o asociada ha contado con el respaldo de sectores políticos nacionales y regionales, gremios de la producción y, durante las últimas dos décadas, con núcleos de narcotraficantes, con el claro propósito de aniquilar cualquier expresión de oposición al régimen (BELTRÁN, 1997, p.139).

Hoje os paramilitares são um grande obstáculo para as negociações de paz com as guerrilhas colombianas devido a essa história e denúncias de ligações do exército oficial colombiano (com apoio dos EUA) para combate “sujo” a eles.

3.2.2 – As relações entre Estado e Sociedade Civil na Colômbia: algumas alternativas

Para abordarmos o tema da relação entre Sociedade Civil e Estado vamos nos basear principalmente em um artigo de Luis Alberto Restrepo, pesquisador do Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais da Universidade Nacional da Colômbia, onde busca apontar elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. Acreditamos que as idéias desse artigo estão em sintonia com nossa abordagem sobre o papel da cooperação da Sociedade Civil para resolver os conflitos colombianos que estão intimamente ligados com o problema das drogas.

Esse autor começa fazendo uma revisão crítica das concepções de Hegel, Marx, Lênin e Gramsci sobre a relação entre Sociedade Civil e o Estado. Posteriormente, mostra como na América Latina os movimentos sociais elaboraram a identidade social dos setores subalternos e como isso permite que eles exijam a representação democrática de seus interesses por parte dos Estados e dos partidos. Apesar de sua interessante síntese das teorias sobre as relações entre Sociedade Civil e o Estado nos clássicos europeus, vamos utilizar principalmente sua proposta para um novo conceito sobre estas relações na América Latina. Isso se deve ao fato dessas idéias

estarem alinhadas aos exemplos empíricos de nosso estudo sobre a cooperação da Sociedade Civil na resolução dos conflitos colombianos abordadas ao final desse tópico.³⁶

Restrepo (1990, p. 78) descreve seu princípio metodológico, onde diz que considera necessário manter a distinção entre Sociedade Civil e Estado, ou em acordo com Gramsci, entre Sociedade Civil e Sociedade Política como princípio analítico da sociedade capitalista contemporânea. Destacando a concepção de Hegel sobre essa distinção, observa que pertence à Sociedade Civil toda a atividade que se oriente para satisfazer o interesse explicitamente particular e os nexos que ela gera, assim como o desenvolvimento inicial do interesse geral como algo estranho e alheio ao interesse particular. Sobre a esfera estatal coloca que esta pertence “a atividade que busque a promoção do interesse de toda a sociedade, sem negar o interesse particular e procurando dar-lhe satisfação”. Mas adverte que

A distinção nem sempre é fácil, mas o princípio é válido. Que a atividade pública se ponha a serviço do interesse privado ou de classe, ocorre diariamente. Mas, são desvios da função do Estado, que devem ser submetidos à vigilância e à crítica da sociedade civil. São o ponto de partida da gestão de novos consensos alternativos. O serviço ao interesse geral, com o devido respeito ao interesse particular, é o princípio de legitimidade do Estado, de todo Estado (RESTREPO, p. 79).

Outra questão que esse autor coloca é que ele está em acordo com a visão gramsciana da sociedade civil, da sociedade política e de sua mútua relação. Porém amplia a concepção conflitiva de sociedade e outras oposições que não são de classe e assinala outras formas de direção de toda a sociedade. Nesse sentido diz:

Anteponho a essa noção gramsciana de direção intelectual e moral, o conceito de identidade de classe, de que depende a direção que esta possa exercer sobre o conjunto da sociedade. Assinalo de que modo se desenvolve a identidade de classe em outras instâncias organizativas diferentes do Partido político, como nos grêmios e nos movimentos sociais. Este deslocamento, que não é produto da arbitrariedade, mas expressão mais ajustada da dinâmica social real, modifica

³⁶ Considero importante destacar que é muito interessante a síntese que o autor mencionado faz em seu artigo analisando criticamente o pensamento dos clássicos europeus que desenvolveram teorias sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil. Para maiores informações ver: (RESTREPO, 1990, p. 63 a 80).

desde logo [também] a concepção de partido político leninista, de mudança ou revolução social, inclusive de socialismo (ibid.).³⁷

Destacaremos brevemente alguns elementos desenvolvidos por Restrepo para conceituar sociedade civil que julgo importante para nosso estudo. Começa estabelecendo um sentido mais geral para a distinção entre o nível da produção de conflitos e o de sua direção social. Sustenta essa perspectiva dizendo:

Refiro-me, em primeiro lugar, a um nível de “produção de conflitos” em geral e não só ao conflito gerado pela produção, o conflito de classes. Este, embora seja central para a compreensão da sociedade capitalista, não é o único conflito social existente e significativo. Há muitas outras formas de opressão que geram tensões hoje em dia, movimentos, agremiações, debates e enfrentamentos, e que devem ser igualmente tidas em conta em sua especificidade. Em segundo lugar, ao invés da “direção intelectual e moral” de que fala Gramsci, refiro-me a uma instância também mais geral de “direção social” dos conflitos. Com efeito, a “direção intelectual e moral” gramsciana é uma forma específica e muito importante de elaboração e de eventual definição dos conflitos sociais. Mas, esta instância unilateralmente teórica, não dá conta de toda a realidade (RESTREPO, p. 80).

Argumenta também que “cedo ou tarde, com altos e baixos, os diferentes conflitos sociais dão origem a respostas coletivas e públicas, através das quais se constituem os atores sociais”, e acrescenta:

Cada um dos atores implicados busca uma solução para o conflito a partir de sua própria perspectiva. Na medida em que esses atores sociais – agremiações ou movimentos – tenham uma identidade mais definida, ao mesmo tempo prática e intelectual, isto é, formas de organização mais fortes, uma consciência mais clara de seus interesses, costumes e valores compartilhados, uma maior autonomia em relação a outras instâncias de poder, um reconhecimento mais claro dos conflitos com que se defrontam, consolida-se o sistema de ação social ou sociedade civil, e podem assim se apresentar propostas e demandas definidas ao Estado através de partidos pluriclassistas (RESTREPO, p. 82).

Analisando a particularidade da América Latina, argumenta que os organismos gremiais das classes subalternas são débeis e fragmentários, isso

³⁷ A diferença entre Gramsci e Lênin penso ser principalmente que o primeiro acredita ser possível a hegemonia vir da sociedade civil fortalecendo o partido enquanto o segundo acredita numa elite partidária determinando os rumos do país.

porque não puderam constituir-se como atores sociais independentes dos projetos políticos que as cruzam. Nesse sentido coloca que o simples desenvolvimento dos movimentos sociais fortes e autônomos teria um efeito transformador, no conjunto das relações sociais e no sistema político, mais profundo do que qualquer projeto revolucionário das elites. Acrescenta que,

Não se pode comparar a profunda identidade histórica, social, cultural e política das classes sociais européias, nas quais pensam Marx e Gramsci, com a desarticulação, fragmentação e dismantelamento social, político e cultural das classes subalternas na América Latina, alcançada, além disso, pelos projetos de seus múltiplos e pretensos representantes (RESTREPO, p. 85).

Conclui (p. 90) dizendo que os movimentos sociais contribuem para transformar a cultura popular autoritária latino-americana e que eles constituem atores sociais coletivos, dotados de poder próprio, capazes de atuar na cena pública sem necessidade de intermediários. Enfim acrescenta que:

Na América Latina, tais movimentos poderiam ter uma credibilidade e representatividade de que nenhum partido goza e, tendo em conta o imenso acúmulo de necessidades sociais não satisfeitas, poderiam converter-se em um poderoso instrumento de pressão sobre aqueles e sobre o próprio Estado (RESTREPO, p. 94).

Podemos após essa elaboração teórica, buscarmos alguns exemplos de Cooperação na Sociedade Civil colombiana. Temos importantes exemplos de como a própria população colombiana apresentou propostas alternativas para resolver os problemas de violência de seu país, sendo elas expressões de uma sociedade muito mais complexa do como usualmente é tratada (apenas em termos de narcotráfico); ou com simplificações de seus conflitos em termos inventados pelos EUA como “narcoguerrilha” que não conseguem explicar a realidade colombiana.

Um primeiro exemplo dessas alternativas é o caso do movimento *cocalero* de 1996 que Maria Clemencia Ramírez denominou como a “política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana”.³⁸ Durante os meses de julho, agosto e setembro de 1996, mais de 200 mil

³⁸ Esse artigo de Maria Clemencia Ramírez faz parte do livro **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, 2002, organizado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Referência completa na bibliografia.

*cocaleros*³⁹ (camponeses dedicados ao plantio e à colheita da coca) fizeram uma marcha em direção aos centros urbanos e às capitais dos distritos de Guaviare, Putumayo, Caquetá e Baixa Bota Caucana, na Amazônia ocidental da Colômbia, para protestar contra a política de fumigação das suas culturas de coca por parte do Governo do presidente Samper (RAMÍREZ, 2002).⁴⁰

A autora conclui desse episódio algumas coisas importantes que mostram a realidade complexa colombiana que os EUA insistem em tentar simplificar colocando narcotraficantes, guerrilheiros e camponeses em um mesmo grupo, ou seja, criminosos.

É por isso que se reclama que os camponeses e os trabalhadores devem ser tidos em conta enquanto setores de população diferenciados, não representados pela guerrilha, na discussão dos problemas nacionais. Ao afirmar o direito político a participar, está-se afirmando a sua cidadania (Forewaker, 1995). O dilema dos habitantes do Putumayo continua sendo como sustentar no tempo uma representação como grupo social e/ou político diferenciado e, mais ainda, como apropriar-se de espaços democráticos propiciados pelo Estado e o compromisso deste numa região onde diversos atores armados jogam um papel preponderante e o Governo não tem mostrado uma vontade política para apoiar as iniciativas dos camponeses e encarar assim o problema da Amazônia e da cultura de coca de forma estrutural (RAMÍREZ, 2002).

A autora ainda conclui que “a mobilização dos *cocaleros* permanece na memória dos habitantes do Putumayo e da Baixa bota Caucana como referência histórica apropriada culturalmente como símbolo político tanto da sua identidade como camponeses colonos da Amazônia, como do poder que podem desenvolver ao organizar-se para reclamar os seus direitos como cidadãos, no quadro de democracia participativa privilegiada pela Constituição de 1991, que se converteu numa luta emancipatória contra o abandono, a estigmatização e a marginalização” (RAMÍREZ, 2002).

Um fenômeno que é observado também na Colômbia é como o Tribunal Constitucional pode colaborar para a emancipação social na Colômbia. Nesse caso, Rodrigo Uprimny e Mauricio García-Villegas (2002) elaboraram um artigo

³⁹ Posteriormente analisaremos movimentos *cocaleros* nos outros países produtores de coca (Peru, Equador, Bolívia) e neste último país, Evo Morales (antigo militante *cocalero*) foi eleito Presidente e tomou posse em janeiro de 2006.

⁴⁰ Para um estudo mais profundo desse movimento, ver RAMÍREZ, 2002.

para tentar avaliar o potencial de emancipação de algumas decisões do Tribunal Constitucional colombiano consideradas progressistas.⁴¹ Nesse artigo, os autores afirmam que “nos últimos nove anos, este tribunal teve um grande papel na vida política colombiana. Além disso, em termos gerais, o Tribunal foi peremptório na proteção dos direitos das pessoas e das minorias, assim como na intenção de controlar os abusos por parte das autoridades e dos poderosos” (UPRIMNY & GARCÍA-VILLEGAS, 2002).

A conclusão que estes autores chegam em seus estudos é a de que em determinados contextos, o Direito em geral e a justiça constitucional em particular podem vir a tornar-se instrumentos de emancipação social. Porém, fazem algumas observações importantes:

Mas não é por isso que o direito perde a sua vertente de dominação social: as potencialidades emancipatórias da justiça constitucional são, pois, limitadas, e o predomínio das estratégias judiciais apresenta riscos para o dinamismo e a criatividade dos movimentos sociais. Em todo caso, estes riscos devem ser contrastados com o potencial progressista da justiça constitucional (...) (UPRIMNY & GARCÍA-VILLEGAS, 2002).

Por fim, outro exemplo de alternativa colombiana e que também apresenta a importância da solidariedade internacional é o caso da Comunidade de Paz de *San José de Apartado*, que é descrito em um artigo de María Teresa Uribe de H.⁴² Nesse caso é apresentada uma experiência de uma pequena povoação chamada *San José de Apartado* – situada na região do Urabá, Colômbia - que, perante a intensificação do conflito armado no seu território e a subsequente deterioração da vida em comum, decidiu adotar uma estratégia de resistência civil e desarmada contra a guerra e pelo direito a permanecer em seus lotes e nos seus lares comprometendo-se, mediante um pacto público a não se envolver com os atores armados, incluindo os do próprio Estado.

A declaração como comunidade de paz levou este grupo heterogêneo de colonos a recuperar a autonomia para decidir livremente sobre as suas vidas, a emancipar-se dos poderes verticais e autoritários que tinham passado

⁴¹ Para aprofundar esse estudo, ver UPRIMNY & GARCÍA-VILLEGAS, 2002, artigo que faz parte também do livro organizado pelo sociólogo SANTOS, 2002.

⁴² Para uma análise mais pormenorizada, ver URIBE de H., 2002. Referência completa na bibliografia.

a gravitar sobre ele⁴³, a instituir a sua própria organização e a tornar-se visível na esfera pública, estabelecendo relações com instituições nacionais, mas antes de mais nada, com entidades não-governamentais e com governos estrangeiros dedicados à proteção de bens públicos universais. (URIBE de H., 2002).

As organizações não-governamentais que têm tido uma presença mais longa e contínua na comunidade de paz são a Comissão Intercongregacional de Justiça e Paz, entidade nacional que agrupa várias ONGs de orientação religiosa (católica), e as Brigadas Internacionais de Paz, cujo trabalho na Colômbia tem sido especificamente o de proteger a vida de coletividades e pessoas vulneráveis e colocadas em situação de risco pela evolução da guerra. Essa autora aponta que o sentido principal de suas presenças é manifestar aos atores armados, inclusive aos do Estado, que este coletivo que optou pela paz e pela resistência à guerra está protegida pela Igreja Católica e pela comunidade internacional e que qualquer agressão que seus habitantes sofram será fortemente contestada pelos países e organizações por eles representados.

Estas alianças estratégicas com atores internacionais não estatais estão colocando em cena o que poderíamos chamar de mundialização do local: um pequeno grupo de camponeses que nunca tinham saído do seu meio regional revela sua situação perante o mundo, recebe embaixadores e funcionários estrangeiros, viaja para outros continentes, convoca solidariedade e ajuda econômica de caráter muito diverso e, o que é mais importante, desafia a subordinação hierárquica ao próprio Estado, ignorando os atributos substantivos da soberania para entrar em contato direto e sem mediação governamental com atores internacionais muito diferentes (Ibid.).

Enfim a autora conclui que se trata de “uma comunidade organizada, permanentemente mobilizada, de pé face à adversidade que, através do trabalho coletivo e solidário, resolveu em parte as necessidades básicas da subsistência, resistindo aos deslocamentos forçados. Com profunda dignidade e coragem civil, esta comunidade tem tentado impor limites à guerra e talvez, sem ser este o seu propósito, esteja formando uma **nova ordem política a partir do local**” (Ibid. grifos nossos).

⁴³ Tanto por parte do Estado colombiano como das guerrilhas que apresentam essas características de organização política.

3.3- O atual cenário colombiano: perspectivas de seus conflitos

A firmeza de Álvaro Uribe (2002-2006) frente as FARC lhe concedeu a presidência e a manutenção de altos índices de popularidade. Restrepo ainda acrescenta que:

Para comprender esta situación, tal vez sería necesario haber vivido el desconcierto nacional en tiempos de Samper y el desencanto y hasta la rabia de muchos colombianos ante la actitud de las FARC en la mesa de conversaciones con el gobierno de Pastrana (RESTREPO, p. 49).

Segundo esse mesmo autor, Uribe tem realizado uma **política exterior eficaz, mas hipotecada**. Em suma; urgido pelo grave conflito interno, o atual presidente colombiano tem posto quase toda a política exterior da Colômbia ao serviço da segurança. E ainda que no imediato tenha obtido abundantes créditos políticos, financeiros e militares, sua estratégia hipoteca as relações internacionais da Colômbia com os EUA, prejudicando muitas vezes o relacionamento com seus vizinhos amazônicos (RESTREPO, p. 51). Internamente a estratégia mais poderosa de Uribe frente à classe política é a dos conselhos comunitários do governo. No desenvolvimento de seu “estado comunitário”, o presidente, acompanhado de seus ministros, se reúne todos os sábados em alguma localidade com representantes da população, atende todo o dia suas queixas e reclamações, adota soluções, compromete os funcionários ou responde em tom coloquial que o assunto não se pode resolver porque “não há diálogo”. O autor citado argumenta que:

El espectáculo restablece un vínculo de confianza entre gobernante y ciudadanos, importante en medio de un conflicto como el que vive Colombia. Pero, al mismo tiempo, debilita partidos e instituciones a favor de la figura presidencial. Aunque la Constitución de 1991 limitó el poder presidencial, la esperanza de muchos colombianos en un Ejecutivo fuerte continúa robusteciéndose en contra o Congreso (RESTREPO, 2004, p. 54).

Uribe tem concentrado os maiores esforços de seu governo na política de **Segurança Democrática**. Com este título adianta uma ofensiva diplomática e militar contra o “terrorismo” e o narcotráfico identificados pelo governo com a guerrilha e os paramilitares (RESTREPO, p. 54). Com a convicção de que o principal combustível do conflito colombiano é o dinheiro do narcotráfico, Uribe

tem empreendido a campanha mais intensa contra as distintas fases do negócio. Segundo o escritório de Drogas e Delito da ONU (Unocd), a Colômbia passou de ter 102.000 hectares de coca em dezembro de 2002 a 86.300 em 2003. O governo Uribe extraditou 139 colombianos, em sua maioria solicitados por narcotráfico pela justiça norte-americana. E nas palavras de Restrepo (2004, p. 56) *“La política de EEUU contra las drogas ha encontrado así su plena aplicación”*.

Uma importante reflexão feita pelo autor citado diz que de fato a guerra ao narcotráfico freia os ingressos das organizações armadas ilegais, mas ao mesmo tempo, eleva a rentabilidade do negócio, contribuindo para expandi-lo e fortalecê-lo, convertendo aos poucos no principal combustível financeiro da violência e na maior fonte de corrupção. No entanto, golpeado por estes males, o país se vê obrigado a solicitar a ajuda dos EUA (RESTREPO, p. 58).

Segundo o professor colombiano Francisco Gutiérrez Sanín (2004, p. 60) existe muito mais continuidade do que se acreditava entre o governo precedente de Andrés Pastrana e do atual. Isso porque os mandatos anticorrupção que Pastrana e Uribe têm tentado interpretar estão atravessados por tensões básicas:

En primer lugar, en nombre de mejorar la democracia amenazan con minarla. En efecto, tanto Pastrana como Uribe – mucho más el segundo – subieron al poder y gobernaron con un discurso antiparlamentario – cuyo núcleo era la noción de que el Congreso y los político son el epicentro de la corrupción – que se reflejó, por ejemplo, en las intentonas de revocatoria del mandato del Congreso y en los referendo propuestos por ambos. En ese sentido han intentado seguir la senda del “presidencialismo fuerte”, una plantilla de gobierno bien conocida en el área andina. Y si Pastrana careció de recursos y habilidad para avanzar en esa dirección, Uribe está mucho mejor colocado para hacerlo (SANÍN, 2004, p. 60).

O último autor citado acrescenta que Pastrana e Uribe apostaram no fortalecimento do Estado, tentando recuperar o monopólio do meio de coerção através de uma combinação de fortalecimento militar e negociação com os exércitos ilegais. Mas também aponta que há diferenças substanciais em conteúdo, estilo e situação. Conclui com uma afirmação importante sobre Uribe:

*(...) el presidente no ha solucionado uno de los problemas endémicos del sistema político colombiano, a saber, que **la política no cabe plenamente dentro de la legalidad**. A*

medida que se combate a algunos ilegales y se estorban sus vínculos con el sistema, otros ocupan su lugar (SANÍN, p. 61, grifos nossos).

Essa opinião também me foi emitida pelo ex-presidente colombiano Ernesto Samper quando o questionei em um seminário na USP em 28 de fevereiro de 2005 sobre esse dilema colombiano, inclusive aproveitando para perguntar sobre as polêmicas de corrupção que envolveu seu governo. A respeito disso, Samper deixou claro que é difícil uma alternativa legal no sistema político colombiano e apontou a legalização das drogas como o caminho menos negativo para resolver esse problema da corrupção.

Inclusive temos denúncias que o atual presidente da Colômbia teve vínculos com o tráfico de drogas. Algumas edições da revista norte-americana *Newsweek* apontam que um informe desclassificado do Pentágono de 1991 afirmava que Uribe trabalhou para o conhecido traficante Pablo Escobar e acrescentava:

En septiembre de 1991 el departamento americano de defensa compilada una lista de individuos que creída estaban asociados con el conocido cartel colombiano de la droga de Medellín. Hay 106 nombres en el recientemente desclasificado documento de inteligencia, allí se puede ver quiénes están señalados como de gamberros, asesinos, traficantes de nivel medio y abogados corruptos. El cruel jefe del cartel, Pablo Escobar, era el principal en la lista, claro, junto con el antiguo dictador panameño General Manuel Antonio Noriega. Pero lo que verdaderamente llama la atención es ítem No. 82 que dice: " Alvaro Uribe político colombiano y senador dedicado a la colaboración con el cartel de Medellín en los altos niveles del gobierno. Uribe se vinculó a un negocio involucrado en las actividades de los narcóticos en los Estados Unidos.... Uribe ha trabajado para el cartel de Medellín y ha sido un amigo íntimo de Pablo Escobar Gaviria ".El retrato que el informe del Pentágono hace de Uribe discrepa con su imagen actual de aliado principal de Washington en EE.UU. – que financia la guerra de las drogas en América del Sur.⁴⁴

Finalmente tentando indicar as perspectivas sobre o conflito armado na Colômbia temos a opinião do sociólogo colombiano Eduardo Pizarro Leongómes (2004, p. 74) que diz que sua perspectiva difere das anteriores, em especial a de Alfredo Rangel. Isso porque ele acredita que este autor comete

⁴⁴ *Newsweek*, 2004. <http://www.arlac.be/COLOMBIA/2004/URIBE%20Y%20ESCOBAR.htm>. Acesso em maio de 2006.

um erro grave analítico ao minimizar o debilitamento estratégico dos grupos guerrilheiros, em particular o das FARC.

Em sua opinião ainda, sem dúvida o conflito entrou em uma “etapa de inflexão” em detrimento dos atores armados não estatais, mas a solução final só será viável se o Estado puder garantir a sustentabilidade financeira, política e social do projeto de **Segurança Democrática** e, antes de tudo, comprometendo a comunidade internacional na busca da solução negociada definitiva da guerra interna. Acrescenta que se esta sustentabilidade não está plenamente garantida, a agonia será longa e traumática. O principal argumento de Leongómes (2004, p. 75) é sobre a sustentabilidade financeira da guerra interna para a guerrilha, cujo projeto militar mostra, desde esta perspectiva uma precária sustentabilidade. Acrescenta (p. 76) que dia após dia, o debilitamento estratégico das FARC e do ELN se faz mais palpável. Segundo este autor “*Ni política ni militarmente la guerrilla significa en la actualidad un desafío real para las instituciones políticas*” (ibid.).

Finalmente o último autor citado diz que um paradoxo que está presente na região, tal como demonstram as experiências em El Salvador e Guatemala, é que os governos de direita têm sido mais aptos para levar a cabo negociações exitosas que as administrações de centro ou centro-esquerda. Tenta explicar essa situação argumentando:

A mi modo de ver, un presidente de derecha moderada constituye un interlocutor creíble para los movimientos insurgentes, en la medida en que dispone de amplios recursos de poder, pues puede garantizar la cohesión del Estado para las negociaciones y es, por tanto, previsible en sus acciones y claro en sus objetivos. Por el contrario, presidentes de centro o centroizquierda generan escepticismo en las propias filas gubernamentales y en sectores extremistas de las fuerzas de seguridad, quienes buscan sabotear los esfuerzos de paz. En las elites colombianas nadie cree que Uribe pueda llevar a cabo pactos secretos con la guerrilla en detrimento de sus intereses, de ahí la cohesión estatal que no existió ni bajo Ernesto Samper (1994-1998), ni bajo Andrés Pastrana (1998-2002) (LEONGÓMEZ, p. 79).

Apesar de reconhecer que é um paradoxo, o último autor citado (p. 79) conclui que em meio a um ceticismo geral, lentamente se está abrindo caminho para um processo de paz com as AUC e o ELN e, mais cedo que tarde, tudo indica que ocorrerá o mesmo com as FARC.

Em nossa opinião parecem ser muito otimistas as conclusões dadas por Leongómez. Isso porque conforme já mencionado e também argumentado pelo professor colombiano Alejo Vargas Velásquez (2004, p. 90) o atual governo colocou ênfase no conflito armado interno na política de **Segurança Democrática**, buscando aumentar a capacidade coativa do Estado, o controle territorial, melhorar os níveis de segurança dos cidadãos e tratando de golpear as fontes mais importantes de financiamento dos grupos armados irregulares, como mecanismo para forçá-los a um processo de negociação sério e de curto prazo, e mudando o discurso no sentido de considerar que não existe um conflito interno armado, senão a presença de “grupos terroristas” que atacam a sociedade e o Estado, situando-se assim na corrente internacional de guerra contra o terrorismo iniciada depois de 11 de setembro de 2001.

Outro sociólogo colombiano, Ricardo Vargas Meza (2004, p. 129), argumenta que de fato a ausência de diferenciações entre os sistemas em rede que caracterizam tanto o narcotráfico hoje como os grupos terroristas, e o trato de ambas ameaças com critérios de guerra convencional, é, para dizer o mínimo um despropósito que está tendo um alto custo. Acrescenta que mesmo partindo do reconhecimento da alta dependência dos grupos armados da economia ilegal do tráfico de drogas, se coloca o interrogante sobre a pertinência de se estender o conceito da luta contra os grupos terroristas de alcance internacional (como a Al Qaeda) a grupos insurgentes que atuam na guerra interna como a colombiana (como as FARC), e que carecem de uma ideologia transnacional e uma ação global. Conclui:

(...) como parte da lucha antiterrorista, las drogas están generando una peligrosa disminución del reconocimiento de las causas sociales y económicas de la parte inicial del circuito de drogas. Dentro del plan estratégico del Departamento de Estado y de la U.S. Agency for International Development (USAID), el “desarrollo alternativo” ha pasado a articularse a la lucha antiterrorista (MEZA, p. 192, grifos nossos).

Conforme diz Velásquez (p.97) parece ser a continuidade da velha tradição dos setores dirigentes nacionais da Colômbia de considerar toda forma de protesto social como subversiva da ordem e conseqüentemente tratar esses atores simplesmente como criminosos, não dando devida atenção para problemas sociais internos.

Capítulo 4: As Relações entre Colômbia e Brasil: o combate ao tráfico de drogas na Amazônia e a possibilidade de cooperação internacional.

Nesse capítulo procuraremos analisar os possíveis impactos dos conflitos colombianos no Brasil e o problema das drogas em nosso território. Tentaremos traçar um panorama estatístico das drogas no Brasil, posteriormente analisar a atual Política Nacional sobre Drogas e finalmente refletir algumas possibilidades de cooperação (especialmente entre Brasil e Colômbia) frente a esse problema transnacional e que nos afeta diretamente.

A idéia é que uma análise desse conjunto nos permitirá analisar a questão amazônica com maior consistência e conseqüentemente termos maiores conhecimentos para desenvolvermos políticas públicas mais eficientes tanto em relação ao combate ao tráfico de drogas como na valorização e aproveitamento da estratégica região amazônica.

Atendendo ao convite formulado pelo Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou Visita de Estado à Colômbia no dia 14 de dezembro de 2005. No curso de suas conversações, os Presidentes abordaram diversos temas de interesse da agenda bilateral, regional e multilateral. Após o encontro os Presidentes do Brasil e da Colômbia firmaram uma Declaração Conjunta que será analisada ao final desse capítulo com o objetivo de avaliar as possibilidades de cooperação entre os dois países no combate ao tráfico de drogas (DECLARAÇÃO, 2005).

4.1- As relações entre Colômbia e Brasil: os possíveis impactos dos conflitos colombianos no Brasil

Avaliando a questão das drogas na Colômbia e suas características de Interdependência Complexa, é interessante avaliar seus possíveis impactos no conjunto da região amazônica. Em especial, tentaremos imaginar as possíveis conseqüências que o já analisado “Plano Colômbia” poderá gerar ao Brasil prestando atenção à posição diplomática que o país está tomando.

Inicialmente observaremos os estudos peruanos e colombianos sobre os principais impactos da produção e do combate à produção de coca e cocaína em seus países. Nesse sentido tentaremos ampliar a análise para os possíveis

impactos no Brasil, já que envolvem temas transnacionais como: (1) possíveis impactos ambientais; (2) atuações das guerrilhas colombianas na Amazônia dos outros países e; (3) possível migração de laboratórios de cocaína da Amazônia colombiana para os vizinhos.

Mostrando como essa preocupação com os conflitos colombianos não é tão recente, em 2000, saiu a seguinte declaração do ex-ministro das relações exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia:

O Itamaraty tem aproveitado as crises dos vizinhos para deixar claros os limites de tolerância brasileiros, no que diz respeito à ingerência americana na região. “Não emprestaremos nossas bases da fronteira para ações militares americanas ou colombianas”, disse Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil (MRE). O governo brasileiro teme que guerrilheiros colombianos, narcotraficantes e também os militares, que eventualmente os perseguirão, entrem no Brasil através da selva.⁴⁵

Nesse sentido passaremos a análise de nossas maiores preocupações detalhadamente observando posteriormente quais foram as atitudes do Brasil frente aos principais problemas citados.

4.1.1 - Possíveis impactos ambientais

O estudo pioneiro sobre os possíveis impactos ambientais do cultivo de coca e a produção de cocaína no Peru foi feito por Dourojeanni onde argumentou que há muitas evidências de que ambas atividades têm um impacto gravíssimo e irreparável nos ecossistemas em que se realizam (DOUROJEANNI, 1992, p. 31).

Nesse estudo o autor citado faz uma análise sobre como a produção de coca contribui para o desflorestamento e o uso de terras sem aptidão agrícola, agravando o problema da erosão do solo. Também analisa como o cultivo pode

⁴⁵ Sobre como o Brasil pretendia enfrentar a situação argumentou: “A idéia é instalar um paredão militar que impeça o transbordamento do conflito colombiano para território brasileiro. Brasília vai apressar a transferência de batalhões do Exército do sul para a região amazônica por onde se estendem os quase 2000 quilômetros de fronteira com a Colômbia. (...) Além disso, há o temor de que se utilize um fungo geneticamente modificado para matar as plantações de coca. O fungo existe, já foi testado e assusta. ‘Ele pode contaminar os rios brasileiros’, disse o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência” (BRASIL, 06/09/2000). Sobre esse tema desenvolvemos o trabalho: BORGES, Fábio. **Os possíveis impactos do Plano Colômbia no Brasil: aspectos econômicos, estruturais e diplomáticos**. Monografia de final de curso em Bacharelado em Ciências Econômicas, UNESP, Araraquara, 2003.

gerar a contaminação da água, principalmente porque devido à rentabilidade do negócio e a ignorância dos cultivadores os níveis de aplicação de agro-químicos superam totalmente o razoável (DOUROJEANNI, 1992, p. 33-36).

Segundo esse mesmo autor o impacto ambiental da preparação da pasta básica de cocaína é incomparavelmente mais grave que o uso de agro-químicos, isso porque o processo produz a contaminação do ar, do solo e da água.

A contaminação do ar se dá em virtude do *humo* quando se seca a folha nos fornos que funcionam a lenha, já a do solo devido à erosão que leva toneladas de sedimentos aos rios, sendo uma importante fonte de contaminação com graves repercussões para a vida aquática. Porém a principal contaminação do solo e em especial da água se dá durante o processamento da folha para extrair a alcalóide. Nesse processo se utilizava ácido sulfúrico, carbonato e querosene. Segundo o mesmo autor no Alto Huallaga no Peru esse processamento se dá em duas etapas que são a *maceración* e *lavado/planchado*. Acrescenta que na *maceración* se utilizam 18 litros de querosene, 10 litros de ácido sulfúrico, 5 Kg. de cal viva, 1 Kg de carbono e 5 Kg. de papel higiênico para cada 120 Kg de folha de coca. Para o *lavado/planchado* se utilizam 11 litros de acetona e 1 litro de *tuluol* para cada quilograma de pasta básica produzida.

Dourojeanni (p. 38) expõe dados de alguns estudos para 1986, ou seja, 20 anos atrás e os dados já eram alarmantes e informa que de acordo com aquelas estimativas sobre a base de uma produção de 2400 kg/ hectare / ano de folha seca de 160.000 hectares de coca, chegou-se ao número para esse ano de mais ou menos 6.400 toneladas de pasta básica. Nesses cálculos então teríamos que em 1986 chegou aos rios uns 57 milhões de litros de litros de querosene, 32 milhões de litros de ácido sulfúrico, 16 mil toneladas de cal viva, 3200 toneladas de carbono, 16 toneladas de papel higiênico, 6400 mil litros de acetona e outro tanto de *tolueno*. Conclui dizendo que na épocaurgia um estudo detalhado da problemática da contaminação da água na Bacia de Huallaga (DOUROJEANNI, 1992, p. 38). Com o grande aumento da produção tanto de folha de coca como de cocaína observadas nos últimos 20 anos (conforme o estudo feito por nós no segundo capítulo) podemos afirmar que esses impactos são ainda mais preocupantes atualmente.

Na Colômbia uma preocupação bastante grande em suas pesquisas são os impactos ambientais da política de fumigações nas áreas de produção de folha de coca.

Por exemplo a pesquisadora Constanza Ramírez (1998, p. 21-22) aponta que as fumigações dos cultivos ilícitos tem sido até o momento desastrosas em termos de perda de biodiversidade, isso porque: (1) tem deslocado os cultivos para dentro da selva e conduzido os cultivadores realizar plantações em terrenos de bosques, costa de *paramos* ou selvas para recuperar o dinheiro investido no cultivo perdido e; (2) na medida em que momentaneamente se diminui a oferta, a fumigação tem contribuído para manter altos os preços dos cultivos, estimulando os cultivadores a manter a produção com segurança de retorno dos seus investimentos.

Essa autora aponta também que com os poucos recursos econômicos que tem contado os programas de substituição em comparação com as grandes somas empregadas na fumigação por causa da luta anti-narcótico, tem impedido de se obter resultados eficientes no controle e na erradicação dos cultivos ilícitos (RAMÍREZ, 1998, p. 22).

O ambientalista Gustavo Wilches (1998, p. 31) argumenta que em termos gerais se pode afirmar sem temor de se equivocar que os custos ambientais pagam todos os colombianos (na nossa hipótese podemos dizer que talvez todos os países amazônicos) em perdas de qualidade ambiental, patrimônio ecológico e cultural, oportunidades econômicas etc, porém existem atores sociais que são muito mais afetados diretamente que outros e diz:

Dentro de cada comunidad afectada, las mujeres y los niños resultan especialmente perjudicados por el deterioro ambiental. Para citar un solo ejemplo, ante el agotamiento del agua y la madera para leña en una región determinada, las mujeres y los niños deben caminar cada vez más kilómetros (lo que quiere decir, dedicarle al acarreo más tiempo a costa del necesario para educación, recreación, estudio y ocio) para abastecer a la familia de estos dos recursos sin los cuales resulta imposible la vida (WILCHES, 1998, p. 32)

Diante dessas pesquisas é interessante observarmos algumas denúncias da imprensa sobre a situação atual e mostrando como as questões ambientais são transnacionais e em particular podem afetar a Amazônia brasileira também.

Em 24 de junho de 2000 foi publicado no jornal **O Estado de São Paulo** uma matéria denominada “Cocaleiros envenenam meio ambiente” demonstrando a importância do tema. Ali se observava que os plantadores colombianos também se envenenavam. Informava ainda que os plantadores usam 183 tipos de pesticidas (COCALEIROS, 24/06/2000).

Os plantadores (cocaleiros) são as maiores vítimas (...) Não usam nenhuma proteção – luvas ou máscaras – na manipulação dos venenos. Nem têm a menor idéia da quantidade a ser usada. Também não respeitam prazos. Pulverizam de forma regular e indiscriminada plantações e matas para ampliar as áreas de plantio. Contaminam a própria produção de coca e outras lavouras, como a de banana (COCALEIROS, 24/06/2000).

Segundo o Itamaraty, o governo Fernando Henrique Cardoso estava atento e preocupava-se com uma possível utilização de fungos contra os cultivos ilícitos que poderiam contaminar a rede fluvial brasileira, principalmente os rios Iça e Japurá (PERIGO, 09/08/2000).

“A grande preocupação para nós é a guerra biológica na Amazônia. O Brasil tem que se precaver se forem usar os fungos, como o *Fusarium oxysporum*, que podem atingir também outros cultivos, não ilícitos, que são de sobrevivência dos camponeses da região. Além do mais, quem garante que essas armas biológicas não possam atingir a Amazônia brasileira? As fumigações (com utilização de produtos químicos espalhados por aviões, que matam não só as plantações de coca e papoula, mas os cultivos normais, de subsistência, ambos desenvolvidas pelos camponeses) já foram feitas nos últimos oito anos e a área plantada de coca cresceu 30%”, advertiu Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas e presidente do Instituto Brasileiro Geovanni Falconi, dedicado ao estudo de assuntos como criminalidade organizada (PERIGO, 09/08/2000).

Tanto o fungo que infecta a planta através de sua raiz, provocando a sua morte quanto outras armas biológicas não apresentam confiabilidade em relação a atacar somente os cultivos ilícitos e ainda mais não prejudicar o meio ambiente nem a saúde das pessoas (PERIGO, 09/08/2000).

Testes realizados em meados da década de 90 mostram que o fungo *Fusarium oxysporum* pode infectar outras espécies. Não se sabe tampouco se o fungo pode ter vida longa, pode sofrer mutações, infectando outras plantas “inocentes”. O governo peruano já se negou a testar ou desenvolver o polêmico fungo em seu território (PERIGO, 09/08/2000).

No dia 02 de agosto de 2000, o senador independente colombiano Rafael Orduz, segundo o jornal *El Tiempo*, criticou a “falta de transparência” nas discussões sobre a guerra biológica que se pretende levar a cabo no país.

“O uso de fungos, estrangeiros ou nativos da Colômbia, pode ter efeitos nefastos sobre a saúde humana e o meio ambiente num dos países mais ricos em biodiversidade do mundo”, afirmou. O senador protestou ainda contra o “lobby feito pelo governo dos Estados Unidos e pelo Programa das Nações Unidas para Fiscalização Internacional de Drogas” para utilização do fungo. No mesmo dia, mais de 50 colombianos da comunidade científica enviaram uma carta ao presidente Andrés Pastrana expressando sua preocupação com a guerra biológica através de fungos como o *Fusarium oxysporum* (PERIGO, 09/08/2000).

Mais de um ano após essas declarações como até hoje, a discussão continua muito pertinente. Podemos observar isso a seguir de acordo com a notícia veiculada pela Agencia de Notícia da Colômbia (ANCOL), no dia 06 de agosto de 2001, no sítio da *Presidencia de la República de Colombia*. Essa notícia tinha como título que o Ministro da Justiça colombiano, Rómulo González, celebrava a decisão de um Juiz de Bogotá, que havia decidido anular a medida liminar que proibia as fumigações contra cultivos ilícitos e havia negado a tutela proposta por uma organização não governamental (MINISTRO, 06/08/2001).

(...) “En este fallo, el Juez niega la Tutela y levanta la medida provisional que había dictado”, precisó el funcionario. González aclaró que las fumigaciones no habían sido suspendidas sino que la Policía Antinarcóticos extremó las medidas preventivas para evitar la fumigación o impactos de éstas en los territorios indígenas del Amazonas. “No vamos a fumigar los poblados indígenas de ninguna región del país, ni los espejos de agua, ni los cultivos lícitos”, aseguró. El Ministro de Justicia reiteró que el mayor daño a la flora y fauna, y a todas las formas de vida, está siendo causado por los narcotraficantes y no por el Estado. Interrogado sobre la utilización de otros químicos diferentes al glifosato, el Ministro de Justicia respondió que a éste se le está adicionando el Cosmoflux; explicó que es un adherente que garantiza mayor efectividad del herbicida. “Ni el glifosato ni ese adherente hacen daño a la salud, la flora o la fauna”, aclaró. El Ministro subrayó que con las fumigaciones el Gobierno simplemente está cumpliendo la Ley 30 de 1986 que ordena la destrucción de los cultivos ilícitos (MINISTRO, 06/08/2001).

Continuando a polêmica, em 31/01/2002 foi publicado no jornal **Folha de S. Paulo** uma matéria intitulada “Coca destrói Amazônia, dizem EUA”, na qual observa que o plantio de drogas causou destruição de 2,3 milhões de hectares da floresta amazônica nos últimos 20 anos, segundo estudo do Departamento de Estado norte-americano. O desmatamento foi provocado principalmente pela utilização de defensivos agrícolas aplicados em áreas preparadas para o cultivo de folhas de coca. O secretário-adjunto de Estado para Assuntos Internacionais de Execução da Lei e de Narcóticos, Rand Beer afirmou que os produtos químicos, levados pela chuva, penetram nas bacias hidrográficas, afetando plantas e animais – direta ou indiretamente (COCA, 31/01/2002).

Essas polêmicas só reforçam a necessidade de se ter um estudo mais minucioso e cuidadoso dos possíveis impactos ambientais que a utilização de produtos químicos podem trazer para região.⁴⁶ Mas isso, em nossa opinião, teria que ser feito em conjunto **por uma comissão representativa de todos os países que poderiam ser afetados**. Isso seria importante para a posição diplomática que cada país tomará frente à questão. E tomara que as consultas diplomáticas entre os países da região sejam constantes visando **uma posição comum frente a problemas comuns**.

4.1.2- Impactos e possíveis vínculos das guerrilhas colombianas com o crime organizado no Brasil

Muitas vezes se estabelecem comparações entre o crime organizado na Colômbia ligado ao tráfico de drogas com o que vem ocorrendo no Rio de Janeiro, principalmente no sentido que em espaços sem a presença governamental constante do Estado, os traficantes passaram a deter de fato o monopólio da coerção física.

O pesquisador Thiago Rodrigues (2004, p. 229) aponta que nos bairros de Medellín e Cali, o policiamento e a justiça dos narcotraficantes apresentavam-se como recursos elementares para que as organizações do tráfico mantivessem um mínimo de “tranquilidade operacional” e diz: “por um lado, a manutenção da ‘ordem do traficante’, ou seja, da ‘lei’ do grupo e do seu monopólio da coerção física; por outro, a garantia de que este ‘serviço’

⁴⁶ Conforme já foram citados os trabalhos peruanos e colombianos sobre esse tema que preocupa o Brasil também.

prestado à população evitaria que um descontentamento geral se convertesse em delações e cooperação dos favelados com a polícia”.

Por outro lado, o último autor citado diz que de modo diferente dos empresários colombianos, não se registrou no Rio de Janeiro dos anos 80 um nível de penetração institucional tal que pudesse apontar a existência de traficantes aspirando a postos públicos ou a posições estratégicas em órgãos governamentais, como *capos* de Medellín o fizeram na primeira metade da década de 1980.⁴⁷ Ainda fazendo algumas comparações, Rodrigues (p. 236) aponta que lidando com uma porcentagem ínfima do mercado global de drogas, os traficantes cariocas operam num universo sensivelmente mais restrito que os narcotraficantes colombianos. O pesquisador acrescenta:

São, a um só tempo, imprescindíveis e descartáveis. Para os “barões da droga” colombianos, a existência de organizações varejistas é essencial para que sua produção de cocaína seja vendida; porém, o que importa a eles não é procedência de tal grupo, mas o grau de confiança operacional que ele transmite. Não há vínculos perenes, nem acordos fixos (RODRIGUES, 2004, p. 236).

Segundo ainda esse autor os dirigentes do Comando Vermelho (CV)⁴⁸, sabendo disto, conquistaram morros, territórios, consumidores e, assim mereceram a confiança dos oligopólicos. Ainda acrescenta que a desarticulação parcial do CV, após o auge alcançado no final da década de 1980, não implicou no enfraquecimento do varejo de drogas ou, em outras palavras, não apontou para a destruição do setor competitivo carioca. Apontou

⁴⁷ Thiago Rodrigues (2004, p. 202) por exemplo aponta que as primeiras investidas da indústria narcotraficante na política na Colômbia foram capitaneadas por Pablo Escobar e Carlos Lehder, importante transportador de cocaína ligado à empresa de Escobar. Em 1982, este elegeu-se pelo Partido Liberal como suplente de deputado nacional. Segundo o autor citado este pôde se candidatar porque, mesmo sendo apontado como líder da principal empresa de cocaína colombiana, ainda não era condenado pela justiça do país. Ainda acrescenta que apesar de formalmente inocente, a eleição de Escobar gerou protestos das lideranças políticas tradicionais oriundas da elite oligárquica nacional, que resultaram na divulgação pela imprensa de inúmeras acusações sobre o traficante de Medellín. Uma interessante comparação nas estratégias dos cartéis de Medellín e Cali e desses com o Comando Vermelho do Rio de Janeiro podemos ver em Rodrigues (2004, p. 171-239).

⁴⁸ Segundo Rodrigues (2004, p. 239) “O Comando Vermelho, nascido do encontro entre criminosos comuns e táticas organizacionais da guerrilha urbana dos anos 60, e as empresas narcotraficantes colombianas, forjadas do saber clandestino acumulado na ilegalidade pré-narcotraficante e em relação tensa com as guerrilhas de seu próprio país, são exemplos dos atores que transitaram pelo negócio da cocaína nos anos 80, reflexo das práticas proibicionistas e do embate de forças delas resultante, que, em moto-perpétuo, fazem da “guerra às drogas” uma guerra constante, virulenta e infundável”. Um filme brasileiro recente que trata muito bem a origem do Comando Vermelho é o **Quase dois irmãos** (2005). Direção: Lúcia Murat e Roteiro: Lúcia Murat e Paulo Lins.

que essa perda de terreno é compensada pela emergência de outros grupos, que ocupam os espaços deixados pela organização que se retrai. Conclui dizendo que como os grupos, os que chefiavam essas organizações varejistas são facilmente substituídos em caso de morte ou prisão.

Denunciando a permanência dessas ligações, mas agora não só com os traficantes, como também com as guerrilhas daquele país, em 10 de julho de 2000 foi publicada no jornal **O Estado de São Paulo** uma notícia de que a Colômbia tinha abatido um avião com drogas para o Brasil. Nessa reportagem, o Ministro da Defesa da Colômbia na época, Luís Fernando Ramíres, denunciou a intensificação da troca de fuzis AK – 47 e outras armas vindas do Brasil por drogas com guerrilhas colombianas na fronteira entre os dois países (COLÔMBIA, 10/07/2000). A Polícia Federal considera provada a existência de uma rota de contrabando de armas e drogas entre Suriname, Pará e Colômbia (ESPAÇO, 01/09/2000). Segundo Oliveiros Ferreira há o risco que a imensidão da fronteira e o reduzido contingente lá posicionado para guardá-la, facilite a transformação da Amazônia em santuário para os guerrilheiros colombianos (FERREIRA, O. apud. SILVA, p. 27).

Já o jornal **Folha de S. Paulo** em 1º de setembro de 2000 denunciou que o espaço aéreo do Brasil tinha sido invadido naquele ano 228 vezes, polemizando sobre uma regulamentação de lei aprovada que permite à Força Aérea brasileira abater aviões invasores (ESPAÇO, 01/09/2000).⁴⁹ A reportagem também informou que em 1998, aviões militares colombianos invadiram o espaço aéreo brasileiro em ação antiguerrilha. Em agosto de 2000, o comandante do Exército da Colômbia, general Fernando Tápias, disse à *Folha* que pediria ao Brasil autorização para ter acesso ao espaço aéreo em operações na fronteira.

Em relação à preocupação com a invasão de guerrilhas colombianas, principalmente as FARC, em território brasileiro, esta desperta alguma consideração, pois, com alguma frequência ocorrem alguns incidentes, ou pelo menos acarreta medo na população brasileira que vive na fronteira com a Colômbia. Por exemplo, em 25 de agosto de 2000, foi publicada uma notícia no

⁴⁹ A O Governo publicou em 19/07/2004 no Diário Oficial da União a regulamentação da Lei do Abate, que estabelece procedimentos em relação a aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de drogas. Essa lei gerou muitas polêmicas, principalmente sobre a violação dos direitos humanos e também sobre a eficiência e a operacionalização dessa lei.

jornal **O Estado de São Paulo** que “FARC assustam vilas brasileiras”, pois “População da fronteira Brasil – Colômbia, isolada, teme ataques da guerrilha” (FARC, 25/09/2000).

Temendo ataques das FARC, fato que as Forças Armadas brasileiras descartam, centenas de pessoas abandonaram áreas de fronteira para morar em regiões próximas das cidades. Tabatinga, Benjamim Constant e São Gabriel da Cachoeira são os refúgios preferidos (FARC, 25/09/2000).

Também nesse sentido, em 7 de março de 2002 foi publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, uma reportagem em que índios relatavam ameaça das FARC na fronteira. Sob ameaça de guerrilheiros das FARC um grupo de 197 índios brasileiros da etnia Macu foi obrigado a buscar refúgio em um posto do Exército no Amazonas. Esse incidente havia ocorrido em Vila Bittencourt, distrito do município de Japurá (1.100 km a noroeste de Manaus) (ÍNDIOS, 07/03/2002).

Outra questão importante é em relação a possível e já citada ligação dos narcotraficantes brasileiros com guerrilheiros colombianos. Em 23 de abril de 2001, foi preso na Colômbia o traficante brasileiro Luiz Fernando da Costa, o chamado Fernandinho Beira – Mar. O traficante negou ter ligações com as FARC.

“Não tenho vínculos com as FARC e tampouco me deram proteção”, disse o brasileiro, preso naquele Sábado na selva colombiana, perto da fronteira com a Venezuela e o Brasil (PRESO, 23/04/2001).

Porém, e para concluir, a reportagem também apontava que na operação, as tropas colombianas encontraram documentos que provavam os negócios das FARC com o traficante brasileiro.

Além dos papéis provando a ligação com a guerrilha, o Exército colombiano alega que Fernandinho estava transportando armas para o país pelo Suriname e levando US\$ 1 milhão em cocaína. A droga estava destinada à Europa e aos Estados Unidos (PRESO, 23/04/2001).

Nossa visão é que existem muitas ligações dos problemas colombianos com os brasileiros, principalmente com a questão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e isso precisaria ser mais bem avaliado. Mas para as ambições de nossa pesquisa não será possível fazer, talvez aprofundando a questão em um próximo trabalho.

4.1.3 - A questão das migrações das produções e laboratórios de drogas para o Brasil

Existe uma preocupação que as plantações de coca migrem da Colômbia para o Brasil, pois temos o exemplo que o combate ao narcotráfico no Peru e na Bolívia implicou posteriormente em uma transferência e um aumento da participação colombiana nesse negócio. Porém, o delegado Mauro Spósito, chefe da Unidade de Projetos Especiais da Polícia Federal na região, argumenta que é pouco provável a transferência dos laboratórios para o Brasil, pois o “clima⁵⁰ também não é propício para o plantio de coca” (BRASIL, 05/09/2000). A seguir aprofundaremos o debate sobre a estrutura do mercado das drogas no Brasil avaliando nossas políticas públicas para lidar com a questão.

4.2- Panorama do problema das drogas no Brasil nos anos 1990 e a Política Nacional sobre Drogas

Para entender um panorama do problema das drogas no Brasil é necessário apontar nosso lugar no cenário mundial dos ilícitos. Um dos aspectos mais importantes do tráfico é que ele serve como meio para integração latino-americana, como descrito pelo sociólogo Argemiro Procópio:

É doloroso constatar que essa droga tem provocado inusitado movimento de fronteiras. Grande fluxo humano, movimentação de capitais, emprego e estratégias montadas para a lavagem de dinheiro incrementam o setor industrial, agropecuário, financeiro e de construção civil nos países americanos. São testemunhas vivas de que a cocaína atua como vetor de integração, atrelado a uma economia informal de extrema vitalidade (PROCÓPIO, 1999, p. 14).

Procópio afirma que até os anos 80, o Brasil era um mercado emergente para cocaína, mas ainda secundário, porém era um corredor pelo qual a cocaína dos países andinos escoava para o exterior. Na década de 90 o Brasil consolidou-se como o segundo maior mercado consumidor de drogas (em geral) do mundo, atrás só dos Estados Unidos. A seguir temos alguns dados para observar um panorama interno das drogas:

⁵⁰ Aqui o mais correto seria atribuir isso ao nicho ecológico da Alta Amazônia, apto para o desenvolvimento do arbusto da coca, e não propriamente ao clima.

4.2.1- Consumo

Em relação ao consumo conseguimos alguns dados na *Secretária Nacional Anti-Drogas* (SENAD), sobre o “I Levantamento domiciliar sobre os usos de drogas no Brasil” no ano de 2003 (LEVANTAMENTO, 2003). Foram entrevistadas 8.589 pessoas, entre 12 e 65 anos, de 107 cidades com mais de 200 mil habitantes, por pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid) da Universidade Federal de São Paulo. Aqui é importante salientar que se trata de uma pesquisa em que as pessoas declaram suas preferências e por esse motivo temos que analisar esses resultados tendo essa limitação em mente, pois não é um tipo de informação sólida e fácil de ser coletada.

Primeiramente temos dados referentes à porcentagem da população brasileira que usou os diversos tipos de drogas e notamos como o Álcool e o Tabaco (as chamadas “drogas boas”) ocupam o topo da lista, seguido pela maconha, estando a cocaína em sétimo lugar entre as drogas mais usadas. Uma reflexão importante que temos que fazer em relação a esses resultados é que **as drogas que são consideradas lícitas podem trazer mais prejuízos para o Estado brasileiro que as ilícitas.**

Os resultados apontaram que 19,4% da população – um em cada cinco brasileiros – já consumiu, pelo menos uma vez na vida, drogas psicotrópicas, como maconha, solventes (esmalte, lança-perfume e cola de sapateiro), orexígenos (estimulante do apetite) ou cocaína. Considerando a população total do país, isso equivale a um contingente de mais de 32 milhões de pessoas. A pesquisa mostrou ainda que 11,2% da população é dependente de bebida alcoólica, 9%, de cigarro e 1%, de maconha. Também em relação aos dados internos, observamos que o álcool é a substância que gera mais dependência no Brasil. Podemos observar ainda os resultados divididos pelas faixas etárias que são mais propensas a se viciarem e concluímos que estão concentradas entre 18 e 35 anos de idade, com média próxima de 14 % de sua população viciada. Temos que ressaltar que 5,2 % da população entre 12 e 17 anos também está viciada, um dado preocupante dado a baixa idade.

Tabela 7 – Quais drogas foram usadas, pelo menos, uma vez na vida no Brasil em % da população.

Álcool	68,7
Tabaco	41,1
Maconha	6,9
Solventes	5,8
Orexígenos	4,3
Ansiolíticos	3,3
Cocaína	2,3
Xaropes(codeína)	2,0
Estimulantes	1,5
Anticolinérgicos	1,1
Alucinógenos	0,6
Crack	0,4
Merla	0,2
Heroína	0,1

Fonte: Senad

Tabela 8 – Comparação Internacional: uso de droga pelo menos uma vez na vida, exceto tabaco/álcool

EUA	38,9
Brasil	19,4
Chile	17,1

Fonte: Senad

Tabela 9 – Comparação internacional do uso de maconha em % da população

EUA	34,2
Reino Unido	25,0
Dinamarca	24,3
Espanha	22,2
Chile	16,6
Brasil	6,9
Bélgica	5,8
Colômbia	5,4

Fonte: Senad

Tabela 10 - Comparação internacional do uso de cocaína em % da população

EUA	11,2
Holanda	3,7
Dinamarca	3,1
Reino Unido	3,0
Espanha	3,0
Brasil	2,3

Fonte: Senad

Tabela 11 - Comparação internacional do uso de heroína em % da população

EUA	1,2
Brasil	0,1

Fonte: Senad

Tabela 12 - % de Dependentes no Brasil

Álcool	11,2
Tabaco	9,0
Maconha	1,0
Cocaína	*

(*) Quantidade de relatos insuficiente para expansão de dados.

Fonte: Senad

Tabela 13 - % Dependência-álcool no Brasil por faixas etárias

12 A 17 ANOS	5,2
18 a 24	15,5
25 a 34	13,5
> 35	10,3
TOTAL	11,2

Fonte: Senad

Também selecionamos dados com algumas comparações internacionais entre as tabelas 8 e 11: um ponto comum em todas as comparações é que os EUA sempre estão no topo das listas, seja de consumo de drogas exceto tabaco e álcool; seja de porcentagem da população que usa maconha, cocaína ou heroína. O Brasil em todas as comparações internacionais está atrás de países com um poder de compra maior, mas devemos salientar que diante do tamanho da população brasileira, temos um universo expressivo de consumo e tráfico interno.

Algumas reflexões sobre esses dados nos parecem bastante importantes, isso porque **entender o mapeamento do consumo de drogas no Brasil e no mundo é um primeiro passo para elaborar políticas públicas consistentes, combatendo as drogas que realmente tragam maiores efeitos negativos para a sociedade**. Para poder realizar políticas públicas de combate ao narcotráfico com maior eficiência fica interessante desagregar alguns dados e observar as regiões e drogas mais problemáticas. Temos alguns dados por regiões brasileiras onde são consideradas apenas cidades com mais de 200 mil habitantes.

Começando pela região **Norte** observamos que a declaração do uso na vida de qualquer droga exceto álcool e tabaco é o mais baixo do Brasil. Em relação à dependência de álcool é a segunda maior do Brasil. O uso na vida de merla⁵¹ é o maior do Brasil, seguido do Centro Oeste, com 0,8%. No **Nordeste** temos que aproximadamente 33 % da população declarou que já fez uso de qualquer droga, exceto álcool e tabaco. A dependência de álcool é a maior do país (16,9%). A dependência de maconha é a segunda maior do Brasil (1,2%). O uso de solventes é o maior do Brasil (9,7%). O uso de orexígenos (estimulante de apetite) é o maior do Brasil (11,2%).

No **Centro Oeste** tem-se que 18,9% da população declarou que já fez uso de qualquer droga, exceto tabaco e álcool. O uso na vida de maconha é o menor do Brasil (5,0%). No **Sudeste** de acordo com as declarações temos que

⁵¹ A merla é um subproduto da cocaína. É obtida das folhas de coca às quais se adicionam alguns solventes como ácido sulfúrico, querosene, cal virgem, etc, transformando-se num produto de consistência pastosa com uma concentração variável entre 40 a 70% de cocaína. 1 Kg de cocaína chega a produzir 3 Kg de merla. Pode ser fumada pura ou misturada ao tabaco comum, ou à maconha (bazuca). Possui a cor amarela pálida e mais escura quando vai envelhecendo (ANTIDROGAS, 2003). Disponível em: <http://www.antidrogas.com.br>. Acesso em: 08 fev. 2003.

o uso na vida de qualquer droga exceto álcool e tabaco foi 16,9%. A dependência de maconha a menor do Brasil (0,7%). O de cocaína (2,6%) e crack (0,4%) são o segundo maior do Brasil, perdendo apenas para Região Sul (cocaína-3,6% e crack- 0,5%). Por fim, na região **Sul** pelas declarações temos que o uso na vida de qualquer droga exceto álcool e tabaco foi 17,1%. A dependência de tabaco foi o maior do Brasil (12,8%). A dependência de maconha foi a maior do Brasil (1,6%). Os usos de maconha (8,4%) e cocaína (3,6%) foram os maiores do Brasil. O uso na vida de orexígenos foi o menor do Brasil (1,0%).

4.2.2- Apreensões

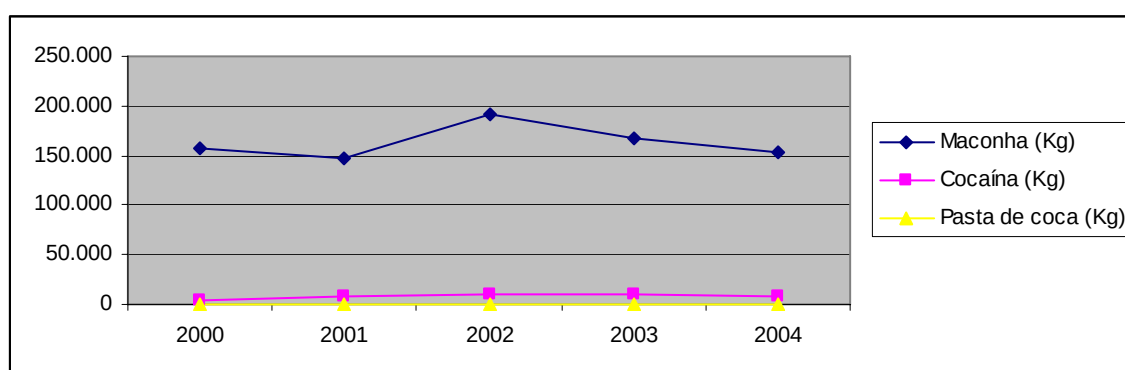
Nesse tópico faremos um pequeno resumo das apreensões de maconha, cocaína e Pasta de coca no Brasil:

Tabela 14 – Apreensões de drogas selecionadas no Brasil (2000-2004)

	2000	2001	2002	2003	2004
Maconha (Kg)	157.171	146.672	190.724	168.076	153.875
Cocaína (Kg)	4.720	8.344	9.145	9.502	7.199
Pasta de coca (Kg)	697	673	282	380	573

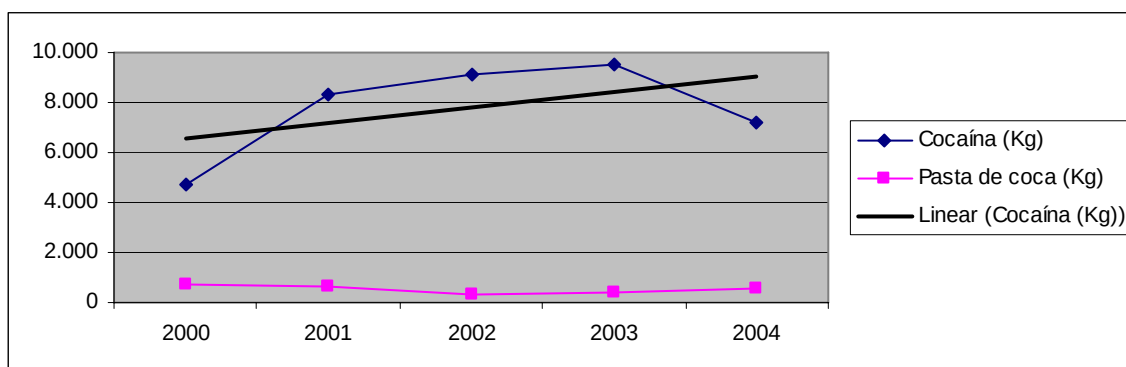
Fonte: Elaboração Própria baseada em UNODC-Brasil (2005).

Figura 16 - Apreensões de drogas selecionadas no Brasil (2000-2004)



Fonte: Elaboração Própria baseada em UNODC-Brasil (2005).

Figura 17 - Apreensões de Cocaína e pasta de coca no Brasil (2000-2004)



Fonte: Elaboração Própria baseada em UNODC-Brasil (2005).

Com esses dados podemos dizer que a maconha é realmente a droga ilícita que mais afeta o Brasil, porém, apesar das apreensões da produção de pasta de coca e de cocaína estarem muito abaixo das de maconha, podemos observar uma tendência crescente do mercado de cocaína no Brasil, como já tínhamos podido observar no segundo capítulo de nossa pesquisa.

4.2.3- Produção

Segundo Magalhães (2000) foi na década de 90 que o Brasil se consolidou como maior entreposto da droga enviada da Colômbia para os EUA e a Europa. Analisando a cadeia produtiva da cocaína afirma que o Brasil é o maior produtor de éter e acetona da América Latina, sendo que essas substâncias são utilizadas na produção de cloridrato de cocaína, a dita “cocaína pura”. Nesse texto de 2000 o autor dizia que o governo da Colômbia afirmava que 20% do fornecimento dos dois produtos químicos saem do Brasil.

A fabricação de cocaína em território brasileiro era muito pequena, apesar de haver plantação de epadu, uma variedade de coca da Amazônia brasileira. A única droga ilícita produzida em larga escala no território brasileiro era a maconha (MAGALHÃES, 2000, p. 27).

4.2.4- Lavagem de dinheiro

Em relação ao problema da lavagem do dinheiro no Brasil, não temos muitos dados, apesar de intuir que a magnitude seja bem alta pelo conhecido fato da elevada corrupção aqui.⁵²

Nos parece interessante antes de analisarmos esse tema definirmos melhor a expressão “dinheiro sujo”. O fator principal em sua denominação é a fuga da responsabilidade fiscal e tributária, ou seja, não é apenas, como se costuma pensar, dinheiro proveniente de comércios ilegais ou ações econômicas criminosas. A lavagem é a necessidade de dar status legal para o dinheiro sujo independente de sua origem.

Magalhães (2000, p. 65) argumenta que, comprovadamente o narcotráfico, lava dinheiro no Brasil, através das Bolsas (ainda que indiretamente, pois as corretoras exigem a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Físicas IRPF do investidor, mas esta pode estar ilegal); com empresas de diversas naturezas (construtoras, táxi aéreo, comércio); casas noturnas, boates, restaurantes (especialidades das máfias italianas); companhias

⁵² Só para citar os últimos escândalos temos: (1) **Escândalo BANESTADO**: O Banestado ficou conhecido por ser o foco de uma das maiores fraudes financeiras já registradas no país: a remessa, entre 1998 e 2002, de pelo menos R\$ 120 bilhões para o exterior por meio de contas abertas em nome de laranjas e de empresas “offshore” e operadas por doleiros, usualmente para ocultar dinheiro de caixa dois de empresários e recursos oriundos de corrupção política. Em 2003, no primeiro ano da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto trabalhou para impedir a criação da CPI do Banestado, que teria o objetivo de investigar as irregularidades na instituição. A CPI funcionou entre 2003 e 2004. José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, teve papel importante na tentativa de barrar a investigação. Mas, pressionado pela oposição e pela mídia, acabou tendo de ceder. O Planalto indicou para a função de relator, uma das mais importantes da comissão, o deputado federal José Mentor (PT-SP), homem de confiança de Dirceu. A exemplo do ex-ministro, Mentor também foi acusado de envolvimento no escândalo do “mensalão” e corre o risco de ter seu mandato cassado. Disponível em: <http://news.tce.sc.gov.br>. Acesso em maio de 2006. (2) **Escândalo dos Bingos**: O ex-assessor do governo do Presidente Lula, Waldomiro Diniz, foi acusado de negociar com bicheiros, tráfico de influência, cobrar propinas e extorquir dinheiro para campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT). O caso veio à tona em 2004 depois que um empresário revelou uma fita em que era supostamente extorquido por Diniz. A revista brasileira Época publicou uma matéria de capa sobre o caso em Fevereiro de 2004. Waldomiro foi assessor do Ministério da Casa Civil, comandado pelo Ministro José Dirceu, e presidente da Loterj (que administra as loterias do estado do Rio de Janeiro) de Fevereiro de 2001 a Dezembro de 2002. Entre as acusações contra Waldomiro Diniz estão: fraude na Lei de Licitações, formação de quadrilha, improbidade administrativa, prevaricação, condescendência criminosa e corrupção passiva e sonegação fiscal. Uma fita de áudio gravada, exibida pela televisão e autenticada por peritos, mostra Waldomiro Diniz pedir propina para o empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, em troca de favorecimento nas loterias do Rio de Janeiro. A gravação foi feita pelo próprio empresário extorquido Carlinhos Cachoeira. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca>. Acesso em maio de 2006. (3) **Escândalo do “Mensalão”** com denúncias de compra de deputados pelo PT no governo Lula.

seguradoras; casa de câmbio; negócios com jóias, metais preciosos, objetos de arte.

Esse mesmo autor exemplifica dois métodos de lavagem: o primeiro seria através do Jogo (bingos, cartelas de sorteio, máquinas eletrônicas) onde a empresa fatura X, por exemplo, mas diz que arrecada 10 vezes X. Se vender 50 mil bilhetes de um sorteio, registra 500 mil. Embora vá pagar mais imposto, conseguiu tornar “legal” o equivalente a 90% do faturamento oficial. O dinheiro obtido com o narcotráfico já pode circular, porque foi “fruto” de uma empresa legal de jogo. O segundo método seria através das Loterias onde são investidas fortunas para fechar as combinações matemáticas possíveis. Mesmo que se gaste R\$ 2 para cada R\$ 1 obtido, a soma recebida tem fonte limpa.

Um dos instrumentos mais utilizados no Brasil para lavagem são as contas CC-5, instituídas pelo governo em 1969. Elas são o meio legal para multinacionais estabelecidas no país e empresas com negócios no exterior remeterem divisas para fora. E também o procedimento de envio de dinheiro para brasileiros que moram em outros países. De 1992 a 1998, R\$ 124 bilhões foram enviados para o exterior e não se sabe que porcentagem num esquema de lavagem. Dos R\$ 7,1 bilhões remetidos por pessoas físicas, 54% foram despachados por “laranjas” (pessoas que emprestam seus nomes para os donos verdadeiros do dinheiro) (MAGALHÃES, 2000, p. 66).

4.2.5- Geração de empregos e distribuição dos lucros

É fato conhecido que o narcotráfico produz empregos, mas estão ocorrendo algumas importantes modificações em sua morfologia devido ao desenvolvimento técnico e a concorrência, não só no Brasil como no mundo.

Segundo Procópio (1999, p. 79), o tráfico interno provavelmente mobiliza número significativamente maior de pessoas e dá mais emprego que todas as empresas transnacionais em operação no Brasil. Não se pode afirmar exatamente quantos são, contudo é enorme o número de pessoas que atuam na cadeia do narcotráfico interno, desempenhando distintas funções.

É certamente muito difícil estimar o número de pessoas que estão envolvidas de forma direta ou indireta ao narcotráfico, por isso temos problemas nas estatísticas, ainda mais se considerarmos associações do narcotráfico com outras atividades ilícitas.

Estimativas por estimativas, considerando São Paulo, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Acre, Tocantins e Distrito Federal, com certeza o número mais realista e seguro é que no Brasil cerca de um milhão de pessoas tiram sustento diretamente do narcotráfico.(...) O narcotráfico associa-se, e não raramente confunde-se, com outras atividades ilícitas, como o contrabando de mercadorias, o tráfico de armas, mulheres, de órgãos humanos para transplantes e, mais importante, com infinidade de atividades relacionadas à economia informal (PROCÓPIO, 1999, p. 80 e 81).

A seguir apresentaremos algumas tendências das distintas funções dentro do narcotráfico e a importância da qualificação da mão de obra:

Não se pode esquecer que o transvanguardismo e a modernidade andam dando cores novas ao narcotráfico. 'Mulas', 'matutos', 'vapores', 'aviões', 'esticas' e 'fogueteiros' que se cuidem! Na Internet, as máfias cibernéticas, desde meados dos anos 1990, estão nos negócios das drogas: isso significa desemprego para a população de baixa renda, para o povão que vive do pequeno comércio de substâncias entorpecentes. Com a tecnologia a serviço da criminalidade, os negócios ilícitos ampliam-se, deixando o aparato policial brasileiro e dos demais países latino-americanos em péssima situação.⁵³ (PROCÓPIO, 1999, p. 80, 81 e 221).

Observando a distribuição do dinheiro resultante do narcotráfico pelo mundo, o procurador de Justiça dos EUA Charles Intriago diz que o narcotráfico no Brasil fica com 5% a 10% do bolo mundial. Considerando os US\$ 400 bilhões que o comércio de drogas globalizado envolve por ano, de acordo com a ONU, a fatia nacional iria de US\$ 20 bilhões a US\$ 40 bilhões (MAGALHÃES, 2000, p.28).⁵⁴ Novamente temos que ressaltar a característica especulativa desses números.

⁵³ O "matuto" é um intermediário, o qual estabelece contato com os grandes atacadistas das drogas e as "mulas" que são os transportadores das drogas para o exterior. Os "vapores" são os distribuidores em pequena quantidade para venda das drogas. O "avião" que estabelece contatos com os consumidores na realização ou distribuição do ilícito. Ainda temos nas distintas funções desempenhadas no narcotráfico, os "esticas", entregadores em domicílio e os "fogueteiros", os quais são responsáveis por avisar os traficantes da presença policial. E Procópio ainda observa que "(...) resultado de pelo menos década e meia de investimentos, o recrutamento e a formação de recursos humanos sempre foi dor de cabeça para as máfias américo-colombianas atuantes na Amazônia brasileira. Como o preço anda baixo, há necessidade de vender produtos em quantidades maiores e de melhor qualidade para novos e mais numerosos consumidores. Com a ampliação avassaladora das anfetaminas, o novo tráfico de cocaína faz de tudo para não perder espaço para drogas sintéticas. Daí a recente preocupação dos cartéis para com o 'controle de qualidade' contra o excesso de impurezas que 'desmoraliza' o produto." (PROCÓPIO, 1999, p. 79, 80, 81 e 222).

⁵⁴ O valor é superior à receita total anual estimada (R\$ 31,9 bilhões) com a indústria turística brasileira, que emprega, direta e indiretamente, 5,8 milhões de pessoas (MAGALHÃES, 2000, p. 28).

-

Discutindo os possíveis impactos na economia brasileira, Magalhães (2000, p. 55) argumenta que no Brasil 200 mil pessoas estão diretamente envolvidas com o narcotráfico, conforme estimativas do deputado Moroni Torgan em uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tráfico de drogas no Brasil.⁵⁵

O mesmo autor responde que é ilusório esse aspecto desenvolvimentista, porque fundamentalmente o crime do narcotráfico é disseminar uma mercadoria que destrói o ser humano agregando a isso violência, intimidação, corrupção, terror e medo. Enfim, conclui que a economia da droga é parasitária (MAGALHÃES, 2000, p.28). Procópio (1999) ainda acrescenta que:

(...) o narcotráfico no Brasil não está trazendo progresso nem desenvolvimento. Se não é mentira que ele reduz o problema de desemprego, é verdade que ele não aporta consigo nem saúde, nem educação e nem saneamento. São migalhas o que se deixa nas regiões brasileiras, seja em regiões de garimpo, seja em regiões de agropecuária, seja nas regiões urbanas propriamente ditas. Os indicadores sociais servem de comprovação. Na Amazônia, a qualidade de vida piorou com a narcoviolaência. A disputa para entrar no comércio das substâncias entorpecentes é acompanhada pelo aumento da brutalidade e corrupção inerente à vida dos narcotraficantes. As pequenas sobras deixadas pelos barões do tráfico criam, entre os excluídos, uma miragem, uma ilusão de prosperidade, porém não dizem muito (PROCÓPIO, 1999, p. 219).

Como conclusão desse tópico acreditamos que necessitamos de mais informações atualizadas, porém já foi um primeiro passo para podemos visualizar a dimensão do problema das drogas no Brasil e seus diversos impactos. Finalmente vamos observar as diretrizes principais da atual **Política Nacional sobre Drogas** (PND, 2005) e analisar se ela está coerente com o diagnóstico do problema no Brasil que foi possível fazer até o momento. (ANEXO 3)

⁵⁵ Chamada oficialmente de “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico” investigou a partir de abril de 1999, uma rede de crimes ligados ao tráfico de drogas envolvendo juizes e políticos. Entre os resultados obtidos, destaca-se a cassação de deputados e vereadores de vários municípios brasileiros. Foram cassados o deputado federal Hildebrando Pascoal (AC) e os deputados estaduais do Maranhão José Gerardo e Francisco Caíca. O deputado José Carlos Gratz (PFL) foi indiciado pela CPI do narcotráfico sob a acusação de envolvimento com o Jogo do bicho e com o crime organizado (www.uol.com.br, acesso em 17/11/2005).

O documento começa dizendo que devemos “buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas”. Acrescenta que é necessário reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada.

Posteriormente diz que devemos buscar a conscientização do usuário e da sociedade em geral de que o uso de drogas ilícitas alimenta as atividades e organizações criminosas que têm, no narcotráfico, sua principal fonte de recursos financeiros. Ainda acrescenta que é importante garantir o direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas (PND, p. 1).

Sobre as prioridades diz que é interessante dar ênfase na prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade. E que não devemos confundir as estratégias de redução de danos com o incentivo ao uso indevido de drogas, pois se trata de uma estratégia de prevenção (PND, p. 1).

Em relação as iniciativas internacionais diz que é necessário intensificar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional, participando de fóruns sobre drogas, bem como estreitando as relações de colaboração multilateral, porém respeitando a soberania nacional. Também argumenta que devemos reconhecer a corrupção e a lavagem de dinheiro como as principais vulnerabilidades a serem alvo das ações repressivas, visando ao desmantelamento do crime organizado, em particular do relacionado com as drogas (PND, p. 1-2).

Por fim, o documento também coloca que devemos garantir rigor metodológico às atividades de redução da demanda, oferta e danos, por meio da promoção de levantamentos e pesquisas sistemáticas, avaliados por órgão de referência da comunidade científica (PND, p. 2).

Com esse documento é possível indentificarmos algumas questões que estão em sintonia com nossas discussões sobre redução de danos do capítulo dois: (1) diferenciar o traficante do consumidor; (2) combater o uso indevido de drogas lícitas, e não propriamente as substâncias; (3) garantir o tratamento aos usuários dependentes; (4) priorizar a prevenção do uso indevido de drogas e; (5) intensificar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional,

-

participando de fóruns sobre drogas, bem como estreitando as relações de colaboração multilateral, porém respeitando a soberania nacional.

Uma crítica que já se coloca é que devemos pensar essas diretrizes avaliando as particularidades socio-econômicas do Brasil. Especificamente sobre garantir o tratamento aos usuários dependentes de drogas, sabemos que é mais discurso que prática, já que o atendimento do sistema de saúde público nacional não garante um bom atendimento nem para os problemas cotidianos.

Como críticas gerais temos em primeiro lugar que a repressão ao narcotráfico concentra-se tradicionalmente nas grandes cidades. Mas é fundamental observar que a inteligência que controla e fomenta o narcotráfico, sua estrutura de produção e logística de distribuição para o país e exterior não se encontra necessariamente nessas capitais. Está também nas metrópoles dos países centrais, no mesmo lugar onde acaba o grosso dos dividendos da droga (PROCÓPIO, 1999, p. 24).

Temos que observar a crescente importância de se preocupar mais com o mercado doméstico: “Ao contrário do que tradicionalmente é feito, o Estado tem de preocupar-se mais com a repressão à droga que entra do que com a que vai embora” (PROCÓPIO, 1999, p. 86).

Um outro assunto de intenso debate é em relação ao envolvimento das Forças Armadas no combate ao narcotráfico, principalmente quando se trata de pressões externas:

Se a tendência de militarização da política antidrogas não for revertida, tem-se como certo que o fim dos militares brasileiros não será diferente do destino reservado aos outros exércitos latino-americanos, destruídos por dentro pela antropofagia do caráter dessa guerra. (...) O envolvimento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na repressão esteve, até 1995, restrito ao fornecimento de apoio logístico, material e informações, particularmente em áreas distantes e de fronteiras. Não se sabe por quanto resistirão às pressões dos Estados Unidos da América que querem seu envolvimento direto, sem camuflagem, na guerra contra as drogas (PROCÓPIO, 1999, p. 83 e 84).

Temos nas Operações Rio I e II no Brasil, importante exemplo de como o envolvimento apenas da polícia, não resolve o problema do narcotráfico:

As Operações Rio I e II deixaram lições. As formulações de políticas de combate ao crime organizado com o intuito de diminuir a violência urbana deveriam atacar as causas do

narcotráfico por meio de políticas públicas, isto é, pela presença do Estado, na forma de prestação de serviços, em áreas da educação, saúde, habitação, saneamento básico e segurança coletiva.(...) O receituário sociológico aconselha entender segurança dentro de uma visão sistêmica, isto é, lutar contra as drogas significa educação, conscientização pelo valor da vida, saúde e dignidade humana, entre outros. Sem isso, qualquer política contra a violência se esfarela. (...) Faz parte do subdesenvolvimento acreditar que a violência urbana se soluciona com polícia na rua; que o consumo de drogas vai diminuir em se aumentando o contingente da polícia secreta na caça aos narcotraficantes (PROCÓPIO, 1999, p. 86 e 136).

Para piorar a situação, existem indícios de envolvimento do exército com o narcotráfico, no sentido de haver corrupção e consumo nas Forças Armadas e como aponta Procópio: “(...) em um avião Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, 33 quilos de cocaína destinados à Espanha via Palmas, nas Ilhas Canárias, acabaram apreendidos em Recife no mês de abril de 1999” (PROCÓPIO, 1999, p. 138).

Outra crítica sobre a atual política de combate ao narcotráfico no Brasil é a de que falta integração e uniformidade das autoridades e políticas antinarcóticos e conforme Procópio diz:

O tráfico no Brasil é combatido de forma primária, sem sinergia dos recursos, sem cooperação entre as organizações policiais. Às vezes não se sabe o que é da competência da polícia civil, da polícia federal ou da polícia militar. É surpreendente à distância, a desconfiança mútua e a competição que há entre as instituições policiais dentro do próprio país. (...) Cada Estado da Federação age à sua forma, em uma ausência de troca de informações e procedimentos integradores de trabalho entre as polícias civil, militar e federal e as Forças Armadas.(...) No Brasil, as denúncias contam-se em milhões e número insignificante delas acaba em inquérito instaurado. (...) inexistem programas de proteção a testemunhas, o que impede qualquer tentativa do cidadão comum em contribuir com seu precioso juízo.(...) Outro ponto a favor das drogas é a própria burocracia do serviço investigativo, que joga por terra o trabalho e informações de excelentes profissionais.(...) Convívio ético, profissional, técnico e equilíbrio precisam estar presentes entre as forças policiais civis, militares e a população em geral na busca de urgente reforma do sistema de segurança Nacional (PROCÓPIO, 1999, p. 50, 136 e 137).

Nas cidades brasileiras, graças ao corporativismo que enfrenta a ação fiscal, existem milhares de barracas comercializando produtos ilegalmente.

-

Segmentos de sociedades indígenas são também subordinados pelo narcotráfico, sendo um enorme problema, não só no Brasil, mas igualmente em países como México, Guatemala, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador (PROCÓPIO, 1999, p. 172).

Os gigantescos latifúndios nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e a Venezuela são usados, tanto quanto as reservas indígenas, para passagem de drogas ou como ponto de estocagem, com ou sem a aquiescência dos seus donos ou moradores. Se houver resistência por parte de alguém o fim quase sempre é a morte (PROCÓPIO, 1999, p. 173).

Por fim, analisando a diretriz que diz que devemos “intensificar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional, participando de fóruns sobre drogas, bem como estreitando as relações de colaboração multilateral, porém respeitando a soberania nacional” faz-se necessário pensar sobre de onde virão os recursos utilizados para esse propósito. Porém, realmente parece razoável estabelecer essa prioridade, já que como discutimos anteriormente, um problema de característica transnacional só será enfrentado eficientemente se for pensado em conjunto pelos países envolvidos.

4.3- Cooperação internacional no combate as drogas: uma visão de conjunto limitada.

4.3.1- Possibilidade brasileira de participação no combate internacional às drogas.

Relembrando o realismo político, pensamos ser interessante fazer uma atualização de sua forma de análise como nos sugere o diplomata brasileiro Ronaldo da Mota Sardenberg no prefácio do clássico livro de Morgenthau **A política entre as nações: uma luta pelo poder e paz** (1948) para entender as possibilidades de participação brasileira no combate internacional às drogas.

Sardenberg começa argumentando que a essência do pensamento de Morgenthau “está em uma difícil composição entre as considerações de Poder – a própria conceituação do realismo político, suas formas, dimensões nacionais e balança de Poder – e a visão das limitações ao Poder nacional, expressa em termos de moral, opinião pública, direito internacional, paz,

organização internacional e diplomacia. Nesse sentido, a obra é fiel a seu subtítulo que aproxima a luta pelo poder e a paz -, e esquecê-lo, em função de uma leitura parcial, certamente desfiguraria as intenções do autor” (SARDENBERG In MORGENTHAU, p. XX e XXI). Sardenberg (p. XXIV) continua argumentando que “a filosofia morgenthaliana é vinculada, de modo umbilical, à guerra fria, embora nela não se esgote”. Posteriormente acrescenta que:

O paradigma do poder é resistente e, com adaptações, continuará a ser útil por prazo indefinido. A antiga simetria do Poder militar deu lugar a uma assimetria fundamental e avassaladora. A ênfase incontestável no desenvolvimento tecnológico se vê em variadíssimas aplicações como, por exemplo, nos bombardeios ditos de precisão, que de tempos em tempos freqüentam as telas da televisão, ou nas ações no campo das tecnologias da informação. Isso não quer, porém, dizer que inexistam adversários e seu recurso a meios informais, como o terrorismo. Nessa nova e desequilibrada organização de forças em nível mundial, de forma alguma desapareceu o conceito de interesse nacional, que, entretanto, tornou-se menos mecânico, menos automático e menos preciso, para a generalidade dos Estados (SARDENBERG, p. XXX).

O diplomata brasileiro (p. XXXV) conclui que “em comparação com o pós-guerra fria, quer dizer, com a última década do século passado, as novidades se manifestam, de forma abrangente, no despontar do unilateralismo político-militar e no retrocesso do otimismo econômico globalizante. Nesse quadro, a doutrina do realismo político, sistematizada que foi pelos padrões da guerra fria, necessitaria ser repensada, à luz de sua eventual correlação com a presente problemática internacional”. É justamente por isso que consideramos útil analisar a problemática dos conflitos colombianos por esse ângulo.⁵⁶

Nesse sentido Eiiti Sato aponta que o nível de institucionalização das relações internacionais tem aumentado consideravelmente, objetivando-se na

⁵⁶ Sardenberg (p. XXXV e XXXVI) coloca ainda que algumas reflexões necessitam serem feitas e destacaremos a primeira que o diplomata apontou: “Em primeiro lugar, com foco no poder, problemas críticos estão diretamente na agenda de nossos dias e necessitam ser revisitados: a suficiência ou não das relações de poder, na explicação da ordem internacional e na identificação das perspectivas desta; os atuais princípios operacionais do poder e sua eventual codificação; a redefinição dos interesses dos Estados, do sistema internacional e, na verdade, de toda a humanidade; as linhas básicas da hierarquização mundial dos Estados; a cambiante relação internacional entre poder e moral; o respeito aos direitos da pessoa humana nas atuais condições internacionais; a atitude dos Estados com relação ao status quo mundial; e o inevitável tema dos rumos atuais da questão do imperialismo, entre outros” (grifos meus).

-

estruturação de arranjos formais e regimes que procuram organizar a cooperação internacional nos mais diferentes setores da atividade econômica e política das sociedades modernas. Têm-se revelado cada vez mais críticos para a sociedade alguns **temas globais** que não podem ser tratados pelos países individualmente; também têm incluído um número crescente de Estados, criando novas instâncias multilaterais. Meio ambiente, clima, **narcotráfico** e telecomunicações são apenas alguns entre os vários temas cujo tratamento não pode ser dissociado de sua dimensão internacional (SATO, 2000, p. 32).

O último autor mencionado na mesma linha de Ronaldo da Mota Sardenberg argumenta que, até bem recentemente, era possível reconhecer a existência de padrões e forças predominantes no meio internacional, notadamente a confrontação leste-oeste. Na atualidade, padrões como “globalização” e “emergência de atores não-estatais” são difusos por natureza, o que dificulta a formulação de políticas organicamente estruturadas.

Além disso, do ponto de vista do Brasil, a considerável complexidade alcançada não apenas pela economia, mas pelo próprio perfil sócio-político do país como um todo, torna inviável a busca de objetivos e metas que satisfaçam, simultaneamente, os diferentes segmentos da sociedade. Os interesses econômicos, políticos e culturais, tanto em relação aos parceiros tradicionais quanto em relação a novos e potenciais parceiros, se caracterizam pela multiplicidade. Essa realidade, muito mais variada e dinâmica, representa uma considerável ampliação de oportunidades, mas significa também maior dificuldade na construção de estratégias de inserção internacional (SATO, 2000, p. 33).

Paulo Fagundes Vizentini (2001, p. 55) argumenta que as noções de soberania e não intervenção da política brasileira são fundamentais para se tentar entender nossa política externa ao longo dos anos. Partindo dessa afirmação, diz que mesmo no final do século XX, com os projetos de integração Brasil-Argentina, o Mercosul e a sinalização de vontade política para a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) ainda mantém certo apego a esses princípios (soberania e não intervenção), apesar da conjuntura adversa da globalização; mas acrescenta que “tais projetos somente se afirmariam se o Brasil exercesse

-

determinado papel de liderança regional, o que implicaria em intervir mais ativamente em situações de crise nos países vizinhos, o que não tem ocorrido”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz elencado, entre seus Princípios Fundamentais, no art. 1º, I, a *soberania* como atributo para a constituição do Estado democrático de direito. E, no âmbito de suas relações internacionais (art. 4º), rege-se pelos princípios de independência nacional, autodeterminação dos povos, *não-intervenção*, igualdade entre os Estados, defesa da paz entre outros (VIZENTINI, 2001, p. 63).

Esse autor argumenta que, durante os anos 90, o Brasil procedeu a uma abertura unilateral de seu mercado interno, no contexto da globalização, do neoliberalismo e do Consenso de Washington e que, sem dúvida, houve uma relativa renúncia de soberania quanto à livre escolha do modelo de desenvolvimento interno a ao estabelecimento de parcerias extra-continetais. Porém, Vizentini (2001, p. 64) argumenta que, mesmo nesse contexto, as noções de soberania e não intervenção sobreviveram no Brasil num nível superior aos demais países latino-americanos, à exceção de Cuba.

Durante a crise do Haiti, em 1993-1994, o Itamaraty discordou do enfoque intervencionista da OEA (Organização dos Estados Americanos), ainda que reconhecendo a gravidade da situação. Nas diversas crises que marcaram a gestão de Fujimori, no Peru, o Brasil posicionou-se a favor da não ingerência, reconhecendo o governo daquele país. Inclusive em 2000, quando da contestada segunda reeleição de Fujimori, o que acarretou, como consequência, um relacionamento difícil quando da ascensão do presidente Toledo. Quanto ao Plano Colômbia, o Brasil teme ver a militarização e a ingerência de países de fora da região, como os EUA, justamente em suas fronteiras (VIZENTINI, 2001, p. 64).⁵⁷

Embora essa afirmação do princípio de soberania tenha implicado no não-exercício de uma liderança na região, em outras situações o Brasil envolveu-se em assuntos nacionais e regionais nos países vizinhos, como por exemplo, nas diversas crises que atingiram a jovem e frágil democracia paraguaia nos anos 90 e durante o conflito militar fronteiriço entre Equador e

⁵⁷ Essas posições adotadas pelo Brasil não significam que foram as melhores, apenas que obedeceram a seus princípios. Para uma análise crítica sobre a posição brasileira frente ao caso Fujimori no Peru, ver Amayo (2001/2002).

Peru, onde o Itamaraty recuperou seu antigo papel de mediador e obteve sucesso na mediação (VIZENTINI, 2001, p. 63). E conclui,

O Brasil e a América do Sul encontram-se afastados dos cenários mais importantes do sistema mundial, e o Itamaraty, consciente das debilidades que o país ainda possui, evita adotar práticas na região que possibilitem às grandes potências agir da mesma forma contra ele. Talvez neste ponto resida a explicação para o paradoxo de um país que aspira à liderança sub-regional, mas recusa-se a se comportar como líder: a consciência das debilidades, especialmente sociais de um país gigantesco. Uma debilidade estrutural que, desde a escravidão, limita nossa inserção internacional (VIZENTINI, 2001, p. 65).

Nossa opinião aqui é que mesmo com as limitações do Brasil para sua inserção internacional, existe uma possibilidade de uma estratégia mais ativa em relação à participação do Brasil em assuntos-chaves da geopolítica da América do Sul e, em especial para nosso tema, de problemas relacionados com os conflitos colombianos.

4.3.2- Drogas como problema transnacional e a cooperação internacional

Uma pergunta pertinente em relação ao problema do combate às drogas hoje especificamente e que foi feita por Bull como uma questão geral na época em que escreveu seu livro **A Sociedade Anárquica** (1977) é se o sistema de Estados estaria em declínio? (BULL, p.289). Essa indagação no momento torna-se ainda mais importante com o fenômeno da globalização, independente da interpretação que pudermos dar a ele.

Um ponto levantado por Bull (p. 296) e que consideramos importante é sua reflexão sobre a relação entre outros atores nas Relações Internacionais e o Estado argumentando que

É evidente que os estados soberanos não são os únicos atores ou agentes de importância na política mundial. A simples existência desses outros atores, além dos estados, não nos dá qualquer indicação de uma tendência no sentido do ressurgimento do medievalismo. A questão crucial é saber se a penetração dessas “outras associações” (para usar a expressão dos medievalistas) na soberania ou supremacia do estado sobre o seu território e os seus cidadãos é de molde a desfazer tal supremacia, retirando do conceito de soberania a sua utilidade e viabilidade.

-

Criticando a teoria clássica da política mundial que focaliza as relações entre os estados, Bull (p. 308) coloca que a integração regional dos estados, sua tendência à desintegração, o aumento da violência internacional privada, o papel das organizações transnacionais e as oportunidades para a integração regional e global propiciadas pela unificação tecnológica do mundo, são fatos pouco compatíveis com essa abordagem. Ainda segundo esse teórico inglês,

A teoria clássica manteve-se não porque pode abranger toda a complexidade da política mundial, mas porque proporciona uma melhor orientação a esse universo do que qualquer visão alternativa, como a do sistema imperial ou da sociedade cosmopolita. Pode chegar um momento em que essas anomalias e irregularidades sejam tão evidentes que venha a prevalecer alguma teoria alternativa, mais habilitada a explicá-las. Se prosperarem certas tendências para um “novo medievalismo”, como as já consideradas aqui, poderíamos ter essa situação, mas seria excessivo concluir que “outros grupos que não o estado” tenham afetado de tal forma a soberania estatal que o sistema de estados que conhecemos já está cedendo lugar a essa alternativa (BULL, p. 308 e 309).

Aqui gostaríamos de analisar a questão do tráfico de drogas ser hoje um problema transnacional que acaba minando os próprios Estados Nacionais. Por exemplo, autores como Manuel Castells avaliam a questão da conexão perversa da economia do crime global e observa que:

A prática do crime é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com as atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral (CASTELLS, 1999, p.203).

Posteriormente analisa a questão da globalização organizacional do crime com a identificação cultural dos criminosos, onde argumenta que “nas fontes do crime global, existem organizações enraizadas nacional, regional e etnicamente, a maioria ostentando uma longa história, relacionada à cultura dos países e regiões específicas, com sua ideologia, códigos de honra e mecanismos de filiação e comprometimento” (CASTELLS, p. 206).

Completa dizendo que “tais organizações solidamente fundadas na cultura do país não desaparecem nas novas redes globais. Ao contrário, a formação de redes em escala global permite que as organizações criminosas

tradicionais sobrevivam e prosperem, à medida que escapam aos controles de um determinado Estado em momentos difíceis”.⁵⁸

Sobre o tráfico de drogas na América Latina, Castells (p. 209) argumenta sobre os cartéis de Medellín e Cali, na Colômbia, de Tamaulipas e Tijuana, no México e outros grupos semelhantes que organizaram uma rede de atividade de produção, gerenciamento e distribuição que interligam as áreas das plantações, os laboratórios químicos, os armazéns e os sistemas de transporte para a exportação para os mercados afluentes.

Esses cartéis concentraram suas operações quase que exclusivamente no tráfico de drogas, a princípio a cocaína, porém mais tarde passaram a trabalhar também com maconha, heroína e drogas químicas. Eles criaram suas próprias unidades de operações e defesa além de esquemas independentes de lavagem de dinheiro. Favoreceram também a entrada da polícia, do sistema judicial e dos políticos em uma vasta rede de influência e corrupção que mudou a face da política latino-americana e ainda terá influência duradoura durante os próximos anos (CASTELLS, p. 209).

Ainda esse autor comenta que os cartéis procuraram concentrar suas atividades em exportações para os EUA, mais tarde para Europa e, finalmente, para todo o mundo. Conclui que

Suas estratégias consistiam, na verdade, de uma adaptação bastante peculiar das políticas de crescimento orientadas à exportação, inspiradas pelo FMI, que objetivavam a efetiva capacidade de algumas regiões latino-americanas de competirem no ambiente de alta tecnologia existente na nova economia mundial. Estabeleceram conexões com organizações criminosas nacionais/locais nos Estados Unidos e Europa para distribuir mercadoria. E constituíram um vasto império financeiro e comercial de operações de lavagem de dinheiro, penetrando de forma mais profunda no sistema financeiro global do que qualquer outra organização criminosa (CASTELLS, p. 209 e 210).

Castells (p. 210) argumenta que as organizações criminosas a partir de bases locais, nacionais e étnicas, fundadas na identidade e baseadas em relacionamentos interpessoais de confiança/desconfiança (“que se impõem,

⁵⁸ Conclui dizendo que: “Portanto, a máfia norte-americana, após ter sofrido duros golpes com os ataques devastadores do FBI nos anos 80, está sendo reavivada na década de 90 mediante a incorporação de membros da máfia siciliana e através de alianças com as tríades chinesas, as máfias russas e uma série de quadrilhas de origem étnica” (CASTELLS, p.206).

naturalmente, por força de metralhadoras”) atuam em uma ampla gama de atividades e conclui que:

O Tráfico de drogas é o principal negócio, a ponto de se concluir que a questão da legalização talvez seja a maior ameaça que o crime organizado tenha de enfrentar. Mas elas podem confiar na falta de visão política e na moralidade distorcida de sociedades que não se permitem chegar ao âmago da questão: **a procura rege a oferta**. A causa do vício das drogas e, conseqüentemente, da maioria dos crimes cometidos no mundo reside nos danos psicológicos infligidos nas pessoas pela vida cotidiana de nossas sociedades. Portanto, em um futuro previsível, haverá um consumo maciço de drogas, a despeito dos mecanismos de repressão existentes. E o crime organizado global encontrará formas de atender a essa demanda, transformando-a sempre em negócio altamente lucrativo e na principal causa da maioria dos outros crimes (CASTELLS, p. 210 e 211 – grifos meus).

Em relação à cooperação internacional entre Estados, temos uma contribuição importante que vem da Bolívia. Esse país desde o final da década de 1980 e início da de 1990 compreendeu e assumiu que não podia, nem devia, abordar o tema da luta contra o narcotráfico - fenômeno complexo cuja essência é transnacional e, portanto, multilateral – como assunto de responsabilidade individual dos chamados “países produtores”. (QUIROGA, 2000).

A Bolívia elaborou no âmbito de sua política externa, e em concordância e co-autoria com outros países, - principalmente os produtores de folha de coca como o Peru - o conceito da “**responsabilidade compartilhada**” ou “**co-responsabilidade**”. Também declarou que não seria possível erradicar a produção de folhas de coca se não se oferecessem outras fontes de trabalho aos camponeses pobres que a cultivavam.

Quiroga (2000) afirma que daí nasceu o conceito de desenvolvimento alternativo, que se somou às categorias de erradicação e prevenção para formar a trilogia das opções de estratégias que os países andinos e os EUA acordaram nas cúpulas presidenciais de Cartagena e San Antonio. Mas também aponta que:

Mesmo assim, os EUA insistiram na prioridade da ação repressiva para interromper a oferta procedente do Sul, e sua política criou constantes atritos diplomáticos e políticos com a região, particularmente com a Bolívia e com a Colômbia, nações nas quais se usou a ameaça de descertificação – que

-

implicava o corte dos fluxos de financiamento – e o cancelamento dos vistos de entrada em seu território (QUIROGA, 2000).

O economista Hugo Cabieses, ao lado do atual presidente da Bolívia Evo Morales e Róger Rumrill expuseram em Toronto em 1993 uma alternativa ao atual modelo de combate à produção de coca por parte dos EUA. Em linhas gerais esses autores argumentam que a coca é complexa e que existem três dicotomias: coca não é cocaína, produtor de coca não é delinqüente e que consumidor de coca não é dependente de droga (CABIESES, 2006).

Acrescenta que a coca tem cinco características e não só uma (droga): elemento central da identidade cultural andino-amazônico; coesivo social e de bons costumes; substância energética para os camponeses; matéria prima para sua transformação-industrialização benéfica e insumo para a cocaína. E que essa última característica deve ser controlada, social e estatalmente, para combater seu tráfico ilegal (CABIESES, 2006).

Nesse sentido aponta que se deve revalorizar a coca internacionalmente, o que requer tirá-la da Lista de Estupefacientes da ONU. Conclui dizendo não à estratégia de coca e cocalero zero e sim ao narcotráfico e cocaína ilegal zero. E finaliza:

No debe impulsarse la Política de Estados Unidos por ineficaz y por ser una estrategia para el control de los recursos naturales de la Amazonía: gas, petróleo, agua, madera, recursos biogénicos, principios activos de plantas y animales, culturas autóctonas, conocimientos ancestrales (CABIESES, 2006)

Essa afirmação está condizente com a principal hipótese de nosso trabalho que os EUA influenciam negativamente a cooperação na região amazônica e que o combate à produção de coca é um pretexto para eles terem livre acesso na Amazônia.

4.4- Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia

Atendendo ao convite formulado pelo Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou Visita de Estado à Colômbia no dia 14 de dezembro de 2005.

Após o diálogo e determinados a continuar aprofundando o entendimento e a cooperação entre ambos os países, os presidentes firmaram uma Declaração Conjunta que analisaremos, visando observar os principais temas e tendências nas relações entre Brasil e Colômbia (Anexo 4).

Os dois primeiros pontos dessa declaração diziam respeito à que os presidentes reiteraram seu compromisso com a democracia e a promoção do desenvolvimento econômico e social e a luta contra a pobreza, a fome e a discriminação e destacaram a importância de colocar em prática programas de inclusão social e de combate a esses flagelos, dirigidos, em especial, aos grupos vulneráveis. Também ressaltaram que nesse sentido são importantes o processo de integração regional e a intensificação do diálogo político e da cooperação entre os países para a consecução desses objetivos. (DECLARAÇÃO CONJUNTA, 2005, p. 1).

Já no terceiro ponto destacaram a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combater o terrorismo, a delinquência organizada transnacional, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e os delitos conexos, o seqüestro e o tráfico de pessoas dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, assim como seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social dos países. No próximo item colocaram que para tal fim, os Chefes de Estado decidiram estimular os mecanismos de cooperação em matéria de segurança e concordaram em convocar a II Reunião do Grupo de Trabalho Brasileiro-Colombiano para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo para o primeiro semestre do ano de 2006, oportunidade em que as autoridades competentes deverão adotar um Plano de Ação que permita fortalecer os mecanismos de cooperação judicial, a troca de informação e a colaboração técnica para melhorar o controle fronteiriço (DECLARAÇÃO CONJUNTA, 2005, p. 1).

No quinto e sexto pontos os Presidentes destacaram a contribuição que, por meio da Missão de Acompanhamento do Processo de Paz (MAPP-OEA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) brinda aos esforços de paz que o Governo da Colômbia empreende. Do mesmo modo, ressaltaram a importância do processo de reinserção e do apoio às comunidades onde vêm ocorrendo as desmobilizações, o qual contribui para assegurar uma paz sustentável, dentro do marco do estrito respeito aos direitos humanos. Por sua vez, o Presidente do Brasil manifestou o interesse de seu Governo em estudar a possibilidade de contribuir com recursos humanos para a mencionada Missão.

Os Presidentes também apontaram a intensa cooperação existente entre as autoridades militares do Brasil e da Colômbia, salientando a eficiência dos instrumentos atualmente em vigor para o combate às atividades ilícitas na região de fronteira. Destacaram, a esse respeito, o “Acordo de Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Aeronaves”, firmado em 1997, o “Memorando de Entendimento Brasil-Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”, assinado em 2003, e o “Memorando Tripartite Brasil-Colômbia-Peru para Combater Atividades Ilícitas nos Rios Comuns”, firmado em 2004 (DECLARAÇÃO CONJUNTA, 2005, p. 2).

Outro ponto que destacaremos é o nono que diz: “Os Mandatários ressaltaram a importância do SIVAM-SIPAM, programa que permitirá melhorar o controle ambiental e de segurança da Amazônia, e expressaram sua satisfação pelas atividades que, nesse sentido, vêm sendo desenvolvidas no marco da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)”. (DECLARAÇÃO CONJUNTA, 2005, p. 2).

Nesse documento pudemos observar que o diagnóstico dos problemas comuns parecem adequados, assim como o encaminhamento de suas soluções. Porém sempre é necessário ressaltar que apenas a assinatura desses documentos não garante a execução de suas metas, sendo necessário o constante acompanhamento de suas efetividades.

Conclusões

Pudemos observar que os problemas colombianos, especialmente no combate ao tráfico de drogas afeta a região amazônica em seu conjunto, configurando uma situação de interdependência complexa. Particularmente pudemos observar que essa questão preocupa o Brasil que vem estabelecendo algumas políticas para a defesa e valorização da estratégica região amazônica. Verificamos que soluções estritamente militares, que normalmente são apoiadas pelos EUA, são ineficazes.

No segundo capítulo é possível concluir que a política de combate às drogas dos EUA nos países andinos é ineficiente. Posteriormente aos atentados de 11 de setembro de 2001 contra os estadunidenses, houve uma reformulação de sua política para América Latina com destaque para temas como Segurança Internacional e terrorismo. Foi possível identificar que sua influencia nas políticas colombianas foram negativas pelo diagnóstico superficial dos problemas ali presentes e que o Plano Colômbia passando por uma reformulação ganhou ainda mais um caráter militar.

Ficou evidente que os países andinos – amazônicos (principais alvos do combate à cocaína no mundo) não são os que mais lucram com esse negócio, mostrando que no mínimo existe uma incoerência nas prioridades estratégicas estadunidenses de combate às plantações de coca, que podem ser mais facilmente executada no atual modelo de combate a produção e “tolerância zero” no consumo, mas que não atacam os grupos que mais se beneficiam desses rendimentos.

Parece necessário pensar melhor na alternativa da política de redução de danos para lidar com as drogas assim como entender de maneira mais aprofundada os movimentos cocaleros e as propriedades da folha de coca.

Foi importante verificar a história dos conflitos colombianos que apresentam uma grande complexidade que quando mal compreendidos podem resultar em políticas ineficientes na solução de seus problemas.

Ficou evidente que o problema do tráfico de drogas na Amazônia e seus impactos no Brasil devem ter um tratamento mais sério por parte do nosso governo. Isso porque está prejudicando o aproveitamento dos recursos estratégicos da Amazônia por parte dos países que a compartilham, inclusive o

Brasil, além de gerar problemas internos, com destaque para a situação de violência no Rio de Janeiro, que são tratados de maneira individual não se estabelecendo as relações necessárias com os conflitos colombianos para uma formulação de políticas públicas mais integradas e eficientes.

Pelo que observei até o momento falta uma visão de conjunto dos problemas amazônicos.

Essa visão é limitada por parte do Brasil que divide vários problemas com a Colômbia e sofre impactos dos mesmos.

Por parte da Colômbia que tenta resolver seus problemas no curto prazo da forma mais fácil, não necessariamente mais eficiente, ficando refém da ajuda dos EUA.

Por parte dos EUA que não está conseguindo resolver nem mesmo seus problemas atuais devido sua obsessão unilateral. Mas também acaba influenciando negativamente as relações entre os países sul-americanos.

Problemas comuns na Amazônia serão melhores resolvidos com cooperação e articulação entre os países da região e com um maior diálogo com os EUA, outros países envolvidos e Organizações Internacionais.

Bibliografia

- AB' SABER, Aziz. "Problemas da Amazônia Brasileira" In: _____ **Estudos Avançados** Revista do Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo da USP, n.53, 2005.
- AMAYO Z., Enrique. **Amazonia, MERCOSUR y las posibilidades de integración**. Universidad de Guadalajara - UDG, (no prelo).
- _____. "Depois de Montesinos, Fujimori: uma visão desde o Brasil." In: _____ **Cenários**, Araraquara. N. 3/4, p.1-296, 2001/2002.
- _____. **Why to study the historical formation and main current problems of Amazonia?. The indigenous question, democracy, diversities and bio-piracy**. International Political Science Assotiation - IPSA XVIII World Congress, Quebec, Canada, 1-5 agosto del 2000.
- _____. "Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes - Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos EUA e Japão". In: _____ **Estudos Avançados**. Revista do Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo, n. 17, janeiro-abril 1993.
- ARENAS, Jacobo. **Diário de la Resistencia de Marquetalia**, Secretariado Del Estado Mayor Central FARC Ejército Del Pueblo. Montañas de Colombia, Mayo Del 2000.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BECKER, Bertha K. "Geopolítica da Amazônia" In: _____ revista de **Estudos Avançados** da USP, n.53, 2005.
- BELTRÁN V., Miguel Ângelo. **Guerra y política en Colombia**. **Estudios Latinoamericanos**, n. 7, Nueva Época, año 4, enero-junio, 1997.
- BETANCOURT, Carlos & MARTÍNES, Héctor. **El Plan Colombia o el fundamentalismo en la lucha antidrogas**. In: _____ Revista **Economía Colombiana**, Edición 283, Bogotá, 2000.
- BORGES, F. **Os possíveis impactos do Plano Colômbia no Brasil: aspectos econômicos, estruturais e diplomáticos**. Monografia de final de curso em Bacharelado em Ciências Econômicas, UNESP, Araraquara, 2003.
- _____. **Geopolítica, Plano Colômbia e perspectiva brasileira de inserção internacional** In: _____ 7to Concurso Anual Dr. Guillermo Toriello Garrido - Género Ensayo, Asociación para la Unidad de Nuestra América - C. Habana, Cuba - AUNA-Cuba, 2003.
- _____. Aspectos econômicos do narcotráfico no Brasil e debates recentes sobre as drogas. **Iniciativa Econômica**. Revista dos Estudantes de Economia, UNESP. Araraquara: v.2, p.53 - 70, 2002.

BRASIL, Perfil do país. In: _____ **UNODC** (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime), Brasil, 2005.

BRASIL diz não. Revista **Veja**, 06 set. 2000.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2002.

CABIESES, Hugo. "*Humala, Evo y la coca*". In: _____ **Servicio Informativo "Alai-amlatina"**, 2006.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. Ed: UNESP, 1999.

CAYCEDO, Jaime. "Impacto regional do conflito colombiano na América Latina". In: _____ **Hegemonias e Emancipações no século XXI**, Buenos Aires: CLACSO, julho de 2005.

CASTELLS, Manuel. "A conexão perversa: a economia do crime global" In: _____ **Fim de milênio**. Paz e Terra: São Paulo, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 3)

CLINTON libera US\$ 1,3 bilhão à Colômbia. **ESP**, 24 ago. 2000.

COCA destrói Amazônia, dizem EUA. **FSP**, 31 jan. 2002.

COCALEIROS envenenam meio ambiente. **ESP**, 24 jun. 2000.

CRÔNICA de uma guerra anunciada. **FSP**, 20 ago. 2000.

DECLARAÇÃO Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia In: _____ **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**, 2005.

DESEMPENHO Policial Ano 2000. **Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça do Brasil**. Disponível em: <http://www.dpf.gov.br/>. Acesso em 20 fev. 2003.

DOUROJEANNI, M. "*Impacto ambiental Del cultivo de la coca y la producción de cocaína en la Amazonia peruana*". **Separata del Boletín de Estupefacientes**, vol. XLIV, N. 2, 1992.

ESPAÇO aéreo é invadido 228 vezes este ano. **FSP**, 01 set. 2000.

FARC assustam vilas brasileiras. **ESP**, 25 set. 2000.

FERNÁNDEZ, Raúl. *Colombia y la política norte americana hacia el narcotráfico*. **Revista Del Centro de Estudios Del trabajo Cadetrabajo** (DESLINDE), 1999. Disponível em: <http://www.moir.org.co/Deslinde/Deslinde%2024/narcotrafico.htm>. Acesso em: 20 ago. 2002.

GARCÍA MARQUES, Gabriel. **Por la libre obra periodística 4 (1974-1995)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

GLOBAL illicit drug trends 2003. In: _____ **United Nations**. New York, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Brasil, integração regional e cooperação internacional: novas políticas e diretrizes para escapar da inserção subordinada. In: _____ **Cadernos Adenauer 2: O Brasil no cenário internacional**— São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

ILLEGAL Drug Price and Purity Report. In: _____ **Drug Enforcement Administration** (DEA - www.dea.gov), 2003.

ÍNDIOS relatam ameaça das FARC na fronteira. **FSP**, 07 mar. 2002.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York, longman, 2001.

KOPP, Pierre. **A economia da droga**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

LEONGÓMES, Eduardo Pizarro. “Una luz al fin Del túnel. Balance estratégico del conflicto armado en Colombia”. In: _____ **Nueva Sociedad**, n. 192, Caracas, 2004.

LEVANTAMENTO domiciliar sobre os usos de drogas no Brasil. **Secretaria Nacional Anti-Drogas** (SENAD). Disponível em: <http://www.senad.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2003.

LIDANDO com as drogas. **FSP**, 02 set. 2001.

MAGALHÃES Ramon, I.V. **A Amazônia e a integração ao Pacífico. Euclides da Cunha: no Centro da História?**. Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL – Car. – UNESP em abril de 2005.

MAGALHÃES, Mário. **O narcotráfico**. São Paulo: Publifolha, 2000.

MARSH, David & STOKER, Gerry (eds.). **Teoría y método de la ciencia política**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MEDINA, Juan Guillermo Ferro. **As FARC: dimensão organizacional e política**. Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humana na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000.

- MEZA, Ricardo Vargas. “Drogas, conflicto armado y seguridad global en Colombia”. In: _____ **Nueva Sociedad**, n. 192, Caracas, 2004.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “A política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional” In: _____ **Primeira versão**. Campinas, UNICAMP, n. 91, 2000.
- MINISTRO de Justicia celebra decisión judicial sobre fumigaciones. **Presidência de la República de Colômbia**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.co/webpresi/noticias/infenotn.htm>. Acesso em: 06 ago. 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003. (Clássicos IPRI).
- NETO, Petrônio De Tilio. **Soberania e ingerência na Amazônia Brasileira**. Dissertação de mestrado apresentado para o programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) em 2003.
- PERIGO mora ao lado. *Revista Isto é*/1610, 09 ago. 2000.
- PLAN COLOMBIA. In: _____ *Suplemento especial Desde abajo*, novembro de 1999.
- PRESO, Beira-Mar nega ligação com guerrilha. **ESP**, 23 abr. 2001.
- PROCÓPIO, Argemiro. **O Brasil no mundo das drogas**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- QUIROGA, Antonio Aranibar. A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI. In: _____ **Cadernos Adenauer 7: Política externa na América do Sul** – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, setembro 2000.
- RAMÍREZ, Constanza. “Conflicto agrario y medio ambiente” In: _____ **Revista Foro**, Colombia: n. 35, 1998.
- RAMÍREZ, Maria Clemência. A política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana: o caso do movimento *cocalero* de 1996. In: _____ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RANGEL, Alfredo. **Guerra Insurgente: conflictos en Malasia, Perú, Filipinas, El Salvador y Colombia**. Intermedio Editores, Bogotá, 2001.
- RELATÓRIO aponta avanços na América do Sul. **FSP**, 23 jan. 2001.

REPÚBLICA. Revista – **Primeira Leitura**. Ano 5, n. 59. Setembro de 2001.

RESTREPO, Luis Alberto. “*La difícil recomposición de Colombia*” In: _____ **Nueva Sociedad**, n. 192, Caracas, 2004.

_____. “A relação entre a Sociedade Civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina”. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 2 (2): 61-100, 2. sem. 1990.

RESUMEN Estadístico sobre Drogas 2001. In: _____ *Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas* (CICAD) (<http://www.cicad.oas.org/es>)

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. EDUC: FAPESP, São Paulo, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Cernov. **Drogas: da territorialização da ameaça à universalização do perigo**. Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da PUC-SP, 2003.

ROSSI, I. C. **SIVAM: um caso de dependência tecnológica, 1990 - 1996**. Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia, FCL - CAR. UNESP, dezembro de 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor. “*Guerra de todos contra quien? La necesidad de definir ‘terrorismo’*”. In: _____ López (comp.) **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires, Prometeo, 2003.

SALAMA, Pierre – “*La economía de los narcodólares*”. **Revista Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, Vol VI, No. 16, Septiembre/Diciembre de 1999.

SANÍN, Francisco Gutiérrez. “*Ilegalidad y sistema político en Colombia: la agenda de Uribe Vélez*”. In: _____ **Nueva Sociedad**, n. 192, Caracas, 2004.

SATO, Eiiti. Inserção internacional do Brasil: potenciais e limitações. In: _____ **Cadernos Adenauer 2: O Brasil no cenário internacional**– São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**, Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação do San Tiago Dantas UNESP-UNICAMP-PUC-SP e defendido no Instituto de Filosofia e Ciências Humana na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

SOUZA, Michel Blanco Maia. **Violência Política e Intervenção Externa: a ação norte-americana no combate às drogas e a guerrilha na Colômbia**. Dissertação apresentada para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da PUC-SP, 2003.

- STEINER, Roberto. **Los dólares del narcotráfico**. Cuadernos Fedesarrollo, n.2, Tercer Mundo, Bogotá, 1997.
- TANNO, Grace. “A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional”. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro: IRI-PUC/RJ, vol. 25 (1): 47-80, janeiro/junho 2003.
- THOUMI, Francisco. **Economía Política y Narcotráfico**. Tercer Mundo Editores (TM Editores), Bogotá, 1994.
- TOKATLIAN, Juan. “Crime organizado e drogas psicoativas: o caso da Colômbia”. **Contexto Internacional**, Rio De Janeiro, vol. 21 (1): 165-191, janeiro/junho 1999.
- UPRIMNY, Rodrigo & GARCÍA-VILLEGAS, Maurício. Tribunal Constitucional e emancipação social na Colômbia. In: _____ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- URIBE de H., María Teresa. Emancipação social em um contexto de guerra prolongada: o caso da Comunidade de Paz de *San José de Apartadó*, Colômbia. In: _____ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. “El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. Políticas, estrategias y doctrinas”. In: _____ **Nueva Sociedad**, n. 192, Caracas, 2004.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e as noções de soberania e não-intervenção. In: _____ **Cadernos Adenauer n. 5: Segurança e soberania**– São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dezembro de 2001.
- WILCHES, Gustavo. “El medio ambiente y la guerra en Colombia”. In: _____ **Revista Foro**, Colombia: n. 35, 1998.
- WORLD Drug Report. **United Nations Publication**, 2004 e 2005.

Anexos